UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA

Guilherme Frizzera Loyola

O Conselho de Defesa Sul-Americano: a busca por uma identidade de defesa

São Paulo

2015

Guilherme Frizzera Loyola

O Conselho de Defesa Sul-americano: a busca por uma identidade de defesa

Dissertação apresentada ao Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Balbachevsky

São Paulo

2015

Nome: LOYOLA, Guilherme Frizzera.

Título: O Conselho de Defesa Sul-americano – A busca por uma identidade de defesa.

Dissertação apresentada ao Programa de
Integração da América Latina da Universidade
de São Paulo para obtenção de título de mestre
em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para:

Ana Luiza de Paula Frizzera,

Paula Cristina Frizzera Mendonça de Paula e

Luiza Frizzera Scárdua Loyola

Com todo o meu amor para as mulheres de minha vida

Agradecimentos

Ao PROLAM por receber a mim e a minha pesquisa, por todo o suporte e colaboração;

À minha orientadora Elizabeth Balbachevsky pela orientação recebida; e a Vera por todas as vezes que precisei dela e sempre prontificada a ajudar;

À CAPES por acreditar que a minha pesquisa se configurava importante ao ponto de me fornecer uma bolsa de estudos;

Aos componentes da banca de qualificação Prof. Dr. Marcelo Passini Mariano e Prof. Dr. Gilberto Sarfati que foram de grande valia não apenas para esta pesquisa, mas para a minha formação acadêmica e intelectual;

Ao Prof. Alexsandro Eugênio Pereira por ter me convidado a participar do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná (NEPRI/UFPR) e por sempre se dispor a conversar quando foi necessário;

À PUC Minas, especialmente ao Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes, pela excelente formação intelectual que me proporcionaram e à apresentação ao mundo da Análise de Discurso;

Aos meus professores de graduação: Gunther Rudzit, Guilherme Casarões, Sergio Gil, Denilde Holzhacker, Regiane Bressan, além dos já mencionados Marcelo Mariano e Gilberto Sarfati por terem feito me apaixonar pelas Relações Internacionais;

Ao meu amigo José Maria de Souza Júnior que sem a sua amizade e nossas conversas não teria chegado até onde cheguei em minha vida;

Aos meus amigos: Michel Salmon, Fernando Vizza e Júlia Cristina Mueller que são importantíssimos em minha vida;

Ao meu irmão Luciano, sua esposa Susana, a minha sobrinha Melissa por ser um exemplo de família para mim;

Aos meus familiares, em especial a minha tia Maria da Graça, por sua luta, pelas vitórias e pela alegria de viver;

À minha esposa Paula Cristina e a nossa (em breve!) filha Ana Luiza, por me mostrarem cada dia mais que o amor não tem limites; aos meus sogros José Mario e Ana Mary por sempre me acolherem tão bem tornando sua casa como se fosse minha;

À minha mãe Luiza Frizzera Scárdua Loyola, pois sem ela não vivo;

Ao meu pai Renato Gomes Loyola e minha avó Claudemira Scárdua Frizzera por cuidarem de mim lá de cima e serem meus anjos da guarda.

Para todos vocês, muito obrigado!

"Esquece-se com frequência que, como todas as outras criações humanas, os impérios e os Estados são feitos de palavras: são fatos verbais. No livro XIII dos Anais, Tzu-Lu pergunta a Confúcio: 'Se o duque de Wei o chamasse para administrar seu país, qual seria a sua primeira medida? O mestre respondeu: a reforma da linguagem' – Octavio Paz

"É esta a minha opinião. Os senhores, porém, consultados os elementos de estudo que indico, bem pesados no seu espírito os argumentos a favor e contra, seguirão a opinião que possa considerar-se definitiva" - António de Oliveira Salazar

Resumo

O Conselho de Defesa Sul-americano tem entre os seus objetivos a busca por uma identidade comum de defesa. Através da organização, diversos mecanismos foram objetivados na garantia de que se obtivesse sucesso nessa busca. Através de sua atuação, a organização tornaria a América do Sul integrada em assuntos sensíveis e complexos como segurança e defesa comuns.

Devido à ideia do Conselho de Defesa Sul-americano e a liderança serem brasileiras, procurou-se analisar o que se pretendia ao colocar entre os objetivos do Conselho a busca por essa identidade comum de defesa. A partir deste pressuposto, foram utilizadas ferramentas teóricas e metodológicas que fossem adequadas para que essa análise se mostrasse satisfatória.

Por se tratar de um assunto que remete tanto aos estudos de segurança e defesa quanto de integração, o marco teórico utilizado discorre sobre as Comunidades de Segurança. A partir desta perspectiva, uma região para se configurar como uma comunidade de segurança necessita que os agentes tenham confiança mútua e a perspectiva de solução pacífica das controvérsias, criando assim uma identidade coletiva. Apesar de serem encontrados elementos que levam a América do Sul a caminhar para se tornar uma comunidade de segurança, esta ainda não o é, assumindo a configuração de um complexo regional de segurança.

Através do método da Análise do Discurso, buscou-se encontrar elementos nas falas do ministro Jobim que levassem a compreensão de quais seriam os principais eixos discursivos que seriam os principais pilares para o projeto do Conselho de Defesa Sul-americano. As indústrias comuns de defesa, a integração e a identidade foram os eixos discursivos encontrados que tornaram possíveis a percepção que há uma identificação entre os atos de fala, as definições acadêmicas e os objetivos propostos na criação do Conselho que levam a conclusão de que a América do Sul tende a se tornar futuramente uma comunidade de segurança.

Por fim, existem adversidades na região que necessitam ser superadas, como os conflitos existentes que remetem desde a descolonização da América do Sul, as diversas iniciativas sub-regionais de cooperação e integração que deixam aberta a questão de uma possível fragmentação da região.

Palavras-Chaves: América do Sul; Conselho de Defesa Sul-americano; política externa brasileira; Comunidade de Segurança; Análise de Discurso; Nelson Jobim.

Resumen

El Consejo de Defensa Sudamericano tiene entre sus objetivos la búsqueda de una identidad de defensa común. A través de la organización, varios mecanismos se han objetivado en asegurar que el éxito de obtener en esta búsqueda. A través de sus programas, la organización convertido en América del Sur integrada en temas delicados y complejos como la seguridad y defensa común.

Porque la idea del Consejo de Defensa de América del Sur y el liderazgo son de Brasil, hemos tratado de analizar lo que se pretendía poner entre los objetivos del Consejo para buscar una identidad común de defensa. A partir de esta hipótesis, utilizamos herramientas teóricas y metodológicas que eran apropiadas para que este análisis se resulte satisfactorio.

Debido a que es un tema que se refiere tanto a los estudios de seguridad y defensa como la integración, el marco teórico utilizado discute las Comunidades de seguridad. Desde esta perspectiva, una región que se configura como una comunidad de seguridad necesita que los agentes tengan confianza mutua y la solución pacífica de controversias en perspectiva, la creación de una identidad colectiva. A pesar de que se encuentran elementos que conducen a Sudamérica para caminar hasta convertirse en una comunidad de seguridad, esto todavía no es, suponiendo que la configuración de un complejo de seguridad regional.

A través de método de análisis del discurso, hemos tratado de encontrar elementos en las declaraciones del ministro Jobim que podrían conducir a la comprensión de lo que son los ejes principales discursos que son los principales pilares para el diseño del Consejo de Defensa Sudamericano. Las industrias de defensa común, la integración y la identidad se encontraron ejes discursivos que hizo posible la percepción de que hay una identificación entre los actos de discurso, definiciones académicas y los objetivos propuestos en la creación de la iniciativa del Consejo a la conclusión de que la América del Sur tiende a convertirse en una comunidad de seguridad en el futuro.

Por último, existen dificultades en la región que hay que superar, como los conflictos que se conducen desde la colonización de América del Sur, las diferentes iniciativas subregionales de cooperación e integración que dejan abierta la cuestión de una posible fragmentación de la región.

Palabras clave: América del Sur; Consejo de Defensa Sudamericano; la política exterior de Brasil; Comunidad de Seguridad; Análisis del Discurso; Nelson Jobim.

Abstract

The South American Defense Council has among its objectives the search for a common defense identity. Through the organization, several mechanisms objectified in ensuring that obtain success in this quest. Through its programs, the organization become South America integrated in sensitive and complex issues such as security and common defense.

Because the idea of the South American Defense Council and the leadership are Brazilian, we tried to analyze what intended to put between the objectives of the Council to search for such a common defense identity. From this assumption, they used theoretical and methodological tools that were appropriate for this analysis proved satisfactory.

Because it is a subject, which refers both to security, and defense studies as integration, the theoretical framework used discusses the Security Communities. From this perspective, a region to be configured as a security community needs that agents have mutual confidence and the peaceful settlement of disputes in perspective, creating a collective identity. Although they found elements that lead to South America to develop into becoming a security community, this still is not, assuming the configuration of a complex regional security.

Through discourse analysis method, we sought to find elements in the statements of Minister Jobim that could lead to understanding what are the main axes speeches that are the main pillars for the design of the South American Defense Council. The common defense industries, integration and identity were discursive axes found that made possible the perception that there is identification between the speech acts, academic definitions and the proposed objectives in the creation of the Council lead to the conclusion that South America tends to become a future security community.

Finally, there are adversities in the region that need to overcome, such as the conflicts that lead from the colonization of South America, the various sub-regional initiatives of cooperation and integration that leave open the question of a possible fragmentation of the region.

Key Words: South America; South American Defense Council; Brazilian foreign policy; Security Community; Discourse Analysis; Nelson Jobim.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – O Conselho de Defesa Sul-Americano: uma ideia e liderança brasileira	17
As reuniões dos presidentes da América do Sul e a criação da CASA	18
A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano	23
O Tratado Constitutivo da UNASUL, o Estatuto do CDS, o Plano de Ação 2009-2011 e a Declaração Final dos Ministros de Defesa.....	26
O Tratado Constitutivo da UNASUL: a construção de uma identidade.....	26
O Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano: consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa.	28
O Plano de Ação do CDS de 2009.....	31
A declaração final da primeira reunião dos ministros da defesa do CDS	33
Um projeto brasileiro liderado por Nelson Jobim	35
A política externa brasileira para a América do Sul a partir de 2003	35
A proposta do CDS nos discursos de Lula da Silva	37
A liderança de Nelson Jobim no projeto do CDS.....	42
Capítulo 2 – Construtivismo, Segurança e o cenário Sul-Americano.....	46
Construtivismo e os estudos de Segurança.....	47
Três pilares ontológicos do Construtivismo	47
Identidade	49
Normas.....	53
Comunidades de Segurança.....	55
Origens do conceito de comunidades de segurança.....	55
Conceito de comunidades de segurança	57
As etapas de construção de uma comunidade de segurança.....	60
A comunidade de segurança da América do Sul	69
Segurança Regional: os complexos regionais de segurança.....	70
Segurança Internacional pós-Guerra Fria e o cenário das Américas	72

O complexo regional sul-americano	74
Capítulo 3 – Análise de Discurso, Metodologia e Desenho da Pesquisa	82
Análise de Discurso e a Política	83
A Análise de Discurso e as Relações Internacionais	86
Análise de Discurso, Construtivismo Crítico e Segurança	87
Metodologia da Análise do Discurso utilizada	90
O Desenho da Pesquisa.....	97
Capítulo 4 – A busca por uma identidade comum de defesa: o Conselho de Defesa Sul- Americano nos discursos de Nelson Jobim	101
Os eixos discursivos fundamentais	102
Indústria comum de defesa	104
Integração	107
Identidade	117
Considerações Finais	124
Bibliografia.....	128

Introdução

Em 11 de dezembro de 2008 foi assinado o estatuto do Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS). No estatuto, estava sendo firmada a necessidade da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa. A nova organização regional surge em um momento em que a política externa brasileira para a América do Sul torna-se prioridade na agenda, principalmente a partir de 2003. Com um plano de reestruturar suas forças armadas, o Estado brasileiro percebe que a sua própria defesa está ligada com a defesa de seus vizinhos sul-americanos. Esse processo de aproximação entre o Brasil e seus vizinhos deriva de uma série de eventos ocorridos desde a redemocratização da região, tomando força com os primeiros processos de integração e tomando fôlego a partir dos anos 1990. Nos anos 2000, as relações são mais aprofundadas e dinâmicas, existindo uma maior concertação política entre os países da região.

Com este cenário, o Brasil lança a ideia de criar o Conselho de Defesa Sul-americano, tendo como liderança do projeto o ministro da Defesa Nelson Jobim. A primeira missão dada ao ministro foi de garantir o sucesso do projeto brasileiro, garantindo a adesão de todos os países-membros da UNASUL à nova organização. Iniciando um périplo por todas as nações sul-americanas, o discurso do ministro Jobim apresentou fatos interessantes para a compreensão do que se buscava com a criação do CDS. Os discursos mostraram-se uma excelente ferramenta para a compreensão da motivação política de se criar uma nova organização em matéria de defesa e os recursos linguísticos que foram utilizados para que uma área sensível como a de defesa tenha feito com que os países apostassem em um projeto de compartilhamento de políticas comuns à todos.

A existência de uma ameaça externa, a necessidade de proteção aos recursos naturais, a criação de indústrias militares em comum, o desenvolvimento econômico e tecnológico, o poder de persuasão, a autossuficiência em insumos militares, a integração em matéria de defesa e a identidade comum de defesa são importantes pontos do discurso do ministro Jobim ao longo do período analisado. Esses são os principais eixos discursivos do ministro, que sofrem pouca variação ao longo do tempo. As controvérsias existem, porém são poucas e praticamente ligadas a questão da ameaça externa aos países da região, onde observa-se que no início a América do Sul vive em uma situação de ameaça futura por parte de um agente externo e, portanto, a necessidade de se integrar em matéria de defesa e depois o discurso de altera para uma região de paz e sem inimigos.

A Análise de Discurso (AD) é uma importante ferramenta de análise política, pois através dos atos de fala, é possível encontrar quais as preocupações, objetivos e necessidades para que o projeto do Conselho obtivesse sucesso em sua criação e, ao mesmo tempo, observar os recursos linguísticos utilizados para ratificar o cenário de uma América do Sul integrada em matéria de segurança e defesa. Não obstante, a AD também colabora para a análise do quanto dos discursos da liderança do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano acabou refletindo nos documentos oficiais de criação da organização. Em sua maioria, foram analisados os trechos discursivos encontrados em diversas fontes jornalísticas que reproduziram falas do ministro Nelson Jobim. Ao optar por essa utilização, aumentou-se o corpus textual abrangendo outras fontes que não fossem apenas os discursos oficiais. Essa opção mais abrangente está de acordo com a metodologia da Análise do Discurso e não compromete a análise realizada nesse estudo.

Observou-se o quanto a questão da identidade comum era utilizada e reproduzida nos discursos do ministro Jobim, demonstrando que a busca por uma identidade comum de defesa é um dos objetivos principais do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano. A questão da identidade comum é foi encontrada a maior ligação entre o projeto da organização com a literatura do marco teórico utilizado do Construtivismo. A base teórica baseia-se principalmente nos trabalhos de Alexander Wendt e, principalmente, a conceituação teórica sobre Comunidades de Segurança proposta pelos autores Emanuel Adler e Michael Barnett. Em conjunto com a AD, o marco teórico proporcionou identificar que o projeto do Conselho visa ir além da cooperação e da integração, desenvolvendo uma arquitetura organizacional coerente com as etapas de construção de uma comunidade de defesa.

No entanto, a América do Sul ainda não pode se classificar como uma comunidade de segurança. Porém, reúne diversos elementos que são necessários para consolidar a região como uma. Dentre elas, o Conselho de Defesa Sul-americano proporcionará meios institucionais que garantam o constante diálogo e transparência necessários para que ocorram relações entre os países-membros que possam ir gerando fatores que contribuam para o surgimento de uma identidade coletiva. Além disso, mecanismos institucionais que favorecem o intercâmbio, a cooperação e a confiança mútua são observados. Assim como, o CDS torna-se uma instituição em que os Estados possam confiar em resoluções pacíficas para as controvérsias. Não obstante, esses dois fatores – confiança mútua e solução pacífica das controvérsias – são os principais fatores existentes em uma comunidade de segurança e, acrescenta-se, são dois termos ditos e reproduzidos nos discursos do ministro Nelson Jobim.

O primeiro capítulo é dividido em três partes. A primeira apresenta um histórico de eventos e relações que ocorreram a partir dos anos 2000 e que levaram ao projeto de construção do Conselho de Defesa Sul-americano. Estão presentes nessa primeira etapa, as primeiras reuniões entre os presidentes sul-americanos que foram importantes para os processos de integração da região e proporcionaram diversos outros eventos mais técnicos que levaram a projetos de integração física e política, originando a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) que foi o embrião para o surgimento da UNASUL e, portanto, de seu Conselho de Defesa Sul-americano. Acrescenta-se uma análise mais aprofundada do processo de criação do CDS, com os obstáculos que tiveram que ser superados, como as questões de Colômbia e Venezuela, por exemplo. A segunda etapa foca nas questões oficiais do Conselho, como o seu ordenamento interno, seus objetivos e missões. São utilizados o Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul-americano e o primeiro Plano de Ação que atribuíam as responsabilidades de cada país membro em prol da organização. Nos documentos, aparece explicitamente que um dos objetivos do CDS é de criar uma identidade comum de defesa. A terceira parte busca demonstrar através dos discursos do presidente Lula da Silva que a originalidade da ideia e do projeto é brasileira. Nos discursos, fica claro a atribuição dada ao ministro Jobim como líder do projeto, principalmente nas negociações ao nível entre governos. Não obstante, também é apresentada uma breve diferenciação da política externa brasileira para a América do Sul entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

O capítulo 2 apresenta a metodologia empregada na pesquisa. O Construtivismo é a base teórica, utilizando principalmente o Construtivismo Social e os estudos de Comunidades de Segurança. A questão da identidade é o principal foco analítico de ambos, sendo que o primeiro foca nos relacionamentos entre os agentes e a forma de construção de identidades e o segundo apresenta como as identidades podem gerar uma região integrada ao ponto dos Estados terem confiança mútua e as eventuais controvérsias serem solucionadas de forma pacífica. O marco teórico oferece uma perspectiva analítica das etapas que as regiões passam para que se tornem uma comunidade de segurança. São três etapas necessárias para que surja uma comunidade: as condições de precipitação; os fatores favoráveis ao desenvolvimento de confiança mútua e identidade coletiva e; as condições necessárias de expectativas confiáveis de mudança pacífica. Após os aspectos teóricos, é feita uma discussão de qual seria a configuração da América do Sul em matéria de integração em assuntos de segurança e defesa. A discussão girou sobre se o espaço sul-americano seria um Complexo Regional de Segurança ou uma comunidade de segurança. Após uma breve revisão da literatura existente sobre o assunto, concluiu-se que a

região ainda não é uma comunidade de segurança, pois ainda não existe uma identidade comum que possa definir a América do Sul como uma comunidade. Com isso, concorda-se com os autores Fuccille e Rezende de que a região se configura como um Complexo Regional de Segurança.

O terceiro capítulo é exclusivamente metodológico. A primeira parte apresenta uma discussão sobre a análise de discurso político e suas implicações. Estão apresentadas as principais contribuições da AD para a análise política. São distinguidas as diversas formas de análises discursivas, apresentando um panorama geral das contribuições desse campo para o estudo político. Afirma-se nessa primeira etapa que a ação política e o discurso político são indissociáveis. A segunda etapa foca na contribuição da Análise de Discurso para os estudos de Relações Internacionais. Discorre-se desde as diferenciações entre racionalistas e reflexivistas que marcaram os anos 1980 como o Terceiro Debate das Relações Internacionais, os pressupostos do reflexivismo da linguagem como representação das ações e a Virada Linguística que originou o Construtivismo Crítico. Esse último também é apresentado. Uma breve discussão é feita, demonstrando suas implicações (e as implicações dos discursos) nos estudos de segurança. Essa parte tornou-se um artigo intitulado “Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança – Uma abordagem Construtivista” publicado em 2013 no volume 2, edição nº 2 da revista *Conjuntura Global*. A última etapa apresenta o desenho da pesquisa. Foi usado o modelo proposto por Lene Hansen, onde o objeto de estudo é constituído de um determinado número de Selves, podendo ser únicos ou vários; de um ou mais modelos intertextuais, variando desde os discursos oficiais, aos discursos da imprensa, obras acadêmicas, representações culturais e textos marginais; a perspectiva temporal que será analisada e; o número de eventos que também pode variar de um único evento a vários. Dessa forma, o desenho da pesquisa se apresenta da seguinte forma: um único selve (Nelson Jobim); modelos intertextuais que contempla os discursos oficiais, a imprensa e obras acadêmicas; a perspectiva temporal varia desde a concepção da ideia avançando até praticamente o fim do mandato do ministro Jobim a frente do Ministério da Defesa.

No último capítulo, são analisados os discursos de Nelson Jobim. São encontrados três eixos discursivos fundamentais (os eixos representam os assuntos mais reproduzidos em seus discursos): as indústrias comuns de defesa, a integração e a identidade. Cada um desses eixos – que são complementares entre si – têm subdivisões do eles representam. Nas indústrias, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento e inovação tecnológica e a autossuficiência em insumos militares são as principais subdivisões. Na integração, a presença de uma ameaça

externa à América do Sul, a união dos países em matéria de defesa e o consequente poder de persuasão derivado dessa união, são as principais subdivisões em matéria de integração. Por último, a identidade comum compreende em valores e princípios em comum, a resolução pacífica das controvérsias e a confiança mútua. A questão da identidade é a que mais apresenta semelhanças entre o discurso oficial e os principais pressupostos e definições de comunidade de segurança. Isso demonstra que o projeto do Conselho de Defesa Sul-americano vai além de da cooperação e da integração. As escolhas de palavras se assemelham às utilizadas por acadêmicos. Por fim, não há uma divisão clara entre os três eixos discursivos, sendo complementares e por vezes, repetidos entre eles.

Por fim, conclui-se que o projeto do Conselho de Defesa Sul-americano reúne condições necessárias para colaborar na construção da identidade comum de defesa e tornar a América do Sul uma comunidade de segurança. Todavia, esse ainda é um objetivo distante. Por enquanto, define-se a região como um Complexo Regional de Segurança e atualmente na segunda camada do processo de criação de uma comunidade de segurança. Há desafios que necessitam ser superados, como os conflitos existentes que variam desde a época da descolonização à questões mais atuais como o terrorismo, sendo estes ainda resolvidos em instituições globais e não regionais. Além disso, se as diversas iniciativas sub-regionais de aliança e de integração com diferentes perspectivas e objetivos, se estes apenas se sobrepõem e existem simultaneamente com esse projeto mais amplo ou se representam uma fragmentação do espaço sul-americano.

Capítulo 1 – O Conselho de Defesa Sul-Americano: uma ideia e liderança brasileira

Neste capítulo, será apresentado um breve histórico da construção do Conselho de Defesa Sul-Americano. Serão abordados os processos políticos de integração regional na América do Sul, desde a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizado no ano 2000 até a declaração final do CDS em março de 2009. Os eventos ocorridos neste ínterim de nove anos trazem à luz a discussão sobre a necessidade de um arranjo institucional voltado para a integração sul-americana, contemplando desde um ordenamento político comum até uma integração física da região. Esta abordagem se faz necessária, principalmente que ocorreram uma série de eventos que culminaram na ideia de criação de um conselho que tratasse exclusivamente dos assuntos de defesa.

Perpassam neste recorte temporal, reuniões entre presidentes da América do Sul, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, a transformação da CASA em União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Plano Nacional de Defesa do Brasil (PND) e, finalmente, a ideia e a consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Portanto, os eventos relacionados acima, em menor ou maior grau de importância, foram fundamentais para o objeto de estudo desta pesquisa.

Não obstante, cabe destacar nesta abordagem histórica dos eventos, o papel preponderante do Brasil no processo de integração regional. A maior parte dos eventos que foram importantes para a criação do CDS – além dele próprio - tiveram como ponto de partida, uma ação de política externa do Brasil, cujo o objetivo fora abranger a integração sul-americana em múltiplos aspectos. Podesse afirmar, portanto, que o Conselho de Defesa Sul-Americano é um projeto brasileiro. Não obstante, esta liderança provém de uma mudança no paradigma da política externa brasileira a partir do governo Lula da Silva.

Por se tratar de um projeto do Brasil, ressalta-se o papel primordial do ex-ministro da defesa Nelson Jobim, na liderança do projeto do CDS. Sua importância pode ser observada em discursos oficiais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuindo à ele o papel de líder do projeto, além de um livro oficial que relata o seu papel como o principal ator político do projeto de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Assim como, foi realizada um entrevista com o General de Estado-Maior Sergio Westphalen Etchegoyen, cuja colaboração foi fundamental para corroborar com a afirmação da liderança do então ministro da Defesa

brasileiro na condução das negociações políticas de consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Portanto, a estrutura deste capítulo compreende em fazer uma análise histórica dos eventos importantes para a criação do CDS, a consolidação da liderança brasileira no projeto e a atribuição da liderança da consolidação do Conselho ao então ministro Nelson Jobim.

As reuniões dos presidentes da América do Sul e a criação da CASA

A I Reunião de Presidentes da América do Sul foi realizada entre 31 de agosto a 1 de setembro de 2000, em Brasília. Foram convidados pelo então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, todos os chefes de Estado sul-americanos. A reunião foi realizada no contexto dos 500 anos do descobrimento do Brasil, onde um dos objetivos estava em representar um importante estímulo para a organização da convivência no espaço comum sul-americano e para continuar apoiando na América do Sul a conformação de uma área singular de democracia, paz, cooperação solidária, integração e desenvolvimento econômico e social compartilhado (OEI, 2000).

A reunião dos presidentes sul-americanos resultou em uma nota oficial, onde foram apresentados cinco eixos fundamentais para a integração regional. A saber, os eixos são: Democracia; Comércio; Infraestrutura de Integração; Drogas ilícitas e Delitos Conexos e; Informação, Conhecimento e Tecnologia (OEI, 2000). Destacam-se, para a pesquisa, os pontos sobre democracia e de infraestrutura de integração.

A democracia foi um dos destaques nesta reunião. Primeiramente, a democracia foi celebrada como fundamental no sistema político da América do Sul e que deve ser mantida sob qualquer circunstância. Inclusive, a democracia foi tida como essencial para que qualquer processo de integração regional da região possa ter sucesso. Ademais, a vigência da democracia deve ser buscada como objetivo e um compromisso comum de todos. A questão da democracia foi importante para esta reunião, sendo elevada, inclusive, como um dos elementos indispensáveis para garantir o desenvolvimento e a segurança na região. Consequentemente, era previsto já nos anos 2000 um estímulo à discussão das questões de segurança comum a todos na região. Na nota oficial, leia-se:

Nesse espírito, os Presidentes acordaram criar uma Zona de Paz Sul-Americana e, para tanto, instruirão seus respectivos Ministros de Relações Exteriores a tomar as medidas necessárias para a implementação dessa decisão. Os Presidentes estimularão igualmente o aprofundamento do diálogo sobre segurança na América do Sul, levando em conta inclusive os aspectos humano, econômico e social da questão (OEI, 2000).

Portanto, via-se nessa primeira reunião de presidentes da América do Sul, a democracia como algo indissociável para o projeto de integração e para a promoção da segurança, sendo estimulado uma discussão futura sobre este tema.

Sobre a integração física da América do Sul, o principal resultado foi o plano de ação do processo de Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul (IIRSA). Para os presidentes sul-americanos (OEI, 2000), integração e infraestrutura física são duas linhas de ação complementares. Portanto, o fortalecimento da integração física decorre, entre outros fatores, da proximidade geográfica, da identidade cultural e da consolidação de valores comuns. Dentro do aspecto de integração física, destacam-se dois assuntos que seriam prioritários: a energia e os transportes. Desses dois pontos, apenas a energia é interessante para a pesquisa.

Na nota oficial, o setor de energia exerce o fundamental papel de aproximação entre os países, mas que este assunto necessitava ser mais bem explorado. Leia-se, na nota:

No setor de energia, a integração e complementação dos recursos do continente sul-americano – nas áreas de carburantes líquidos e gasosos, em matéria de integração e intercâmbio de combustíveis, a exemplo de gás natural, e de interconexão elétrica e empreendimentos em energia elétrica – constituem eixo de aproximação entre os países da região, que deve ser expandido e melhorado, paralelamente à preservação do meio ambiente e à eliminação de barreiras injustificáveis derivadas de restrições e regulamentos neste setor (OEI, 2000).

Com isso, os mandatários lançaram o plano de ação do IIRSA, que trazia sugestões e propostas para os setores estratégicos de infraestrutura, que deveriam ser implantados no decorrer de dez anos, principalmente nas áreas de energia, transportes e comunicações com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social para o futuro espaço econômico ampliado da região.

Portanto, a I Reunião de Presidentes da América do Sul trouxe a discussão – principalmente entre os países do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações – sobre os mecanismos necessários e que deveriam ser explorados para a constituição de um espaço comum sul-americano, tratando de temas além do econômico, como da questão democrática e de infraestrutura. Tais assuntos foram fundamentais para a realização de outros encontros entre os presidentes sul-americanos, na busca em aprofundar a integração na região. Consequentemente, as cúpulas presidenciais acabaram derivando outras reuniões de caráter mais específico, mas que acabaram por abordar outros assuntos e surgindo com propostas em áreas que não eram os objetivos destas cúpulas.

A II Reunião de Presidentes da América do Sul, realizado em 2002, em Guayaquil, Equador, teve como foco a discussão do desenvolvimento das propostas derivadas da primeira reunião deste gênero. O foco deveria, segundo carta enviada pelo presidente brasileiro Fernando

Henrique Cardoso ao seu anfitrião, ser a IIRSA (MRE, 2002). Não obstante, os demais presidentes incluíram na agenda de discussões temas como o combate ao terrorismo, pois se tratava do primeiro encontro regional sul-americano após os eventos de 11 de setembro de 2001 e a preservação da normalidade institucional, diante de distúrbios internos ocorridos nos últimos meses em alguns países. Portanto, a segurança se fez presente na pauta de discussões.

Apesar de vários temas terem figurados em sua agenda é interessante ressaltar que ao final desse encontro fica como um dos resultados a evidência da existência da identidade sul-americana respaldada na história comum e na herança cultural compartilhada entre os povos da região.

O resultado da integração de infraestrutura física da América do Sul se mostrou aquém do esperado pelos mandatários. Por consequência, foi estabelecida uma nova reunião entre eles, isto é, a III Reunião de Presidentes da América do Sul a ser realizada em 2004, em Cuzco, Peru, onde tratariam de projetos relacionados à IIRSA.

O terceiro encontro entre os presidentes sul-americanos visava discutir os planos e projetos referentes à IIRSA entre os anos 2005-2010. Entretanto, esta reunião ficou marcada por outro aspecto: a criação de uma nova organização que visa integrar os 12 países sul-americanos. Ficou estabelecida a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), um reflexo do desejo de integração verificado nas reuniões anteriores entre os presidentes.

O surgimento da CASA deveu-se, de acordo com a Declaração de Cuzco (FUNAG, 2005, p. 13), a história compartilhada e solidária das nações sul-americanas, que desde suas independências enfrentam desafios internos e externos comuns, demonstrando os países possuem potencialidades ainda não aproveitadas para melhorar suas aptidões regionais quanto para “fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais”. Assim como, no campo da segurança, é reafirmada uma identidade em relação aos valores da paz e da segurança internacional, apoiado na vigência do direito internacional e “de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional” (FUNAG, 2005, p. 15).

Na declaração de Cuzco, também foram apontados dinâmicas da integração sul-americana que deveriam ser desenvolvidos e aprofundados. Destacam-se os seguintes pontos:

- A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.
- A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais

existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

- A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.
- A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

Em setembro de 2005, realizou-se a primeira reunião de cúpula da CASA em Brasília. Em seu discurso como anfitrião, o presidente Lula da Silva apresentou uma abordagem bastante abrangente dos objetivos buscados com a nova organização de integração. Segundo o presidente, “A CASA é muito mais do que uma construção política e jurídica. Somos 350 milhões de homens e mulheres, determinados a realizar todas as potencialidades de uma região dotada de imensos recursos naturais e humanos” (FUNAG, 2007, p. 43). Foram discutidos nessa reunião temas de economia, infraestrutura, integração física e energética, cultura, meios de comunicação, meio-ambiente e problemas sociais. O principal resultado obtido nessa primeira reunião foi a adesão de Chile, Guiana e Suriname ao projeto da CASA. Sem a participação desses países, a essência do objetivo buscado com a nova organização, isto é, a integração de todo o espaço sul-americano, não seria possível atingi-lo.

Em dezembro de 2006, ocorreu na cidade boliviana de Cochabamba a 2ª Reunião de Chefes de Estado da Casa. Nesse encontro, reafirmou-se a necessidade em se levar em consideração e a inclusão na CASA dos avanços obtidos pelo MERCOSUL e a CAN. A declaração final do encontro apontaram a globalização do pós-guerra fria como um dos fatores responsáveis pelo aprofundamento de problemas econômicos e sociais na região e a integração regional como meio para se evitar e enfrentar tais problemas. O modelo que foi proposto possui características de integração pluralista, abrangendo não somente o âmbito comercial, mas ao mesmo tempo buscando uma articulação econômica e produtiva mais ampla, bem como novas formas de cooperação política, social e cultural, no âmbito público e no âmbito privado (ANDRADE, 2010, p. 95).

Na I Conferência dos Ministros da Defesa da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2006, foram reiterados os compromissos dos países da região com o desenvolvimento de mecanismos de intercâmbio de informação de inteligência, intercâmbio

acadêmico, ações de capacitação e treinamento, troca de experiências e conhecimentos científicos e tecnológicos em matéria de indústria de defesa e realização de encontros bilaterais ou multilaterais entre membros dos Ministérios de Defesa sul-americanos. O principal objetivo desse encontro, segundo Abdul-Hak (2013, p. 141) seria consolidar a América do Sul como uma área de paz e estabilidade e promover uma coordenação mais eficaz contra as ameaças enfrentadas pelos Estados-membros, mediante a cooperação entre os Ministérios da Defesa, Forças Armadas e Forças de Segurança, em conformidade com os ordenamentos jurídicos internos de cada país.

Em 16 de abril de 2007, por ocasião da 1ª Cúpula Energética Sul-americana, realizada na Ilha de Margarita, na Venezuela, a CASA muda de nome e passa a se chamar União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A formalização desse novo projeto de integração ocorre no dia 23 de maio de 2008 quando é firmado durante a 3ª Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília, o Tratado Constitutivo da UNASUL. Em seu Tratado Constitutivo, estava previsto em seus objetivos o “intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa” (UNASUL, 2007).

Na cúpula que deveria focar somente em questões pertinentes a assuntos energéticos, através dos projetos da IIRSA, tornou-se uma cúpula abrangente, onde ficou determinada a mudança do nome da organização de CASA para UNASUL. Não somente, ficaram determinadas algumas questões pertinentes à burocratização desta “nova” organização. Segundo o jornal Folha de São Paulo (2007), leia-se

Os 12 países presentes na cúpula energética encerrada ontem também concordaram em criar a Secretaria-Executiva Permanente da Unasul, com sede em Quito, capital do Equador. Nos próximos dias, será nomeado um secretário-executivo. O nome de Marco Aurélio Garcia, assessor internacional de Lula, chegou a ser cogitado para o cargo, mas o presidente equatoriano, Rafael Correa, disse que, por consenso, o primeiro a assumir a função será um antecessor seu, o ex-mandatário Rodrigo Borja (1988-92). Correa disse também, em entrevista coletiva, que o novo nome e a criação da secretaria executiva foram as “principais decisões” da cúpula.

Portanto, a UNASUL é a continuação dos objetivos traçados no projeto que culminou na Comunidade Sul-Americana de Nações em 2004. Busca-se na organização, uma cooperação além das questões econômicas, mas que discuta todo arranjo político da região. Esta ideia de uma integração mais ampla deriva ainda da reunião dos presidentes sul-americanos realizada nos anos 2000.

Destaca-se em toda essa nova configuração da integração da América do Sul, a importância dada nas notas oficiais, a um discurso que afirma uma identidade comum de todos

os países da região, a questão da democracia, da paz, da necessidade de união para uma voz mais ativa dos países sul-americanos no cenário internacional, além da questão de segurança aparecer em maioria das declarações analisadas.

Os pontos destacados serão institucionalizados tanto no Tratado Constitutivo da UNASUL quanto no do Conselho de Defesa Sul-Americano. Deste modo, cabe analisar os tratados de ambas as organizações, evidenciando os seus objetivos e suas visões sobre a região. Desta forma, o papel de liderança brasileira ficará mais evidente e, especificamente, a importância da participação do ministro Jobim na consolidação do CDS.

A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano

No decorrer da construção dos objetivos e da institucionalização da UNASUL, as negociações para a formação do novo organismo sofreram um profundo abalo. Em decorrência da luta contra o narcotráfico, no início de 2008 a Colômbia lançou uma ofensiva contra uma célula das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano. O ataque do governo colombiano com a utilização de suas forças armadas, resultou em uma escalada ofensiva nas relações diplomáticas entre Colômbia, Equador e Venezuela. A gravidade da situação levou a adoção de medidas por parte do governo venezuelano em romper com todas as relações diplomáticas com a Colômbia, o fechamento das fronteiras, o deslocamento de tropas e a ameaça de nacionalização de empresas colombianas (ABDUL-HAK, 2013, p. 143). Ocorreu por parte do governo brasileiro, uma tentativa de mediação a nível presidencial com os demais países sul-americanos, principalmente com o objetivo de conter qualquer ramificação da crise em outros países que não estivessem envolvidos com a questão.

O estopim de uma crise que poderia levar inclusive a uma guerra na América do Sul, serviu para o lançamento de uma proposta do governo do Brasil para a construção de um organismo de defesa regional no âmbito da UNASUL. Segundo Abdul-Hak (2013), a deterioração do ambiente de segurança regional deflagrada com a crise Colômbia-Ecuador-Venezuela, demonstrou a necessidade de um foro de diálogo permanente de concertação sobre os assuntos de defesa, que atuasse principalmente para a manutenção desse canal comunicativo em momentos de crise e que, ao mesmo tempo, estimulasse um processo de aproximação política e de criação de confiança.

O Brasil lançou a proposta do Conselho de Defesa Sul-Americano com o objetivo de incentivar ações de cooperação regional sobre defesa. Foi elaborado pelo governo brasileiro, o Marco Político-Estratégico, segundo o qual

a existência de uma visão regional comum em matéria de defesa reforçaria a confiança mútua e afastaria percepções equivocadas por meio do maior entrosamento entre as Forças Armadas da América do Sul, aportando assim maior previsibilidade e segurança à região. A discussão de questões relacionadas com a defesa de um Estado-membro ou de interesse para a região pode, ademais, contribuir para o alívio de tensões na América do Sul (ABDUL-HAK, 2013, p. 146).

A expectativa por parte do governo brasileiro era, em parte, que o CDS preenchesse uma lacuna na análise de questões políticas e estratégicas, capaz de ensejar um olhar crítico sul-americano sobre as realidades global e hemisférica. Segundo Abdul-Hak (2013), o Conselho não ficaria restrito somente em análises de questões militares, mas sim promover um debate regional amplo sobre questões estratégicas, objetivando facilitar consensos e procurar soluções para problemas em comum. Os pilares desses objetivos estariam baseados em pressupostos de que os países sul-americanos compartilham de semelhanças comuns a todos, como a democracia sendo o regime de todos os Estados, a semelhança cultural e geográfica entre os países, a América do Sul como uma região livre dos principais focos de tensão e de conflito, os gastos em matéria de defesa e o histórico de poucos conflitos entre os Estados (ABDUL-HAK, 2013, p. 148).

A partir da formulação da proposta do Conselho de Defesa Sul-Americano, coube ao então Ministro da Defesa brasileiro Nelson Jobim a missão de garantir a adesão de todos os países ao novo mecanismo de defesa comum da América do Sul. O papel de liderança exercida por Jobim ao longo do processo de consolidação do CDS é o foco desta pesquisa. A importância do então ministro brasileiro de garantir a adesão e implementação da iniciativa brasileira do Conselho será apresentada neste capítulo, utilizando os discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma entrevista realizada pelo autor com o General de Estado-Maior Sergio Etechegoyen. Assim como, a utilização do livro oficial sobre o processo de consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano que também apontam o papel de liderança de Jobim.

Após a formulação do projeto do CDS por parte do Brasil, a partir de abril de 2008, o ministro Jobim iniciou diversas tratativas bilaterais com os presidentes e ministros de defesa dos países membros da UNASUL, realizando um giro por esses países com o intuito de garantir a adesão à proposta brasileira. Segundo Abdul-Hak (2013), o único país que objetou da proposta do CDS foi a Colômbia, pois haveria pouco acréscimo de contribuição do novo mecanismo de defesa em um trabalho que já seria desenvolvido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Além da objeção colombiana, nas vésperas da realização da Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da América do Sul em maio de 2008, pairavam dúvidas sobre quais documentos que seriam assinados, pois além do contraponto colombiano, o Equador

manifestou insatisfação em relação ao formato institucional da UNASUL (ABDUL-HAK, 2013, p. 149). Embora os contratempos existentes demandassem esforço concentrado por parte dos presidentes Lula da Silva e Hugo Chávez, acabou-se por assinar o Tratado Constitutivo e a Colômbia garantiu que analisaria a proposta do CDS em um prazo de 90 dias.

Foi criado um grupo de trabalho cujo objetivo era criar um estatuto contendo os princípios, os objetivos e a estrutura do CDS (CHILE, 2009). A primeira reunião deste grupo de trabalho ocorreu em Santiago em junho de 2008 e baseou-se principalmente no Marco Político-Estratégico brasileiro. A segunda reunião ocorreu um mês após a primeira e contou com um indicativo por parte do governo da Colômbia de seu intuito de integrar-se ao Conselho de Defesa Sul-Americano, desde que as decisões fossem tomadas por consenso, que se reconhecesse apenas as forças institucionais consagradas no ordenamento constitucional dos Estados-membros e que houvesse repúdio formal, no estatuto do organismo, a grupos violentos independente de sua origem (ABDUL-HAK, 2013, p. 150).

A terceira reunião realizou-se em agosto de 2008, onde o grupo de trabalho redigiu um primeiro esboço do Tratado Constitutivo do CDS. Chegou-se a um consenso de que o papel do Conselho deveria girar ao redor da ideia de promover, em conformidade ao ordenamento constitucional e legal dos Estados-membros, a responsabilidade e a participação cidadã nos temas de defesa (CHILE, 2009). Segundo Abdul-Hak (2013, p. 150), a Venezuela solicitou a inclusão de uma referência à “Quarta Esquadra norte-americana” entre as ameaças de defesa enfrentadas pela região, porém esta iniciativa sofreu oposição de várias delegações, inclusive a do Brasil.

Após uma reunião informal do grupo de trabalho em um encontro dos ministros da defesa das Américas, realizado em setembro de 2008 no Canadá, exortou-se ao encerramento das negociações para a construção do estatuto no menor prazo possível. Finalmente, em dezembro de 2008, as divergências remanescentes, como a demandas colombiana em relação aos grupos armados à margem da lei e da Venezuela em relação a Quarta Frota americana, foram diluídas em referências a outros princípios relacionados a convivência pacífica dos povos e à proteção da democracia em face a ameaças internas e externas.

Após o esforço do grupo de trabalho para elaborar o Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul-Americano, o documento foi aprovado em 16 de dezembro de 2008 por todos os 12 países sul-americanos na Cúpula Extraordinária da UNASUL realizada no Brasil.

O Tratado Constitutivo da UNASUL, o Estatuto do CDS, o Plano de Ação 2009-2011 e a Declaração Final dos Ministros de Defesa

1.3.1 – O Tratado Constitutivo da UNASUL: a construção de uma identidade

Em 23 de maio de 2008, reunidos em Brasília, os representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela assinaram o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. A redação do Tratado utilizou-se de uma linguagem que associa todas estas nações a uma história comum, uma história da América Latina e de inspiração de suas personagens libertadoras ao passo do sonho de uma América Latina integrada. Essa visão de uma história compartilhada por todos os países sul-americanos aparece logo no preâmbulo do Tratado

Apoiadas na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum (UNASUL, 2008).

Destaca-se também, a importância dada à questão da “construção de uma identidade e cidadania sul-americana”. As implicações em invocar a questão de construção de uma identidade é o tema central desta pesquisa, sendo um objetivo que aparece com recorrência tanto no Tratado Constitutivo da UNASUL quanto do Conselho de Defesa Sul-Americano. A questão da identidade será abordada no próximo capítulo, apresentando a importância que o assunto tem nos estudos das Relações Internacionais. Ainda no preâmbulo, a construção da identidade está atrelada a diversos níveis de relacionamento entre os atores, não ficando restrito somente ao campo econômico.

Afirmando sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americana e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe (UNASUL, 2008).

Ao fim do preâmbulo, destaca-se a importância dada ao respeito à soberania dos Estados membros, a manutenção da democracia, o ambiente de paz na região e o respeito a pluralidade entre os povos. Assim como, está presente uma visão oficial sobre a abrangência do objetivo proposto com a criação da UNASUL e a necessidade de uma condução parcimoniosa e estratégica para o cumprimento deste objetivo em relação a integração regional

Ratificando que tanto a integração quanto a união sul-americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável (...) conscientes de que esse processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso em seus objetivos

estratégicos, que deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assuma os compromissos segundo sua realidade. (UNASUL, 2008).

O artigo 2 do Tratado Constitutivo da UNASUL apresenta o objetivo firmado com a criação dessa nova iniciativa de integração regional. O objetivo geral da organização preza pela integração regional em uma forma abrangente, abordando distintos aspectos políticos, sociais e econômicos, visando atingir principalmente as questões sociais, o fortalecimento democrático e de soberania dos Estados. Portanto, o Artigo 2 apresenta o objetivo geral da UNASUL que é

(...) construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2008).

No preâmbulo e no objetivo geral do Tratado Constitutivo da UNASUL, os assuntos de segurança e defesa não aparecem de uma forma objetiva e direta. Não há uma menção literal de que a nova organização dispunha-se em abordar essa temática. Portanto, criar um mecanismo de segurança e defesa comum a todos os países sul-americanos não entrou no objetivo geral da UNASUL, mesmo que o Tratado apresente uma preocupação com o fortalecimento das soberanias e independências de seus membros. Porém, dentro dos objetivos específicos da organização, existem menções de que os assuntos de segurança e defesa serão abordados, mas sem uma abordagem aprofundada, além de não mencionar a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. As menções a estes assuntos se encontram nas alíneas Q e S do Artigo 3 sobre os objetivos específicos da UNASUL, sendo a alínea S “o intercâmbio de informações e de experiência em matéria de defesa” e a alínea Q

q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a desminagem (UNASUL, 2008).

Por se tratar de uma organização de abrangência maior, o Tratado Constitutivo da UNASUL deu pouca atenção aos assuntos de segurança e defesa, onde essas questões são resumidas a duas alíneas em um universo de 21 objetivos específicos. Este pouco enfoque nessas questões deve-se ao que foi apresentado anteriormente, como as dificuldades em se discutir tais questões com países como a Colômbia que não via a necessidade de uma nova organização que abordasse essa temática, e da Venezuela que gostaria de que a UNASUL e, especificamente nos assuntos de segurança e defesa, assumisse uma postura de condenação às

movimentações militares dos Estados Unidos na região da América do Sul. Não obstante, o fator chave para que o Conselho de Defesa Sul-Americano fosse debatido e consequentemente criado, foi o ataque colombiano a bases das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em território equatoriano. O rompimento de relações diplomáticas entre Equador e Venezuela com a Colômbia foi decisivo para que o objetivo de se construir um mecanismo regional de defesa comum saísse apenas do papel assinado pelos países sul-americanos e tomasse forma, sendo implantado no mesmo no mesmo ano da UNASUL.

1.3.2 – O Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano: consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa.

Em 11 de dezembro de 2008, superadas as adversidades para a criação de um mecanismo de defesa comum sul-americano, foi assinado no Chile, o Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Após a realização do encontro em Brasília em maio de 2008, que culminou com a criação da UNASUL, decidiu-se criar um grupo de trabalho cujo objetivo fosse acordar o Estatuto de um Conselho de Defesa Sul-Americano (UNASUL, 2008). O resultado desse grupo de trabalho acabou sendo submetido à consideração do Conselho de Chefes de Estado e Governo da UNASUL, sendo posteriormente aprovado e ratificado por todos.

O Estatuto considera em seu preâmbulo que a criação do CDS é uma necessidade da UNASUL. Leia-se, portanto, no preâmbulo do Estatuto “Considerando a necessidade da UNASUL de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa” (UNASUL, 2008). O emprego de *necessidade* em um documento oficial eleva o organismo ao status de prioridade da UNASUL em contar com um mecanismo específico para os assuntos de segurança e defesa, principalmente com a função de ser uma instalação voltada para o crescente diálogo e projetos de cooperação nessa área.

Dos princípios do Conselho de Defesa Sul-Americano, destaca-se que o organismo será norteado pelos princípios e propósitos existentes tanto na Carta das Nações Unidas quanto na Carta da Organização dos Estados Americanos, além de estar submetido a chancela dos Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (UNASUL, 2008). A atuação do Conselho tem a sua atuação moldada a partir de 12 alíneas do Artigo 3 do seu Estatuto. Destacam-se como princípios de atuação do CDS, as alíneas A, C, D, I, J, L e M.

Na alínea A, assim como no Tratado Constitutivo da UNASUL, existe a preocupação em respeitar de modo irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, além da não intervenção em assuntos de natureza doméstica (UNASUL, 2008). Na alínea C, a

preocupação em que promover a paz e a resolução pacífica das controvérsias (UNASUL, 2008). Na alínea D, busca-se o fortalecimento do diálogo e consenso em matéria de defesa mediante o desenvolvimento de medidas de confiança e transparência (UNASUL, 2008). Já a alínea I, apresenta-se o objetivo de reduzir as assimetrias existentes entre os países membros da UNASUL em seus sistemas de defesa, buscando fortalecer a capacidade de defesa da América do Sul (UNASUL, 2008). A alínea J versa sobre o fomento da defesa dos recursos naturais de cada país (UNASUL, 2008). Na alínea L, aparece a preocupação da institucionalização do CDS ser de forma gradual e flexível, assim como do desenvolvimento da cooperação em matéria de defesa, não sobrepondo as realidades nacionais de cada Estado membro (UNASUL, 2008). Por fim, a alínea M reafirma alguns pontos presentes em alíneas anteriores e apresenta, pela primeira vez, algumas preocupações em matéria de defesa na região, como

a vigência dos sistemas democráticos de governo e sua proteção, em matéria de defesa, perante ameaças ou ações externas ou internas, no marco das normativas nacionais. Igualmente, rejeita a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer seja a sua origem (UNASUL, 2008).

As demais alíneas presentes nos princípios que regem o Conselho de Defesa Sul-Americano abordam temáticas que vão desde a preocupação na manutenção do sistema democrático nos Estados Membros, a submissão dos assuntos de defesa a autoridades civis legalmente constituídas, a América do Sul livre de armas nucleares e de destruição em massa e a participação cidadã (UNASUL, 2008).

Portanto, os princípios do Conselho de Defesa Sul-Americano refletem as intenções contidas na criação da UNASUL, reafirmando os compromissos ratificados no Tratado Constitutivo da organização. Assim como, percebe-se que a temática de defesa e segurança regional é um dos pilares da nova organização de integração regional. Por fim, como relatado anteriormente, percebe-se a preocupação – mesmo que indireta – em colocar em seus princípios estatutários, as demandas de Colômbia e Venezuela. Presente na alínea M estão contidos os repúdios aos grupos armados à margem da lei que ameaçam os governos nacionais e a possíveis ameaças externas aos membros do CDS.

Nos objetivos do Conselho de Defesa Sul-Americano encontra-se a temática proposta nessa pesquisa. No Artigo 4, que trata dos objetivos gerais, na alínea B, surge pela primeira vez no Estatuto do CDS a questão da identidade comum de defesa. Apesar de no Tratado Constitutivo da UNASUL aparecer o objetivo de construção de uma identidade sul-americana, no Estatuto do Conselho essa identidade foca nos assuntos de defesa sendo, portanto, mais específica e direcionada. A busca pela construção desta identidade indica que existem

características sub-regionais que devem ser respeitadas e consideradas. Esse ponto será importante e recorrente nos discursos de Nelson Jobim, apresentando inclusive quais seriam esses sub-regionalismos. Portanto, o objetivo contido na alínea B afirma a necessidade de “Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe” (UNASUL, 2008).

Completam os objetivos gerais do CDS, a consolidação da América do Sul como uma zona de paz, de estabilidade democrática, desenvolvimentos dos povos e contribuidora da paz mundial (UNASUL, 2008) e a geração de consenso para o fortalecimento da cooperação regional em matéria de defesa (UNASUL, 2008).

Nos objetivos específicos do Conselho de Defesa Sul-Americano (Artigo 5), apresentam-se pontos importantes e que direcionam o que seria entendido como identidade comum de defesa e como ela será construída. Por ser o objetivo central dessa pesquisa, esses pontos serão apresentados nesse momento, mas serão analisados em um capítulo posterior. Isso se deve pela metodologia de análise de discurso adotada, necessitando um aprofundamento de cada palavra utilizada nos documentos que fazem ligação com o que é identidade para a perspectiva construtivista e a causalidade direta entre os discursos de Nelson Jobim e o reflexo nos objetivos buscados na criação do CDS.

Na alínea A, fala-se em *visão conjunta em matéria de defesa*. Segundo este propósito, um dos objetivos do Conselho será de desenvolver análises e discussões de pontos em comum que há na América do Sul. Leia-se, portanto, “Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa” (UNASUL, 2008).

Já a alínea subsequente, trata da promoção de trocas de informações e análises sobre a situação na região e no mundo, identificando os fatores de riscos e ameaças que possam afetar de alguma forma a paz regional e mundial (UNASUL, 2008).

Na alínea C, apresenta-se a preocupação em que o CDS possa *articular posições conjuntas da região*. Essas posições conjuntas servirão principalmente para os debates em foros multilaterais de defesa. Leia-se na alínea C “Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL” (UNASUL, 2008).

Consequente objetiva-se o avanço de uma *construção de uma visão compartilhada* das tarefas de defesa, a reafirmação no diálogo e uma preferência por projetos de cooperação de defesa entre os países sul-americanos. Na alínea D, lê-se “Avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e o Caribe” (UNASUL, 2008).

Na alínea E, o fortalecimento de *medidas de confiança* e a divulgação de lições aprendidas é a preocupação. Leia-se nesta alínea “Fortalecer a adoção de medidas de confiança e divulgar as lições aprendidas” (UNASUL, 2008).

As alíneas restantes (F, G, H, I, J e K) objetivam as questões de intercâmbio e *troca de experiências* entre as indústrias de defesa, as forças armadas nacionais, a cooperação acadêmica dos centros de defesa, compartilhamento de experiências em operações de manutenção de paz e ações humanitárias, dos processos de modernização das forças armadas e dos ministérios de defesa e a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa (UNASUL, 2008).

Portanto, os objetivos específicos do Conselho de Defesa Sul-Americano apresentam intenções e terminologias que podem ser associados ao objetivo geral do Conselho (e desta pesquisa) de compreender o que significa ou como se pretende criar uma *identidade comum de defesa* na América do Sul. As terminologias utilizadas e destacadas acima, apresentam similaridade com os principais eixos analíticos para se determinar uma comunidade pluralística de segurança cujo objetivo principal está em que os atores cheguem a um grau de integração onde eles possuem a confiança mútua de solução pacífica das controvérsias, devido principalmente aos canais de relacionamento institucionalizados que facilitam a construção de uma identidade positiva e comum para os atores envolvidos. A questão de se construir uma identidade comum sul-americana está descrita objetivamente tanto no Tratado Constitutivo da UNASUL quanto no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Não obstante, no primeiro plano de ação do CDS, de janeiro de 2009, onde a forma de atuação do Conselho em seu estágio inicial está descrita mais profundamente, reafirma-se o objetivo geral de se construir esta identidade comum de defesa da América do Sul.

1.3.3 – O Plano de Ação do CDS de 2009

O plano de ação de 2009 do Conselho de Defesa Sul-Americano tem como objetivo de transparecer as primeiras iniciativas a serem adotadas pelos países visando institucionalizar o CDS. O primeiro conjunto de medidas foi determinado para ser de curto de médio prazo,

garantido a legitimidade e visibilidade do Conselho. O plano de ação apresenta um cronograma de reuniões, as tarefas pretendidas e o papel de cada país nessas iniciativas.

No texto do documento, justifica-se que todas as medidas intencionadas nele “(...) refletem a unidade de propósitos que hoje alcançam nossos países na perspectiva de construir uma zona de paz e cooperação” (UNASUL, 2009). Nota-se a constante caracterização da América do Sul como uma zona de paz e de cooperação.

A identidade volta a ser apresentada no documento de forma direta e objetiva. Desta vez, deixa-se um pouco mais claro de como ela será buscada. Observa-se a recorrência nos documentos analisados até o momento, quando se refere à identidade, o uso constante do verbo *construir*, o que remete a percepção de que ela ainda é inexistente ou limitada às identidades nacionais. No plano de ação de 2009, a referência vem no parágrafo que afirma

Este documento é uma agenda ampla para a construção comum da identidade sul-americana de defesa que será expressa, gradualmente e paulatinamente, no conjunto de ações que irão impulsionar nossas Ministras e Ministros de Defesa e nossas Chefas e Chefes de Estados (UNASUL, 2009).

Consequente a essa afirmação sobre a construção de uma identidade comum de defesa sul-americana, volta-se a apresentar as mesmas alíneas do Estatuto do CDS. Portanto, não são acrescidos e nem modificados os objetivos propostos. O que se busca nesse plano de ação é como esses objetivos serão inicialmente buscados e a responsabilidade de cada país. Para isso, o plano foi dividido em quatro eixos fundamentais: (i) Políticas de Defesa, Cooperação Militar, (ii) Ações Humanitárias e Operações de Paz, (iii) Indústria e Tecnologia da defesa e (iv) Formação e Capacitação.

No primeiro quesito, focaram-se principalmente nas questões de trocas e transparência de informações sobre políticas de defesa, discussões sobre a modernização dos ministérios de defesa, a identificação de ameaças e riscos que possam desestabilizar a paz regional e mundial e a criação de mecanismo de articulação conjunta de posições. Nesse primeiro eixo fundamental, integram como responsáveis a Argentina (transparência das informações), Bolívia, Colômbia e Equador (modernização dos ministérios da defesa), Chile (rede de troca de informações, modernização dos ministérios da defesa, transparência das informações e mecanismo de articulação conjunta), Peru (modernização dos ministérios e mecanismo de articulação conjunta) e Venezuela (fatores de risco e enfoques conceptuais).

No segundo eixo, as preocupações iniciais visavam criar um planejamento de exercícios em conjunto de assistência de desastres e catástrofes naturais (Argentina, Bolívia, Guiana, Peru

e Venezuela), organização de conferência sobre lições aprendidas em operações de paz (Argentina e Uruguai), elaboração de um inventário das capacidades de defesa que os países possuem para o suporte em ações humanitárias (Brasil e Colômbia) e trocas de experiências em ações humanitárias para o estabelecimento de mecanismos de resposta imediatas em situações de desastres naturais (Argentina, Peru e Venezuela).

O terceiro quesito, sobre as indústrias e tecnologia de defesa, ficou determinado a realização de dois workshops de responsabilidade de Equador e Venezuela para a elaboração de um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros cujo foco é a identificação de capacidades e áreas de associação estratégicas para a promoção da complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica, além de ações bilaterais e multilaterais de cooperação e produção industrial para a defesa dos países membros.

O quarto e último eixo fundamental, a Venezuela ficou responsável por cadastrar as academias e centros de estudos em defesa e seus programas, além de criar uma rede sul-americana de capacitação e formação em defesa, permitindo um intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de programas conjuntos. Já o Chile, Equador, Guiana, Peru e Uruguai ficaram com a responsabilidade em propor iniciativas de intercâmbio de docentes e estudantes, criando acreditação de estudos, reconhecimentos de títulos e bolsas entre as instituições existentes. Foi proposta a criação do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), cuja responsabilidade ficou encargo de Argentina e Chile. Por fim, a realização do Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos em novembro de 2009 na cidade do Rio de Janeiro, tarefa designada para Argentina, Brasil e Chile.

1.3.4 – A declaração final da primeira reunião dos ministros da defesa do CDS

Em março de 2009, em Santiago, ocorreu a primeira reunião constitutiva do Conselho de Defesa Sul-Americano, onde o objetivo principal foi de reafirmar a unidade dos propósitos para a construção de uma América do Sul como uma zona de paz e cooperação entre os países em matéria de defesa (UNASUL, 2009). O documento não apresenta diferenças significativas em relação aos demais documentos analisados acima. Portanto, a declaração serve apenas para referendar oficialmente o trabalho realizado na construção dos objetivos do CDS.

A declaração final apresenta os objetivos gerais do Conselho, apresentados no Estatuto e no Plano de Ação de 2009, assim como os quatro eixos fundamentais que foram explorados no Plano de Ação. Por se tratar do primeiro documento oficial do CDS com a ratificação de todos os ministros da defesa sul-americanos, a declaração final corresponde a posição oficial

de cada país-membro do Conselho. Isso posto, cabe apresentar pequenas particularidades da declaração final que referendam tanto o que se busca com a criação desse novo mecanismo de segurança e defesa regional quanto o objetivo de se criar uma identidade comum de defesa, foco centra dessa pesquisa.

Na primeira parte da declaração oficial, quatro parágrafos explicitam pontos considerados importantes para os governos nacionais. São pontos que merecem destaque: *ratificam* o respeito de maneira irrestrita à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados e não intervenção em seus assuntos internos; *reafirmam* a convivência pacífica entre os povos, a vigência dos governos democráticos e a sua proteção em matéria de defesa contra ameaças externas ou internas; *consideram* o Conselho como ferramenta importante para contribuir com a construção de um futuro comum da América do Sul; *convencidos* que o projeto de integração e união sul-americana é ambicioso em seus objetivos estratégicos e; *acordam* que a atuação do CDS deverá ser regido pelos seus objetivos gerais (UNASUL, 2009).

Nesse documento, apresentou-se uma declaração anexa cujo objetivo foi de uma manifestação conjuntamente uma preocupação inerente a todos os países que componham o Conselho: o narcotráfico. Nessa manifestação, deixou-se claro a necessidade dos governos articularem uma ação concertada no combate a este “flagelo” (UNASUL, 2009).

Feita a apresentação dos documentos oficiais do período da construção do Conselho de Defesa Sul-Americano, observa-se que os objetivos buscados trazem a preocupação em consolidar a América do Sul como uma região pacífica e cooperativa em matéria de defesa. Esta preocupação é o pilar principal da busca por uma identidade comum sul-americana. Apesar de um ambiente cooperativo e participativo, onde foram formados grupos de trabalhos responsáveis pela elaboração do Estatuto e do Plano de Ação do CDS, o projeto e a liderança foram elaborados e exercidos pelo Brasil. A figura central desta liderança foi a do então ministro da defesa brasileiro Nelson Jobim. Portanto, essas duas afirmações será comprovadas a partir do exame de alguns discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da entrevista com o General de Estado-Maior Sergio Etehegoyen com vistas a colaborar com esta pesquisa.

Um projeto brasileiro liderado por Nelson Jobim

A política externa brasileira para a América do Sul a partir de 2003

A partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência do Brasil em janeiro de 2003, a política externa brasileira passa a concentrar maiores esforços nas relações com os seus vizinhos sul-americanos. Na presidência de Lula da Silva, diversas iniciativas políticas são tomadas visando uma maior integração da região a partir da liderança brasileira. Apesar de autores como Barbosa (2008, p. 12) não vislumbrar diferenças na prioridade da América do Sul na agenda externa do Brasil, ele afirma que no governo de Lula da Silva, a mudança ocorreu dando-se maior ênfase aos “objetivos tradicionais e a forma pela qual o Brasil interage com seu entorno geográfico”. Segundo o autor, percebe-se no discurso oficial do governo a presença do espaço sul-americano como a primeira prioridade da política externa, além de se referir que as relações são próximas e positivas tanto no âmbito bilateral quanto nos processos de integração regional (BARBOSA, 2008, p. 12). Ainda segundo o autor, no começo do primeiro mandato do governo Lula da Silva, o comportamento brasileiro era de liderança, agindo de forma proativa como base estratégica de poder regional, o que levaria a um protagonismo maior do país no cenário internacional. Porém, com a reação negativa por parte dos vizinhos sul-americanos a esta postura e, soma-se a isso, um protagonismo exercido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, ocorreu uma mudança no discurso brasileiro, onde o país passa a ser um fator de equilíbrio e moderação para a região, mas sem abandonar o papel de protagonista (BARBOSA, 2008, p. 12).

Oposto a argumentação de Barbosa, Vizontini (2007, p. 89) credita mudanças concretas em relação ao governo Lula da Silva e do governo anterior de Cardoso. Segundo o autor, com o novo governo, ocorre uma mudança significativa em relação ao protagonismo da política externa brasileira, saindo de um discurso tímido em matéria de relacionamento com os países sul-americanos para um “notável desenvolvimento e protagonismo, superando muitas expectativas”. Para o autor, a política externa do governo Lula da Silva baseou-se em três dimensões: diplomacia econômica, diplomacia política e um programa social. De acordo com Vizontini (2007, p. 89), “a primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva”. No que tange a contribuição a este projeto, apenas a segunda dimensão será apresentada. De acordo com Vizontini (2007, p. 89), a diplomacia política do governo Lula da Silva representou um campo de “reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma diplomacia ativa e afirmativa”. Destaca-se como uma das prioridades da agenda brasileira no governo Lula

da Silva, a reconstrução do MERCOSUL e da integração sul-americana. Vizontini (2007) atribui ao ano de 2003, isto é, o primeiro ano de mandato do presidente Lula da Silva, a articulação dessa reconstrução a partir da XVII Reunião do Grupo do Rio cuja liderança brasileira criou um ambiente necessário para a parceria na retomada do crescimento econômico da região, pois esta era uma “condição indispensável para que a integração deixe de ser virtual, e a possibilidade de uma ação estratégica no plano global que reverta a marginalização crescente que a região está sofrendo” (VIZENTINI, 2007, p. 91).

Vigevani e Cepaluni (2007, p. 275) afirmam que não ocorreu uma mudança significativa no que se refere aos paradigmas históricos da política externa brasileira tendo algumas ações e desdobramentos iniciados ainda na administração anterior de Cardoso, ocorrendo apenas “uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente à política externa brasileira”. Os autores creditam a as diferenças de interpretação e diferenças ideológicas de Cardoso e Lula da Silva (assim como de seus funcionários que os acompanharam) às diferenças de condução da política externa brasileira (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, pp. 276-277). Por fim, os autores apresentam um conjunto de mudanças perceptíveis:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1a) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2a) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3a) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4a) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5a) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6a) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7a) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, pp. 291-292).

Não obstante, cabe ressaltar que este comportamento da política externa brasileira também reflete no discurso de Nelson Jobim em relação ao CDS e às políticas de integração regional sul-americanas. De acordo com o ministro, em seu artigo para o livro sobre a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano lançado pelo Ministério da Defesa do Chile em 2009, o Brasil considera que tem a responsabilidade de participar como elemento catalisador dos projetos de integração da América do Sul, buscando “criar um ambiente de cooperação necessário para garantir a estabilidade, a paz e uma maior segurança a todos em um clima de

convivência harmoniosa com seus vizinhos” (JOBIM, 2009, p 24, tradução nossa). Por fim, Jobim termina afirmando que a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano “outorga substância à direção que tem sido imposta a política externa brasileira” (JOBIM, 2009, p. 25, tradução nossa).

Portanto, percebe-se que a política externa brasileira a partir de 2003, toma ações mais concretas em relação à integração da América do Sul, vendo nesse caminho uma oportunidade de exercer liderança no cenário regional e um maior protagonismo no cenário global. O reflexo dessa conduta inclusive levou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Como serão demonstrados a seguir, os discursos do presidente Lula da Silva apontam para o papel de protagonismo e liderança do Brasil na América do Sul e, referente ao Conselho, como ele seria um instrumento de integração que haveria uma única voz para a região nos assuntos de defesa e que esta voz teria como representante o Brasil.

A proposta do CDS nos discursos de Lula da Silva

A primeira vez que é mencionada a intenção de se criar uma organização sul-americana que abordasse os assuntos de segurança e defesa, foi em um discurso do presidente Lula da Silva realizado no Clube Naval em Brasília, em 11 de dezembro de 2007. Nesse discurso proferido em um almoço com Oficiais-Generais da Marinha, Exército e Aeronáutica, o então presidente afirmou que

Estamos propondo, nos países da América do Sul, a criação de um Conselho de Defesa da América do Sul, para que a gente possa estreitar ainda mais a já boa relação que as Forças Armadas brasileiras têm com as Forças Armadas dos mais diferentes países da América do Sul e da América Latina (BRASIL, 2007)

Portanto, percebe-se que antes mesmo do Tratado Constitutivo da UNASUL (maio de 2008), havia-se a intenção de se propor a criação de um novo mecanismo focado para discussão em matéria de defesa. Destaca-se que o objetivo apresentado nesse discurso do presidente, é a intenção de estreitar as boas relações entre as forças armadas da região.

Em um evento realizado em Campinas no dia 4 de março de 2008, devido a inauguração da Embrapa Monitoramento por Satélite, o presidente Lula da Silva afirma que a proposta brasileira de criação de um Conselho de defesa seria importante para toda a região, pois seria uma forma de se expressar e alterar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desta forma, o Brasil seria o representante desse novo conselho regional e de toda a região. Portanto, o presidente afirma

(...) há um tempo desses, conversando com um país sobre o Conselho de Segurança da ONU, a pessoa dizia assim para mim: “olha, Presidente, eu penso que o Brasil tem direito de entrar no Conselho de Segurança.” Mas o Brasil vai entrar para quê? Para fazer o mesmo que fazem os atuais cinco membros do Conselho de Segurança? Ou o Brasil tem uma proposta nova? A proposta nova, que nós poderemos apresentar, é que o Brasil precisa propor aqui no continente um conselho de defesa sul-americano e que o Brasil esteja no Conselho de Segurança em nome desse conselho, em nome do continente (BRASIL, 2008).

No discurso de 23 de maio de 2008, o presidente brasileiro realizou uma declaração à imprensa em conjunto com os demais chefes de Estado e Governo em relação a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL. Realizado no Palácio do Itamaraty em Brasília, o governante brasileiro expôs a necessidade constante diálogo até a proposta ser aceita por todos

Quero apenas dizer que eu estou há seis anos na Presidência do Brasil, e cada vez que discutimos uma proposta de acordo que envolve um ou mais países, às vezes, nós levamos meses discutindo, e tem que ser assim até que todos estejam convencidos de que a proposta é boa para todos os países (BRASIL, 2008)

Neste mesmo evento, o presidente Lula da Silva também se referiu a outros motivos que levaram a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, como as questões geopolíticas sub-regionais da América do Sul e da necessidade da interligação entre as forças armadas com as demandas de cada questão sub-regional. Além disso, a preocupação em respeitar essas características sub-regionais. Essa conexão se daria somente em um espaço institucionalizado. Assim como, nesse discurso já se apresenta a responsabilidade delegada ao ministro Nelson Jobim em liderar a proposta brasileira e de apresenta-la aos demais países sul-americanos.

Quando eu pedi ao ministro Nelson Jobim que viajasse por todos os países da América do Sul, abrindo a primeira discussão com os presidentes ou com os ministros da Defesa dos países, era porque nós temos que levar algumas coisas em consideração. Nós temos a questão da Amazônia e temos vários países amazônicos; nós temos a questão do Pacífico e a questão do Atlântico; nós temos o mar do Caribe e, portanto, nós precisamos ter o nosso setor de defesa pensando conjuntamente sobre vários desses assuntos. E isso só será possível se nós criarmos um instrumento. O instrumento é um Conselho e eu penso que o que foi aprovado no Encontro foi uma coisa extremamente importante. Na hora que nós fizemos a apresentação da proposta nós, então, decidimos que o grupo de trabalho vai se reunir e em 90 dias apresentará a proposta final do Conselho de Defesa (BRASIL, 2008).

Quando do desenrolar das consequências do ataque colombiano contra um acampamento das FARC em território equatoriano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu uma entrevista para La Prensa Gráfica de El Salvador, em entrevista publicada no dia 29 de maio de 2008. Nessa entrevista, o presidente brasileiro fez referências ao ataque e reforçou a necessidade de institucionalizar os canais de diálogo na região, pois esta é a forma na qual a América do Sul encontra para solucionar suas controvérsias. Disse o presidente

Creio que as dificuldades entre países da região se resolvem com o diálogo. Faz poucos dias, assinamos o Tratado da UNASUL justamente para fortalecer os canais de diálogo. Naquela ocasião, o Brasil também apresentou sua proposta de um Conselho Sul-Americano de Defesa que teria, entre outros propósitos, prevenir e ajudar a resolver situações como a atual (BRASIL, 2008).

Em 27 de junho de 2008, em um ato em conjunto com o presidente venezuelano Hugo Chávez, realizado em Caracas, o presidente brasileiro respondeu a perguntas de jornalistas em uma entrevista coletiva. Infelizmente, segundo a transcrição oficial das respostas do presidente Lula da Silva, a pergunta feita foi inaudível. Supõe-se que o conteúdo dela seja sobre a resistência enfrentada à proposta brasileira do Conselho. Possivelmente, a resistência deve-se a Colômbia, como descrito anteriormente neste capítulo, pois não achava necessidade em se criar uma nova organização em matéria de defesa. Além disso, em entrevista ao autor, o ministro Nelson Jobim afirmou de que as negociações com a Colômbia “foram muito difíceis” (JOBIM, 2012, inf. Verbal). Porém, o presidente brasileiro demonstrou confiança de que a proposta seria aceita por todas.

Sobre o Conselho de Defesa, o meu ministro Nelson Jobim viajou por todos os países da América do Sul antes da reunião da UNASUL, conversou com todos os ministros de Defesa e, em alguns países, conversou até com os próprios presidentes da República. E, na reunião da UNASUL, nós chegamos à conclusão de que tinha algum problema para que amadurecesse melhor, para que pudesse discutir melhor. Mas eu estou convencido de que nós vamos constituir o Conselho de Defesa. É importante que as nossas Forças Armadas façam treinamento junto, é importante que, no caso do Brasil e da Venezuela e outros países, tenhamos todo um Atlântico para cuidar, toda uma Amazônia para cuidar. Agora, eu penso que nós iremos entrar num acordo em relação a esse Conselho de Defesa. Estou muito tranquilo com relação a isso (BRASIL, 2008).

A questão da identidade (ou visão comum) em matéria de defesa aparece objetivamente em uma entrevista à Organização Editorial Mexicana, realizada em 15 de agosto de 2008. Na entrevista, o presidente brasileiro foi perguntado sobre quais seriam os principais objetivos com a UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano. O presidente respondeu que, no que tange ao CDS: “Estamos avançando na constituição de um Conselho Sul-Americano de Defesa que articule uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns” (BRASIL, 2008).

Em 8 de dezembro de 2008, o presidente Lula da Silva discursou durante um almoço de confraternização com oficiais-generais das Forças Armadas. Em seu discurso, dois pontos merecem destaque: o uso da palavra “união” ao se referir a América do Sul e o papel do Brasil como o maior país da região, sendo responsável por colaborar com o desenvolvimento dos demais países sul-americanos. Percebe-se, por tanto, que a união da América do Sul se dará pela via institucional e que o Brasil exerce a liderança regional. Por fim, leia-se em seu discurso

Vocês acompanharam, certamente, pela imprensa ou pelas falas dos seus comandantes, que nós estamos vivendo um momento extremamente especial na América do Sul. Conseguimos unanimidade para construir um Conselho de Defesa na América do Sul, estamos trabalhando seriamente para criarmos uma unidade na América do Sul através da UNASUL, e estamos trabalhando como nunca trabalhamos para que o Brasil jogue o seu papel como maior economia, como maior nação da América do Sul na política de solidariedade para ajudar os países vizinhos a se desenvolverem (BRASIL, 2008).

Poucos dias depois do discurso proferido no almoço de confraternização com oficiais-generais das forças armadas, o presidente Lula da Silva realizou um discurso em relação ao lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, realizado no dia 18 de dezembro de 2008 em Brasília. Em seu discurso, cabe destacar a necessidade da participação dele, do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e do ministro da Defesa Nelson Jobim, em conversar com o presidente colombiano Álvaro Uribe e seu ministro da Defesa, na tentativa de convencê-los a participar do projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Ao ter sucesso em sua iniciativa, o presidente brasileiro colocou o Conselho como ferramenta importante na garantia da soberania da América do Sul. Porém, o mais importante nesse discurso é o papel ao qual o presidente brasileiro colocou os demais países sul-americanos no projeto do CDS. Além de reafirmar que o projeto do Conselho é do Brasil, os demais países membros assumem o papel de coparticipantes, principalmente na questão do desenvolvimento da indústria bélica na região. Além disso, o presidente dirige a palavra para o ministro Jobim e afirma o quanto os demais presidentes sul-americanos estão felizes com o “nosso projeto”. No discurso, leia-se

Passados alguns meses, Jobim, eu e o Celso Amorim fomos a uma reunião de trabalho na Colômbia e, em meia hora de conversa com o Presidente Uribe e com o seu Ministro da Defesa, os dois também se colocaram de acordo, que queriam participar do Conselho de Defesa. E isso virou unanimidade entre todos os países da América do Sul. E hoje eu posso dizer para vocês que todos os presidentes vêem o Conselho da Defesa como uma necessidade de garantir a soberania da nossa América do Sul. (...) Queria dizer, Jobim – não sei se você conversou com alguns presidentes ontem – da alegria de alguns presidentes que não estavam apenas felizes pelo nosso projeto. Estavam felizes porque eles sabem que no nosso Programa eles estão inseridos como co-participantes do desenvolvimento da indústria que nós queremos. E alguns diziam: “Finalmente, a gente vai poder acreditar que daqui a alguns anos não vai estar precisando comprar equipamentos de países tão distantes de nós, porque nós seremos capazes de produzi-los na nossa América do Sul” (BRASIL, 2008).

A missão delegada ao ministro Nelson Jobim de liderar o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano aparece em referência ao envio do ministro brasileiro para conversar com seus pares até mesmo com os presidentes dos demais países sul-americanos. Em entrevista concedida à revista “Tecnologia & Defesa”, em abril de 2009, o presidente Lula da Silva fala que o enviou o ministro Jobim, pois a defesa da soberania brasileira está interligada conjuntamente com os processos de integração com os vizinhos. Por isso, o desenvolvimento

da indústria militar com os vizinhos sul-americanos é uma das prioridades para o Brasil. Por isso, Jobim conversou sobre estratégia e a criação de um Conselho de defesa.

A defesa é essencial para garantir a soberania do Brasil e requer uma base industrial que garanta os meios para assegurar o exercício dessa soberania. O Brasil é um país pacífico, não temos disputas com nossos vizinhos. Pelo contrário, estamos cada vez mais mergulhados num processo de integração econômica e de infraestrutura. Por isso fiz questão que o ministro Nelson Jobim visitasse todos os países da América do Sul para falar da Estratégia e, principalmente, falar da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. E, veja, nós queremos que o desenvolvimento da indústria não seja só no Brasil. Nós queremos que ela cresça em conjunto com as indústrias dos nossos vizinhos. Se nós fizermos um trabalho coordenado, podemos dar muito mais competitividade a toda a região nessa área da defesa (BRASIL, 2009).

Por fim, o último discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva onde aparece referência ao Conselho de Defesa Sul-Americano foi uma entrevista concedida ao jornal venezuelano “El Universal”, realizada em 29 de outubro de 2009. Nessa entrevista, o presidente brasileiro afirma categoricamente que o projeto do Conselho é do Brasil. Além disso, o presidente reafirmou que os demais países da região não precisam temer o Brasil, pois o processo de reaparelhamento das forças armadas brasileiras é conduzido de forma transparente. Por fim, toda essa movimentação institucional que ocorre visa a proteção das riquezas dos recursos naturais da região. Portanto, leia-se

Além de contar a seu favor com uma tradição de convivência pacífica na região e no plano internacional, o Brasil é adepto da transparência e da cooperação em matéria de defesa. É preciso lembrar que foi o Brasil que propôs a criação do Conselho de Defesa na UNASUL. Não há nenhum motivo para desconfianças quanto ao Brasil nessa área ou em qualquer outra. Nossos programas de reaparelhamento das Forças Armadas são conhecidos e são para fins de dissuasão. Além disso, a descoberta de riquezas como o petróleo do pré-sal, na costa brasileira, demandam do Estado uma resposta adequada em defesa desses recursos, que são de todos os brasileiros, e é isso o que estamos fazendo (BRASIL, 2009).

Os discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trazem a luz alguns pontos importantes de análise. O primeiro deles é de que o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano foi de iniciativa do Brasil. Apesar de que no processo de elaboração do Estatuto do CDS e do Plano de Ação de 2009 foram criados grupos de trabalho multilaterais, a ideia e o projeto foram elaborados pelo governo brasileiro como parte importante da discussão da integração da região em matéria de defesa. O segundo ponto importante, é a reafirmação da integração da América do Sul e da necessidade em que ela tenha uma união em matéria de defesa. Essa união, ao se analisar os discursos do presidente brasileiro, será buscada através da institucionalização. O terceiro ponto que merece destaque são os eixos considerados importantes para o presidente, como a concertação política institucional fornecer uma voz única da região e que o Brasil seja o emissor dessa união sul-americana, a criação de uma indústria

bélica própria da região e a proteção de recursos naturais considerados estratégicos. Por fim, o quarto e último ponto, está no discurso e na reprodução deste de uma América do Sul pacífica, o diálogo como ferramenta para solução das controvérsias, o CDS ter sido criado com a aceitação unânime dos países membros da UNASUL e o respeito as características particulares de cada país sul-americano.

A liderança de Nelson Jobim pode ser comprovada nos discursos presidenciais principalmente em referência ao seu envio para os demais países-membros da UNASUL com o intuito de apresentar, dialogar e obter apoio ao projeto brasileiro do Conselho de Defesa Sul-Americano. Pelo conteúdo dos discursos do presidente Lula da Silva ao papel exercido pelo ministro Jobim focar muito na questão das viagens, faz-se necessária uma análise da entrevista concedida para o autor pelo General de Estado-Maior Sergio Etchegoyen onde afirma que a liderança do projeto ficou encargo do então ministro da Defesa brasileiro.

1.4.3 – A liderança de Nelson Jobim no projeto do CDS

O General Sergio Westphalen Etchegoyen atualmente possui o cargo de Chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército brasileiro. Durante o período de elaboração e implantação do projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano, ele exerceu os cargos de comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército de 2007 a 2009 e Assessor Especial Militar do Ministro de Estado da Defesa e Chefe do Núcleo de Implantação da Estratégia Nacional de Defesa de 2009 a 2011. Foi coautor em 2010 do livro *Segurança Internacional – Perspectivas Brasileiras* junto com o ministro da Defesa Nelson Jobim e com o diplomata João Paulo Alsina.

Em 13 de maio de 2014, o General foi entrevistado pelo autor sobre a sua participação no projeto do CDS, se o Conselho foi uma iniciativa brasileira, o papel de liderança exercida pelo ministro Jobim no projeto, os objetivos buscados com o CDS, o que ele entende por identidade de defesa e a sua visão sobre a integração da América do Sul em âmbito de defesa.

A análise obtida através da entrevista com o Gen. Etchegoyen confirma que o Conselho de Defesa Sul-Americano é uma proposta brasileira e que o ministro Jobim foi a liderança encarregada de negociar todo o aspecto político do projeto com os demais países sul-americanos. Segundo o General Etchegoyen, o projeto do CDS “Foi uma iniciativa do governo brasileiro no âmbito de sua política externa” (Informação textual). E sobre o papel do ministro Nelson Jobim, afirmou que “Min. Nelson Jobim, [foi] o condutor do processo em nome do

governo (...) Jobim foi o grande incentivador, o negociador do nível governo a governo e o integrador do tema na administração federal” (Informação textual).

De acordo com o General Etchegoyen, pode-se atribuir ao ministro Jobim a responsabilidade pelo projeto, mesmo que a ideia do CDS não tenha sido sua. Pode-se atribuir à Nelson Jobim a liderança do projeto, segundo o Gen. Etchegoyen, pois “mesmo considerando que a ideia original não tenha sido sua, foi dele o esforço maior e as ações de maiores consequências, tanto externa como externas” (Informação textual). Ao ser questionado pelo autor se se pode tomar as posições oficiais do ministro Jobim acerca do Conselho como posições oficiais do governo brasileiro (como os seus discursos e entrevistas quando ministro), o General Etchegoyen afirmou positivamente.

Portanto, sobre o papel do ministro Nelson Jobim em relação ao projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano, pode-se afirmar que ele foi a autoridade responsável pela concertação política do CDS, garantindo a participação dos demais países sul-americanos no projeto, negociando com os governos nacionais de cada país, além de ser o integrador do tema também em âmbito doméstico. Assim como, por ser a liderança política no processo de negociação e implantação do CDS, além de ministro de Estado brasileiro, pode-se tomar seus discursos e entrevistas oficiais como as posições oficiais do governo do Brasil.

Cabe apresentar uma última contribuição sobre o papel de liderança do ministro Jobim no projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano e do CDS como iniciativa da política externa brasileira. No capítulo 3 do livro *El Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR – Crónica de su gestación* lançado pelo governo do Chile através de seu Ministério de Defesa em 2009, apresenta um subcapítulo intitulado “Iniciativa Política de Brasil. Desarrollo del Núcleo de Asuntos Estratégicos y Promoción de una propuesta por Nelson Jobim”. Neste capítulo, apresenta-se como a iniciativa de se criar o Conselho tomou forma dentro do Brasil e depois foi sendo proposto aos demais países sul-americanos.

De acordo com o governo chileno (2009, p. 55), a evolução política das relações internacionais no hemisfério ocidental durante os primeiros anos da década de 2000 gerou um ambiente propício para um processo de reavaliação dos mecanismos de integração vigentes até meados da década. Por isso, diferentes órgãos estatais da região advertiram para a necessidade de uma resposta concertada entre os países em matéria de defesa, em resposta ao quadro de ameaças à segurança da região.

Nesse contexto, o Brasil iniciou um processo de análise prospectivo de amplo espectro radicado no Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência do Brasil. Em 2004, o NAE apresentou oficialmente o “Projeto Brasil 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022”, iniciativa destinada a definir objetivos estratégicos nacionais de longo prazo, propor novos caminhos para a realização dos objetivos e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica (CHILE, 2009, p. 55). Uma das matérias relevantes definidas por esse processo foi a Defesa Nacional. Na análise realizada pelo NAE sobre essa matéria, definiu-se como meta para o setor o perfeccionismo da política de defesa poderá fazer com que o Brasil fortaleça sua capacidade de defesa, isoladamente ou como parte de um sistema coletivo de defesa com os países vizinhos, para enfrentar novas ameaças e desafios, garantir a proteção de seu território e respaldar negociações em âmbito internacional (CHILE, 2009, pp. 55-56).

A primeira manifestação concreta a respeito da vontade do Brasil em gerar um mecanismo multilateral de defesa foi dada pelas declarações do Coronel Oswaldo Oliva Neto, coordenador do NAE, que levantou a proposta de criação de uma força militar conjunta para a América do Sul. Segundo o governo do Chile (2009, p. 56), a integração militar dos países sul-americanos constituía um dos 50 temas estratégicos elaborados pelo NAE, englobados no projeto Brasil 3 Tempos. O objetivo em integrar as forças armadas sul-americanas consistia em impedir que no futuro a região sofresse alguma intervenção ou pressão de algum país de fora da América do Sul. Por fim, o projeto de integração deveria ficar pronto em 2007 e ser apresentado pelo Brasil aos países vizinhos (CHILE, 2009, p. 56).

Por fim, a partir de março de 2008, a iniciativa tomou um novo impulso quando o ministro da defesa Nelson Jobim entregou a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano a Junta Interamericana de Defesa (JID), órgão dependente da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim como, anunciou que a partir do mês de abril daquele ano, iria iniciar um giro por todos os países sul-americanos para apresentar a iniciativa do Conselho de Defesa Sul-Americano (CHILE, 2009, p. 57).

Portanto, ao fim deste capítulo, percebe-se que a construção do Conselho de Defesa Sul-Americano vem de um processo de iniciativas de diálogo, cooperação e integração que tomou um novo impulso a partir dos anos 2000. O CDS deriva de iniciativas que não tratavam especificamente do tema de defesa e segurança, mas através de encontros abrangentes ou temáticos, onde o assunto foi surgindo. A ideia da América do Sul contar um mecanismo cooperativo e própria da região tomou forma primeiramente como parte da política nacional de

defesa do Brasil, onde o país enxergou a necessidade de que a sua defesa também dependeria da cooperação com os vizinhos e, todavia, o país deveria liderar este processo. Deixou-se bem claro, seja nos encontros que abordavam outros temas e nas reuniões específicas sobre a defesa da região, que essa iniciativa buscava construir a identidade comum da América do Sul. Essa intenção refletiu tanto na UNASUL e na seu predecessor CASA, quanto no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, fazendo parte do objetivo geral da organização e sendo utilizado recorrentemente em declarações e documentos oficiais conjuntos. A liderança política ficou na responsabilidade do ministro da defesa brasileiro Nelson Jobim, sendo a autoridade condutora principal nesse período de construção e implementação do projeto do CDS. Seus esforços consistiram principalmente em apresentar o projeto aos demais países sul-americanos, garantindo que fizessem parte do novo mecanismo de defesa da região. Além disso, por exercer esse papel de liderança, seus discursos e entrevistas apresentam as diretrizes ao qual o Conselho se basearia em seus objetivos e a sua missão. Não obstante, tanto as falas do ministro Jobim quanto os documentos referendados pelos países no CDS, surgem a constante preocupação em apresentar a América do Sul como uma região pacífica e que o projeto respeitaria as características individuais de cada país e de cada região sul-americana. Dada essas características de se procurar construir uma identidade comum de defesa, de se apresentar e repetir que a América do Sul é uma zona pacífica e que as controvérsias devem ser solucionadas através do diálogo, e a busca por consolidar essas características através de um espaço institucionalizado, o marco teórico dessa pesquisa concentra-se na discussão sobre identidade e das comunidades de segurança, discussão que será apresentada no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Construtivismo, Segurança e o cenário Sul-Americano

A questão da identidade é importante para a construção de uma agenda comum de defesa sul-americana, aprofundando o projeto de integração da região. Não obstante, a identidade e a integração são pilares fundamentais para a formação de uma Comunidade de Segurança. Primeiramente apresentado por Karl Deutsch nos anos 1950 e posteriormente ressuscitado por Emanuel Adler e Michael Barnett, o conceito de Comunidades de Segurança oferece um caminho para entender como Estados podem reconfigurar suas percepções de segurança pela adoção de uma lógica distinta a do dilema de segurança. Onde as maiorias das teorias de Relações Internacionais usam o conceito material de força, a linguagem do poder e apenas uma fina conceituação de sociedade para compreender alguns resultados interestados, esta perspectiva baseia-se no conhecimento compartilhado, forças ideacionais e um denso ambiente normativo.

O Construtivismo não é uma teoria de segurança em si, mas trouxe elementos que contribuem para as teorias de segurança, o que pode ser considerado mais como uma abordagem do que uma teoria. Ao incorporar elementos construtivistas nas pesquisas de segurança, tem-se uma ampliação dentro do debate de segurança, incorporando elementos aos paradigmas racionalistas. A contribuição construtivista versa principalmente sobre a questão da identidade, um dos principais objetivos do Conselho de Defesa Sul-Americano. Questões como a construção de uma agenda em comum de defesa, compartilhamento de informações militares, divisão de tarefas entre os países membros em questões normativas das forças armadas, exercícios militares e missões de paz em conjunto são reflexos de ações que exigem mais do que apenas acordos de cooperação. Portanto, um estudo aprofundado do que seria identidade coletiva pode tornar mais claro como estas ações ocorrem em um campo tão sensível como o de defesa e segurança. As normas também apresentam uma contribuição na formação da identidade coletiva, principalmente ao moldar o comportamento dos atores envolvidos.

Discute-se como a América do Sul se classifica face às denominações feitas por acadêmicos estudiosos em matéria de segurança regional. Dentre os cenários possíveis, a região possui elementos necessários para a criação de uma comunidade de segurança, mas ainda não o é. Somente com o desenvolvimento ao longo do tempo que se poderá definir se a região obteve ou não sucesso em criar a identidade comum de defesa. Desta forma, é apresentada uma discussão sobre o cenário regional.

Finalmente, o presente capítulo é essencialmente teórico, com a finalidade de tornar mais claro quais os caminhos escolhidos para o estudo proposto e como a região é vista através de trabalhos de acadêmicos proeminentes. Procurou-se ligar a teoria quanto à análise empírica nos assuntos de integração e de segurança, não sendo pretensão uma grande discussão acerca de toda teoria do Construtivismo e de trabalhos que discorrem sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano, mas apresentar os principais conceitos e estudos relevantes para a temática do trabalho.

2.1. Construtivismo e os estudos de Segurança

2.1.1.: Três pilares ontológicos do Construtivismo

Desde os anos 1980, o Construtivismo emergiu como uma abordagem influente nas teorias das Relações Internacionais. Este tópico tem como objetivo apresentar o impacto da teoria construtivista nos estudos de segurança, focando na importância das relações sociais e o porquê a identidade, as normas e a cultura são importantes fatores de análise. O Construtivismo argumenta que os fatores ideacionais, assim como os fatores materiais de poder, colaboram para a construção do mundo e os significados que damos a ele. Com isto, o Construtivismo não colabora somente conceitualizando novos termos, mas apresenta uma leitura alternativa para os estudos de segurança.

O Construtivismo Social (que se difere do chamado Construtivismo Crítico, que será brevemente apresentado neste capítulo) traz a importância das ideias, identidades e a interação no sistema internacional. Para os Construtivistas, o mundo não é dado ou o seu comportamento seja natural, mas ele é artificial, sendo construído através da interação entre os atores (KRATOCHWILL, 2001). Com a emergência dos Estudos Críticos de Segurança, a abordagem construtivista faz parte da transformação pós-Guerra Fria nos estudos de segurança, argumentando que a conceituação de “segurança” poderia ser socialmente construída. O Construtivismo oferece a possibilidade de uma leitura alternativa dos assuntos de segurança em detrimento aos estudos racionalistas, ancorados nos fatores materiais, negligenciando os fatores ideacionais. O Construtivismo põe em pauta as ações, as crenças, os interesses dos atores e o entendimento de mundo deles através da análise dos impactos dessas ações na construção do mundo.

A abordagem construtivista tem três importantes pilares ontológicos básicos (BELLAMY, 2004). O primeiro pilar está nas estruturas normativas e ideacionais que são tão ou mais importantes que os fatores materiais. Os teóricos do realismo, do liberalismo e dos

estudos críticos tendem a assumir que os fatores materiais são a força motora por trás das políticas mundiais. Para os neorrealistas, por exemplo, o ponto chave para o entendimento do comportamento de um Estado na anarquia do sistema internacional está ligado à questão da distribuição das capacidades materiais. Assim como, para os neoliberais, a cooperação e as instituições internacionais são o foco de seu pensamento, tais conceitos são reflexos de interesses dos Estados que devem ser entendidos como fatores materiais (BELLAMY, 2004).

O segundo pilar ontológico do Construtivismo é de que a identidade importa. As identidades nos fornecem os interesses e os interesses determinam o comportamento do Estado em busca de alcançar os seus objetivos. Em suma, os atores não podem agir sem uma identidade e as identidades explicam a ação dos Estados. Este é um conceito chave para os estudos de segurança, pois como sentenciado por Alexander Wendt (1996, p. 50, tradução nossa), “uma arma nas mãos de um amigo é diferente de uma arma nas mãos de um inimigo, e esta é uma relação estritamente social e não material”. Wendt (1999, p. 371) afirma que os fatores materiais são definidos como “poder e interesse”, não oferecendo a capacidade analítica da origem das ideias, valores, crenças e normas. Focando em como os interesses são obtidos e desenvolvidos, a abordagem construtivista argumenta que, ao se abordar tais aspectos, acaba-se obtendo um quadro analítico mais amplo, observando como os interesses e as ações são moldados por estes fatores subjetivos.

O terceiro pilar afirma que os agentes e as estruturas são mutuamente constituídos. Esta relação atenta ao fato de como os atores moldam o mundo e como o mundo molda os atores, criando o mundo como o vemos. Esta abordagem deriva da observação que a realidade é socialmente construída e as identidades, interesses e o comportamento dos atores estão condicionados por estruturas ideacionais (BELLAMY, 2004). Como o mundo é feito de diversas interações, é possível, portanto, a existência de diferentes significados do que é segurança. Como o debate agente-estrutura é fundamental para o Construtivismo, a coconstituição entre eles é importante, como aponta Alexander Wendt (1992) ao afirmar que a anarquia é o que os Estados fazem dela. Se vivemos em um mundo onde não existe uma autoridade acima dos Estados, o comportamento dos atores será derivado da forma como a anarquia do sistema internacional é vista por eles. Assim como, a própria ideia de que o ambiente internacional é anárquico, se deve ao fato dos atores acreditarem nessa percepção, pois a anarquia não é algo natural do sistema. Não obstante, as estruturas sociais que constituem e constroem o comportamento dos atores no sistema internacional são construídos e mantidos por eles mesmos, através da interação existente.

2.1.2.: Identidade

As identidades, incluso a dos Estados, emergem de uma interação social. Os construtivistas afirmam que a construção das identidades é complexa, levando-se em conta tanto as relações domésticas quanto as internacionais e a interação entre estas duas relações. Wendt (1999) distingue tipos diferentes de identidade. O autor contrasta entre a identidade corporativa e social. A identidade corporativa se refere a algo intrínseco, uma “auto-identidade”. O ator corporativo pode ter apenas uma identidade corporativa, sendo uma condição básica para o desenvolvimento de outras identidades, sendo ela existente antes de qualquer interação com o Outro, isto é, a identidade corporativa é a identidade do Self. A identidade social se refere ao que Wendt (1994, p. 385, tradução nossa) define como um conjunto de significados que um ator atribui a si mesmo, tendo a perspectiva do Outro. Logo, a identidade social é a soma entre a identidade que o ator atribui a si mesmo, junto com as percepções que ele considera do Outro.

Os atores podem ter múltiplas identidades sociais que variam em importância. Posteriormente, Wendt (1999) adiciona três categorias de identidade: tipo, função e coletiva. As identidades de tipo são múltiplas, intrínseca aos atores e auto-organizantes. O autor cita que, no sistema internacional, Estados capitalistas e Estados monárquicos são exemplos de tipos de identidade. As identidades de função existem somente nas relações entre o ator e o Outro. O exemplo utilizado por Wendt está no papel da relação entre aluno-professor, onde um não existe sem a existência do outro. Por fim, a identidade coletiva torna a relação entre o Self e o Outro à sua conclusão lógica: a identificação. A identidade coletiva é uma mistura entre as identidades de tipo e de função, baseando-se principalmente na percepção entre os atores (WENDT, 1999, pp. 226 – 229).

No que tange aos assuntos de segurança, a identidade coletiva compartilha de uma mesma similar dependência subjetiva e a necessidade de uma verificação objetiva (MCSWEENEY, 1999). A identidade coletiva é primeiramente uma questão de percepção, assim como os quesitos de segurança e insegurança iniciam-se na percepção das vulnerabilidades e ameaças. A identidade coletiva é formada através do conhecimento compartilhado, criando entendimentos entre indivíduos, comunidades, Estados e os diversos outros atores do sistema internacional. Significados coletivos e conhecimento compartilhado constituem em como o mundo é compreendido e como são as respostas a esta compreensão.

Embora a identidade coletiva seja caracterizada por um alto grau de identificação entre os atores devido à interação entre eles, reconhecesse a existência de limites (MCSWEENEY, 1999). Primeiramente, as identidades coletivas surgem através do tipo da relação existente entre os atores, isto é, a identidade coletiva é uma relação específica. Não obstante, o alcance e as implicações comportamentais da identidade coletiva dependem do propósito para o qual foi constituída, isto é, a identidade coletiva é, de acordo com a definição de Wendt (1999, p. 337) uma *issue specific*.

Apesar de que a identidade coletiva remete-se a uma relação específica e a um assunto específico, não afirma-se que não possam ocorrer momentos de tensão nas relações entre os atores, logo que é praticamente impossível que ocorra uma identificação total, devido a possível oscilação contínua entre os interesses individuais e a assimilação dos interesses coletivos. Em função dos limites da identidade coletiva, Wendt (1999) sugere os “círculos concêntricos de identificação”, destacando a ideia de variação gradual de identificação por cada caso específico, isto é, a identificação com o outro depende de quem é o outro, do que está sendo matéria de interação e da satisfação em atender seus próprios interesses. Todavia, segundo Wendt (1999), os Estados preservarão a sua individualidade, não excluindo, porém, a possibilidade de tornar os fatores que levam a esta individualidade em fatores mais coletivos.

As identidades implicam interesses sem que sejam reduzidas somente como interesses. Primeiramente, é necessário construir a identidade do Self, para posteriormente se saber o que se quer, logo, os interesses pressupõem identidades. A relevância de se incluir os interesses na análise construtivista deve-se ao fato de que as identidades não explicam, por si só, o comportamento dos atores. Apesar das identidades assintam direção aos interesses, os últimos proveem força e motivação às identidades. Tanto as identidades quanto os interesses são construídos pelo fator ideacional através dos processos de interação. A interação é entendida em um sentido amplo, uma vez que ela abrange não apenas a tentativa de obter o que é desejado, mas também a sustentação e a reprodução das concepções do Self e do Outro que geram aqueles desejos.

Wendt reconhece dois tipos de formas de interação: comportamental e retórica. A interação comportamental são os repetidos atos de cooperação que podem elevar o grau de percepção dos relacionamentos entre os atores. Tais repetições geram efeitos em cima das identidades e interesses, como em um processo de aprendizado, projetando e sustentando as percepções de Self dos atores envolvidos. Segundo Wendt, o ator irá mudar gradualmente suas

próprias crenças sobre quem é ajudando a interiorizar a nova identidade para si mesmo. Ao ensinar os outros e a si a cooperar, os atores estão aprendendo a se identificar com o outro, a se ver como um “nós” pautados por certas normas.

Finalmente, a interação através da retórica é feita através de diversos meios de comunicação: as tomadas de consciência, o diálogo, a discussão e a persuasão. Estão inclusos também nessa forma de interação entre os atores, fatores ideológicos e as ações simbólicas. Ao assumir o pressuposto de que o mundo é socialmente construído, existem os compartilhamentos de significados entre os atores e estes estão subordinados a possíveis manipulações. Portanto, a prática da retórica assume um papel primordial, ao trazer a importância dos atos simbólicos e do discurso, isto é, de que os atos retóricos podem reafirmar ou até mesmo alterar as percepções e ideias do Self dos atores ou sobre uma ação coletiva, causando efeitos sobre a reprodução ou redefinição das identidades e, consequentemente, dos interesses buscados no plano coletivo.

Os processos de interação colaboram na compreensão da formação da identidade coletiva. Uma das variáveis explicativas é a interdependência. A interdependência surge a partir do momento em que os resultados esperados pelos atores estão diretamente ligados as decisões e comportamento do/s outro/s. Dois aspectos da interdependência são retomados por Wendt (1999, pp. 344-346): a sensibilidade e vulnerabilidade. O primeiro conceito serve como um parâmetro de medição do grau em que as mudanças das circunstâncias de um ator acabam por afetar os demais atores, e de quão grande se torna os custos dessas mudanças circunstanciais para estes atores. Além disso, a sensibilidade apresenta até que ponto os resultados individuais de um ator pode ser controlado em conjunto. Já a vulnerabilidade diz respeito aos custos para um ator a formas alternativas àquelas a interdependência ou até mesmo ao terminar uma relação. Portanto, a interdependência é uma questão de grau de densidade dinâmica das múltiplas relações de um ator. Por se tratar de uma relação direta, quanto maior for essa densidade, maior será a relação de interdependência do ator. Considerando-se que as relações de interdependência são uma *issue specific*, isto é, depende do objeto da relação interdependente, o aumento das relações nesta área não significa um aumento da relação dos atores envolvidos em outros assuntos. O comportamento cooperativo dos Estados é fundamental para a construção de uma identidade coletiva, logo que, ao escolherem cooperar, os atores acabam por reproduzir uma forma de identidade social, levando em consideração o Outro. Segundo Wendt (1999, p.346), se o Outro apresenta um comportamento de reciprocidade, a identidade do primeiro será reforçada, podendo levar a mais cooperação e consequentemente com o tempo, levar a “internalização” da identidade coletiva dos dois.

Porém, uma das principais restrições ao comportamento interdependente está na limitação da construção da identidade coletiva, logo que está subordinada ao que Wendt (1999, p. 348) chama de “temor de exploração”. Com o aumento das relações de interdependência, os atores tendem a tornarem-se mais vulneráveis frente aos demais, podendo se sentir inseguros. Este temor está ligado diretamente à condição de anarquia do sistema, sendo por isso a interdependência uma condição insuficiente para a construção de uma identidade coletiva. Para isso ocorrer, primeiramente os Estados devem superar tal temor, criando um ambiente propício para que a relação de interdependência em determinado assunto possa ocorrer.

A segunda variável é denominada como auto-restrição. Com o receio de serem “engolidos” – seja física ou psicologicamente – pelos demais com o qual se identificam, os atores iniciam um processo de superação deste receio. É uma fase na qual os atores necessitam confiar de que suas demandas serão respeitadas em um ambiente compartilhado, não tendo a sua individualidade sacrificada em prol do grupo. A construção desta confiança é o principal problema para o surgimento da identidade coletiva. Somam-se junto a este problema de confiança as “restrições externas”. O receio de viver em um ambiente onde uma terceira parte, principalmente uma grande potência, ou atores com um avanço militar superior, até mesmo as instituições de segurança acabam por se tornar uma forma de restrição ao comportamento coletivo. Porém, esta já é uma preocupação intrínseca dos Estados. Já o problema da auto-restrição é a preocupação contínua em que os Estados têm em limitar o seu comportamento por si mesmo nos seus interesses, contribuindo para a construção de um ambiente propício de confiança entre os atores envolvidos, colaborando para a identificação entre o grupo de que os interesses serão respeitados, até mesmo na ausência de restrições externas.

A auto-restrição apresenta ainda três possibilidades que demonstram aos atores o seu comportamento restritivo (WENDT, 1999). A repetida conformação com uma organização de segurança coletiva seria esta primeira possibilidade. Também demonstra aos Estados este comportamento restritivo, a política doméstica. Na tentativa de tornar a sua prática política interna em um comportamento externo, esta acaba por ser contida, tornado-se, portanto, a segunda possibilidade. A terceira possibilidade é o chamado *self-binding*, onde os atores veem que seus interesses não apresentam expectativas de reciprocidade ao atuar de forma unilateral. Por fim, a identidade coletiva é formada quando a auto-restrição age em conjunto com outra variável, como por exemplo, a interdependência.

Portanto, a identidade coletiva não está à espera de ser “descoberta”, como algo que está lá fora. O que está lá fora é a identidade discursiva por parte dos líderes políticos, intelectuais e muitos outros atores que estão engajados no processo de construção, de negociação e manipulação para, segundo Bill McSweeney (1999, pp. 77 - 78, tradução nossa) atender a uma demanda crescente por uma imagem coletiva no mundo atual. O conhecimento e as práticas compartilhadas acabam por produzir normas, que são as “expectativas coletivas sobre o comportamento adequado para uma determinada identidade” (KATZENSTEIN, 1996, p. 5, tradução nossa).

2.1.3.: Normas

As normas são fundamentais para o processo de construção de identidade. As normas as quais os atores pertencem (ou que escolhem não pertencer) são parte de como eles definem a si mesmos. As normas podem ser vistas como boas ou ruins, mas elas contêm significados específicos para os atores e proveem um guia para o comportamento social. As normas não surgem do nada, mas são construídas por atores que têm fortes ideias acerca dos comportamentos desejáveis e indesejáveis. As autoras Finnemore e Sikkink (1998) examinaram os ciclos das normas. Elas se iniciam a partir do momento em que os quadros cognitivos são definidos, normalmente após a revolta contra as normas já existentes. As novas ideias acerca do comportamento apropriado competem com as normas existentes e, em um processo de *spill over*, acabam por se tornar institucionalizadas.

As normas são expectativas coletivas sobre o comportamento adequado para uma determinada identidade. Às vezes, as normas funcionam como regras que definem (e constituindo) uma identidade. Além disso, a sociedade internacional é fundada no entendimento coletivo dos Estados do que constitui um comportamento apropriado. Como apontado por Alex Bellamy (2004), Hedley Bull argumentava que até mesmo os Estados que quebravam as regras, eles reconheciam que deveriam justificar as suas ações aos demais membros da sociedade em termos de regras compartilhadas. As normas exercem três funções particulares dentro da sociedade internacional e das comunidades de segurança.

Primeiramente, as normas ajudam a constituir os atores. A existência e a atuação dos Estados na sociedade internacional estão baseadas em duas facetas de soberania. A primeira remete-se a chamada “soberania positiva”. A soberania positiva pode ser entendida como a habilidade do Estado em assegurar e garantir a legitimidade do monopólio do uso da violência e em fazer cumprir as leis jurídicas dentro de seu território. O segundo aspecto se denomina

“soberania negativa” refere-se ao reconhecimento de um Estado como uma unidade autônoma e soberana pelos demais membros da sociedade internacional. Portanto, nessa primeira função, as normas internacionais contribuem para constituir os atores na sociedade internacional tanto por identificar quem os atores são quanto por conferir direitos e responsabilidades para eles.

A segunda função das normas está no papel de constranger ou regular as ações dos atores. Dado que os Estados são parcialmente constituídos por normas internacionais, eles estão condicionados a agir de maneiras particulares e suas ações são limitadas por mais variáveis além do simples cálculo de poder. Os Estados estão inseridos em uma teia normativa cada vez mais densa que restringe sua atuação no âmbito externo (BELLAMY, 2004). Como em toda sociedade, a sociedade internacional é “governada por regras” e a legitimidade é obtida agindo de acordo com as regras.

Por fim, as normas fornecem uma significativa estrutura para comunicação entre os atores da sociedade internacional. As normas criam uma linguagem significativa da sociedade internacional baseada em padrões estabelecidos através da interação social. As normas apresentam um quadro da forma como os Estados justificam o seu comportamento e fornecem um meio para a sociedade internacional avaliar as suas ações. Quando procuram justificar um ato, os Estados “recorrem às normas”. Quando um ator acaba por agir de forma a quebrar alguma norma, as suas ações acabam sendo justificadas em termos de outras normas. Por exemplo, ao realizar uma ação militar contra outro Estado, contrariando uma norma de não agressão, o ator pode justificar a sua ação através da norma de autodefesa, justificando assim a sua conduta preventiva.

A intensidade dos efeitos causados pelas normas varia. Normas caem em um continuum de força, podendo variar de uma mera receptividade discursiva a reconstrução do conhecimento compartilhado. Normas fracas têm consequências comportamentais nem tão permissivas como justificativas instrumentais e nem tão constrangedoras quanto impensada pelo senso comum. Em suma, as normas são crenças subjetivas dos mundos naturais e sociais que definem os atores, as suas situações e as possibilidades de ações. As normas são intersubjetivas naquilo que são as crenças enraizadas e reproduzidas através da prática social. Elas não determinam resultados, elas moldam as esferas de possibilidades. Elas influenciam (aumentando ou diminuindo) a probabilidade de ocorrência de certos rumos de ação. As normas são expectativas compartilhadas sobre o comportamento, um padrão do que é certo ou errado. (FARREL, 2002; TANNENWALD, 1999).

Finalmente, a identidade coletiva torna-se um dos principais pilares para um ambiente integrado de segurança coletiva. No caso da América do Sul, a cooperação em matéria de defesa assumiu uma perspectiva além da cooperação bilateral, mas tornou-se uma região que conta com uma organização específica para este assunto. Com a institucionalização dessa matéria, a questão da defesa na região acaba por tocar em um das principais camadas do processo de criação de uma Comunidade de Segurança. Portanto, debate-se se a América do Sul caminha para se tornar uma Comunidade de Segurança.

2.2. Comunidades de Segurança

2.2.1.: Origens do conceito de comunidades de segurança

O conceito de comunidades de segurança surgiu através do trabalho de Karl Deutsch nos anos 1950, sendo que a gênese do conceito pode ser atribuída a Richard van Wegenen. A definição empregada por Deutsch observa que a integração entre os Estados chega ao ponto de que eles têm um senso de comunidade, podendo ser compreendido como o compartilhamento de valores, normas e símbolos que proporcionam uma identidade social. Uma comunidade de segurança, portanto, é aquela em que existe uma garantia real de que os membros da comunidade não irão lutar entre si fisicamente, mas irão resolver os seus litígios de alguma outra forma (BELLAMY, 2004).

As comunidades de segurança voltaram a ser pauta de discussão principalmente após o fim da Guerra Fria e também devido ao momento que surgem teorias de Relações Internacionais, como o Construtivismo, que passam a discutir questões como identidade, normas, ideias e valores. Tornou-se relevante para os formuladores de política e para os acadêmicos encontrar uma forma – ou fórmula – de tornar a ordem internacional mais pacífica e estável. Com isto, os autores Emmanuel Adler e Michael Barnett (1998, pp. 3-4) afirmam que muitos oficiais de Estado têm apontado que o caminho para essa transformação da ordem estava em desenvolver entendimentos compartilhados, valores transnacionais e fluxos de transações para encorajar a construção de comunidades. Quando se trata de segurança, os autores afirmam que os formuladores de políticas mais experientes identificaram a existência de valores comuns como fonte principal para a cooperação de segurança. Com isto, eles antecipam que a cooperação de segurança vai aprofundar esses valores compartilhados e as ligações transnacionais. Segurança está se tornando uma condição e qualidade dessas comunidades e quem está dentro e quem está fora, é o mais importante.

As comunidades de segurança tem gerado uma revisão no entendimento convencional do que é segurança e poder. Por se tratar de uma questão comum a todos, tem-se acrescentado a concepção de poder a habilidade em que a comunidade tem em defender seus valores e suas expectativas de um comportamento apropriado para enfrentar uma ameaça externa e a sua capacidade em atrair novos Estados com ideias que possam transmitir um sentido de segurança nacional e progresso material. Considerando que, “segurança” costumava significar “segurança militar”, os Estados estão identificando "novos" problemas de segurança que giram em torno de questões de bem-estar econômico, ambiental e social, deixando de se preocupar com ameaças militares de *dentro* da comunidade. A partir desta perspectiva, segurança torna-se menos sobre a criação de obrigações mútuas, a fim de mitigar os dilemas de segurança e muito mais sobre a reconstrução da vizinhança global, remodelando as identidades, interesses, normas, valores e, finalmente, as fronteiras entre "nós" e "eles".

As comunidades de segurança apresentam duas variáveis: elas podem ser amalgamadas ou pluralísticas. Uma comunidade de segurança amalgamada surge a partir do momento em que duas ou mais unidades autônomas e independentes se unem e se transformam em apenas uma única unidade, compartilhando de alguma forma de governo comum após a amalgamação. Já uma comunidade de segurança pluralística, as unidades matem a sua independência, isto é, não se transformam em uma única unidade e continuam com seus respectivos governos. Os Estados que compõem as comunidades de segurança pluralísticas contêm compatibilidades de valores derivadas de instituições em comum e de receptividade mútua, sendo uma questão de identidade e lealdade mútuas, e estando integrados ao ponto de confiarem em uma mudança pacífica. Como a integração da América do Sul em matéria de defesa não objetiva a fusão dos Estados em uma única grande unidade, a argumentação teórica versará somente sobre o conceito de comunidades de segurança pluralísticas.

O ponto central para as comunidades pluralísticas reside na comunicação. A comunicação é a base para os grupos sociais em geral e para as comunidades políticas em particular. Segundo Adler e Barnett (1998, p. 7, tradução nossa) a comunicação por si só permite um grupo pensar, ver e agir conjuntamente. Além disso, os processos de comunicação e os fluxos de transações entre os povos tornam-se não somente “facilitadores de comunicação”, mas fábricas de identificação compartilhada. Através de transações como o comércio, migração, turismo, intercâmbios culturais e educacionais e o uso de instalações físicas de comunicação, uma fábrica social é construída não somente entre as elites, mas também pelas massas, inculcando-lhes um senso de comunidade, que se torna uma questão de simpatia mútua e

lealdade, de sensação de confiança e consideração mútuas, da identificação parcial em termos de auto-imagem e interesses e do sucesso das previsões de comportamento mútuo. Em suma, é a questão de um processo dinâmico permanente de atenção mútua, de comunicação, de percepção das necessidades e capacidade de resposta no processo de tomada de decisão.

2.2.2.: Conceito de comunidades de segurança

Como advertido pelos autores Emmanuel Adler e Michael Barnett (1998, p. 28, tradução nossa), uma das virtudes - e também um dos vícios - em se estudar comunidades de segurança se deve ao levantamento de uma série de conceitos importantes, mas potencialmente intratáveis, como comunidade, expectativas confiáveis de mudança pacífica, a governança, as instituições e etc.. Por consequência, esta parte versará sobre a conceituação, definição e, consequentemente, como se deve a emersão das comunidades de segurança, que será organizado ao redor de três camadas, sendo esta etapa fundamental para o estudo proposto.

Anteriormente, deixou-se claro que apenas o conceito de comunidade de segurança pluralística seria o foco de conceituação, devido à configuração do projeto de integração sul-americano. Comunidades de segurança pluralísticas podem ser categorizadas de acordo com a profundidade da confiança mútua, a natureza e o grau de institucionalização do seu sistema de governança e se eles residem em uma anarquia formal ou estão à beira de transformá-la. Essa categorização é importante para distinguir entre os dois tipos ideais de comunidades de segurança pluralísticas: as que são baixas e as que são altamente acopladas (ADLER; BARNETT, 1998).

As comunidades de segurança de baixo acoplamento observam as mínimas propriedades para uma definição e nada mais: uma região transnacional composta de Estados soberanos cuja as pessoas mantêm as expectativas confiáveis de mudança pacífica. Devido à sua estrutura compartilhada de significados e de identidade, os membros das comunidades de segurança de baixo acoplamento esperaram nenhuma atividade belicosa de outros membros e, portanto, a consistente prática de auto-contenção. Comunidades de segurança fortemente acopladas, no entanto, são mais exigentes em dois aspectos. Primeiro, elas têm uma sociedade de "ajuda mútua", no qual construíram arranjos coletivos do sistema. Em segundo lugar, eles possuem um sistema de governo que se encontra em algum lugar entre um Estado soberano e um governo regional e centralizado, ou seja, é um sistema de pós-soberania, dotado de instituições supranacionais, transnacionais e nacionais em comum e de alguma forma de sistema de segurança coletiva.

A característica distintiva de uma comunidade de segurança está no fato de que a paz estável está ligada à existência de uma comunidade transnacional. Mas o que define uma comunidade? Adler e Barnett (1998) afirmam que uma comunidade pode ser definida por três características. A primeira característica é que os membros de uma comunidade compartilham identidade, valores e significados. Os significados em comum são à base de uma comunidade, logo que, os significados intersubjetivos fornecem as pessoas uma linguagem em comum para falar sobre a realidade social e um entendimento de certas normas. Segundo, aqueles que estão em uma comunidade têm relações multifacetadas e diretas; a interação não ocorre de forma indireta e somente em domínios específicos e isolados, mas sim através de alguma forma de encontro “face-a-face” e relações de várias configurações. Por fim, as comunidades apresentam uma reciprocidade que expressa certo grau de interesses de longo prazo e talvez até mesmo o altruísmo; interesses de longo prazo derivam do conhecimento daqueles com quem se está interagindo e o altruísmo pode ser entendido como um sentimento de obrigação e responsabilidade. Os últimos dois pontos realçam como o comportamento baseado em interesses continua existindo entre os membros de uma comunidade.

Estas três características que definem uma comunidade pode existir tanto no âmbito local, doméstico ou internacional. Simplificando, não existe *a priori* qualquer razão para uma limitação territorial das comunidades (BELLAMY, 2004). De fato, alguns autores têm argumentado que os recentes avanços tecnológicos podem facilitar o desenvolvimento de um senso de comunidade entre pessoas que não estão presentes fisicamente. Devido a isto, tem-se uma dificuldade em caracterizar onde uma região termina e começa outra. Tende-se a caracterizar uma região na base geográfica, pois a proximidade acaba gerando interesses em comum que são derivados de uma cultura, circunstâncias econômicas e preocupações em segurança comum a todos. Não obstante, pode-se organizar e definir uma região por critérios não necessariamente atrelados à questão de espaço geográfico, sugerindo algo, segundo Adler e Barnett (1998) como uma “região imaginada” ou uma “região cognitiva”. Tem-se, por exemplo, a Austrália, onde geograficamente se encontra na Oceania, mas é classificada como membro da comunidade de segurança ocidental (ADLER; BARNETT, 1998, p. 33).

Diferentes comunidades irão estabelecer distintos mecanismos para lidar e regular conflitos dentro do grupo. Algumas comunidades irão desenvolver expectativas confiáveis de mudanças pacíficas, mas muitas não. Em outras palavras, todas as comunidades políticas irão contar com normas para regular a sua segurança e promover a ordem, mas não há nenhuma razão para supor que eles vão gerar a garantia de solução pacífica das controvérsias.

Comunidades contêm conflitos, porém, isso não transforma uma comunidade em uma “comunidade menor” devido à falta desses termos. De fato, algumas comunidades podem ser classificadas como “comunidades de guerra”. Nesse aspecto, os mecanismos que emergem serão expressão das identidades individuais dos componentes do grupo. Porém, para ser membro de uma comunidade de Estados democráticos na contemporaneidade, Adler e Barnett (1998) afirmam que os atores devem renunciar a algumas práticas bélicas. Em geral, o que distingue uma comunidade de segurança das demais reside no fato dos membros criarem expectativas confiáveis de mudança pacífica.

Comunidades de segurança podem existir na ausência de laços estratégicos bem desenvolvidos ou uma aliança formal, mas em qualquer caso há proibições normativas tácitas e/ou formais contra Estados que semeiam suas disputas através dos meios militares. A resposta para garantir uma solução pacífica das controvérsias está na integração. Como citado por Adler e Barnett (1998, p. 35, tradução nossa), Deutsch afirmava que a integração é questão de fato e não de tempo. Se as populações de ambos os lados não temem e não estão se preparando para um conflito, não importa quanto tempo irá demorar em se alcançar a integração. Mas uma vez alcançada a integração, o período de tempo durante o qual persiste pode contribuir para a sua consolidação. Soma-se a isto, a existência de hábitos profundamente arraigados da resolução pacífica dos conflitos.

Podemos conceber os hábitos e as práticas de resolução pacífica de conflitos e as normas compartilhadas em que se baseiam como uma estrutura bruta de governança. A governança pode ser definida como atividades apoiadas por metas compartilhadas e significados intersubjetivos que podem ou não derivar de responsabilidades prescritas legalmente e formalmente e que não necessariamente dependem de poder de polícia para superar o desafio e alcançar o cumprimento. No entanto, espera-se que as comunidades políticas que têm algum grau de coesão e coerência entre uma população que é gerada não só a partir de mecanismos de auto-execução a partir de baixo, mas também por mecanismos de aplicação por cima. Esta distinção é crucial, de fato, logo que uma comunidade de segurança que dependa fortemente de mecanismos de coerção provavelmente não é uma comunidade de segurança. Comunidades de segurança podem contar para o cumprimento da aceitação de normas coletivamente, no entanto, porque algumas dessas normas não são apenas reguladoras, projetadas para superar os problemas de ação coletiva associados à escolha da interdependência, mas também constitutivas, num reflexo direto da identidade do ator. Em outras palavras, a estrutura de

governança de uma comunidade de segurança dependerá tanto da identidade externa do Estado ligado ao seu comportamento e as suas características e práticas domésticas.

A soberania dos Estados numa comunidade de segurança, isto é, sua legitimação e autoridade estão compreendidas em dois aspectos. Primeiramente, em um ambiente pré-social, o papel do Estado está limitado e entendido como protetor do bem nacional. Mas a emergência de uma comunidade cívica transnacional irá expandir o papel do Estado, tornando-se um agente que promove várias necessidades da comunidade, como a segurança. Em segundo lugar, as condições em que o Estado é visto como parte da comunidade e deve a certos direitos, obrigações e deveres dependerão da sua capacidade de respeitar a estrutura normativa da região. Como os membros de uma comunidade recebem a sua própria legitimidade e autoridade para agir na comunidade, eles frequentemente compartilham sua autoridade em certas esferas com a comunidade maior. Portanto, enquanto as pessoas permanecem nacionais de seus respectivos Estados, eles também se tornaram cidadãos da comunidade.

Portanto, como destacado por Adler e Barnett (1998), os Estados podem se tornar imersos num conjunto de relações sociais que podem ser propriamente entendidas como uma comunidade. Algumas vezes, uma comunidade de Estados podem estabelecer relações pacíficas, algumas vezes não. Mas aqueles que desenvolveram estas relações se tornaram uma comunidade de segurança. Assim sendo, uma região como a América do Sul que ambiciona mais do que uma simples cooperação ou associação em matéria de defesa deve criar condições para a construção de uma comunidade de segurança. Para isso ocorrer, devem-se observar as condições que levam o surgimento de tais comunidades e suas necessidades em cada etapa do relacionamento social dos Estados sul-americanos que precisam ser superados para que seja possível a integração nesta matéria.

2.2.3.: As etapas de construção de uma comunidade de segurança

As etapas que constituem uma comunidade de segurança podem ser divididas em três camadas. A primeira camada se refere às condições de precipitação. A segunda camada apresenta os fatores que levam ao desenvolvimento de confiança mútua e a identidade coletiva, levando em consideração à dinâmica e a reciprocidade do relacionamento entre os atores, considerando a conjunção entre o poder material e o conhecimento, assim como o processo social definido pelas organizações, transações e o aprendizado social. Por fim, a terceira camada é o resultado da dinâmica entre as duas camadas anteriores, gerando a confiança mútua e a

formação de uma identidade coletiva. O desenvolvimento de uma comunidade de segurança, com suas camadas e definições são apresentadas na figura a seguir (Figura 1):

Figura 1: O desenvolvimento de uma Comunidade de Segurança

Fonte: ADLER; BARNETT, 1998, versão livre.

A primeira camada apresenta as condições de precipitação. Nessa etapa, os desenvolvimentos tecnológicos, uma possível ameaça externa comum a todos, o desejo em diminuir o temor comum através de ações coordenadas de segurança, novas interpretações sociais da realidade e transformações econômicas são exemplos de assuntos que podem fazer com que os Estados olhem para o outro a fim de buscar uma adaptação de suas políticas para uma resolução em conjunto para um determinado assunto. Nessa primeira camada, segundo Adler e Barnett (1998), não há expectativas que os encontros e as ações iniciais proporcionem confiança e identificação mútua, mas eles têm como premissa a promessa de interações mais agradáveis e mais numerosas, fornecendo as condições necessárias para essas mesmas possibilidades. Portanto, existem diversas formas para iniciar uma comunidade de segurança na tentativa de alcançar um determinado fim proposto.

Nesta fase inicial, os governos não explicitam que desejam criar uma comunidade de segurança. Em vez disso, eles começam a pensar em como eles poderiam coordenar suas relações, a fim de aumentar a segurança mútua, reduzir os custos de transação associados com as suas trocas e/ou incentivar novas trocas e interações. Existem vários assuntos que possam se tornar mecanismos de “gatilho”, segundo denominação feita por Adler e Barnett (1998). Esses gatilhos têm por finalidade iniciar uma busca e o desejo em se criar instituições ou organizações para ordenar e fomentar as suas relações. Um desses possíveis assuntos é uma ameaça mútua de segurança. Segundo os autores, Deutsch postulava que a guerra ou uma ameaça comum são uma condição suficiente ou necessária para gerar interesse em uma comunidade de segurança. Neste caso, uma organização de segurança é virtualmente indistinguível de uma aliança estratégica, e não há expectativa de que as pessoas destes Estados terão uma identidade comum ou conhecimento do outro (pelo menos em um sentido pró-social e levando em consideração o outro). O que importa é que eles reconhecem ou descobrem que têm interesses comuns que requerem ação coletiva e podem se beneficiar mutuamente através de uma modesta coordenação das políticas de segurança.

No entanto, os Estados frequentemente desenvolvem laços de segurança, não só para fornecer para a defesa coletiva contra uma ameaça mútua, mas também para aprofundar os vínculos institucionais e transnacionais que ligam e juntam esses estados, capitalizar sobre visões particulares de um melhor progresso material (econômico, ambiental, saúde, direitos humanos), e para promover ideias sobre a "segurança cooperativa", que é a noção de que a segurança dos Estados é interdependente. Em geral, os mecanismos de gatilho para uma comunidade de segurança são susceptíveis de ter base material e normativa.

As relações transnacionais e interestatais são acompanhadas e estimuladas pelo desenvolvimento de instituições sociais e organizações por diversas razões, sendo a mais relevante, facilitar a confiança mútua entre os estados. Embora a confiança possa ser incentivada através de acordos políticos e econômicos, além de eventos simbólicos que aumentam a segurança e conhecimento do Outro, as organizações tradicionalmente desempenham um papel fundamental. E, enquanto organizações que supervisionam outras áreas funcionais de segurança também podem contribuir para o desenvolvimento da confiança, as organizações de segurança são particularmente proeminentes simbólicas. A habilidade de organizações multilaterais de segurança em aliviar o medo entre os membros do grupo pode ser detectada nas mudanças nos padrões de gastos militares, implantação e planejamento.

A segunda camada tem como principal característica definidora que os Estados e suas populações se tornaram tão envolvidos em uma série de interações sociais que acabaram por transformar o ambiente no qual eles estão inseridos. Adler e Barnett (1998) dividiram esta camada em duas categorias: estrutura e processo. A primeira categoria se baseia em poder e conhecimento, enquanto a segunda em transações, organizações internacionais, instituições e aprendizado social. A dinâmica e a reciprocidade positiva entre essas variáveis criam condições para o desenvolvimento de uma identidade coletiva e confiança mútua.

Na estrutura, poder e conhecimento são as vigas estruturais para o desenvolvimento de uma comunidade de segurança. O poder é central para se entender o processo de criação. Segundo os autores, de acordo com Deutsch, o Estado mais forte, mais politicamente, administrativamente, economicamente e educacionalmente mais avançado forma os núcleos de força em torno no qual, na maioria dos casos, os processos de integração se desenvolveram. Ainda segundo Adler e Barnett (1998), o poder desempenha o papel principal no desenvolvimento e na manutenção de uma comunidade de segurança.

Poder convencionalmente entendido pode ser um fator importante no desenvolvimento de uma comunidade de segurança, em virtude da capacidade de um estado central para deslocar e, ocasionalmente, coagir os outros a manter uma postura coletiva. No entanto, o poder pode ser uma alternativa entendida como a autoridade para determinar o significado compartilhado que constitui o "sentimento de grupo" e as práticas dos Estados e as condições que conferem, adiam ou negam o acesso para a comunidade e os benefícios que são concedidos a seus membros. Em outras palavras, o poder pode ser um ímã. Uma comunidade formada em torno de um grupo de potências fortes cria a expectativa de que os Estados mais fracos que se juntam

a comunidade serão capazes de desfrutar da segurança e potencialmente de outros benefícios que estão associados a essa comunidade. Assim, os Estados poderosos que pertencem ao núcleo da força não cria segurança *per se*, mas sim, por causa das imagens positivas de segurança ou progresso material que estão associados aos Estados poderosos e bem-sucedidos, as comunidades de segurança se desenvolvem em torno deles.

Conhecimento também constitui parte da estrutura internacional e, neste caso, o conhecimento significa estruturas cognitivas, isto é, compartilhamento de significados e entendimentos. Em outras palavras, parte do que constitui e constriem as ações dos Estados é o conhecimento que representa categorias de ação prática e atividade legítima.

O processo, segundo a divisão feita por Adler e Barnett (1998), envolve transações, organizações internacionais e instituições, e aprendizado social. Uma transação pode ser definida como uma comunicação limitada entre um agente e o outro. Uma transação, portanto, admite vários tipos de trocas, incluso as simbólicas, econômica, material, política, tecnológica e assim por diante.

As organizações internacionais e instituições contribuem diretamente e indiretamente para o desenvolvimento das comunidades de segurança. Existem dois tipos de instituições: sociais e as organizações formais. As instituições sociais podem ser definidas como práticas sociais que consistem em papéis facilmente reconhecidos juntamente com os conjuntos de regras ou convenções que regem as relações entre os ocupantes dessas funções. Já as organizações são definidas como entidades materiais que possuem locação física, escritórios, funcionários, equipamentos e orçamento (ADLER, BARNETT, 1998, p. 41, tradução nossa). Instituições e organizações podem ser categorizadas como parte do processo. Afinal, um ponto-chave para o Construtivismo é que as normas, regras e as instituições constituem atores e restringem escolhas.

A análise de como as organizações internacionais e as instituições indiretamente promovem outros fatores que contribuem - e diretamente promovem - confiança mútua, o compartilhamento de identidade elencam quatro questões. Primeiramente, organizações de segurança podem contribuir para o desenvolvimento da confiança. Elas facilitam e incentivam transações e confiança, estabelecendo normas de comportamento, mecanismos de controle e de sanções para impor essas normas. Já a segunda questão, as organizações internacionais tornam possíveis as ações dos Estados em virtude de suas propriedades de construção de confiança. Mas suas propriedades de construção de confiança ultrapassam as suas capacidades de

monitoramento, para que elas também possam incentivar os atores a descobrir suas preferências, para conceituar quem são, e reinventar seus laços sociais. As organizações são locais de socialização e aprendizagem, lugares onde os atores políticos aprendem e talvez até mesmo ensinem aos outros o que as suas interpretações da situação e seus entendimentos normativos são. Por fim, as organizações internacionais podem ser propícias para a formação de confiança mútua e de identidades coletivas por causa de sua capacidade, muitas vezes subestimada, para projetar as próprias condições que auxiliam no seu desenvolvimento. Organizações internacionais, por exemplo, podem ser capazes de promover a criação de uma cultura regional em torno de atributos comumente realizados, como, por exemplo, a democracia, o desenvolvimentismo e os direitos humanos. E elas podem ser capazes de promover projetos regionais que incutam a crença em um destino comum, como, por exemplo, uma moeda comum e/ou gerar e melhorar as normas e práticas de autocontenção, como, por exemplo, a mediação.

O último aspecto desta camada, o aprendizado social, representa a capacidade e a motivação dos atores sociais em gerenciar e mesmo transformar a realidade através da mudança de suas crenças dos mundos materiais e sociais e de suas identidades. Neste sentido, isso explica porque as normas e outras categorias cognitivas e culturais que estão vinculadas a uma identidade coletiva, interesses e práticas são transmitidas de indivíduo para indivíduo e de nação para nação, sendo internalizados pelos indivíduos e institucionalizados em suas salas de governos e na sociedade (ADLER; BARNETT, 1998, p. 44, tradução nossa).

O aprendizado social desempenha um papel importante na emergência das comunidades de segurança, sendo facilitada por meios de transações que ocorrem normalmente em contextos organizacionais e poderes centrais. Primeiro, durante suas transações e trocas sociais, as pessoas se comunicam uma com as outras a sua auto compreensão, a sua percepção da realidade e as suas expectativas normativas. Como resultado, podem ocorrer mudanças em entendimentos e valores individuais e coletivos. Não obstante, a aprendizagem ocorre muitas vezes em contextos institucionalizados. Instituições promovem a difusão de significados de país para país, podendo desempenhar um papel ativo na seleção cultural e política da normativa semelhante e entendimentos epistêmicos em diferentes países e pode ajudar a transmitir entendimentos compartilhados de geração em geração. Por fim, o aprendizado social pode não ser suficiente para desenvolver uma comunidade de segurança ao menos que este aprendizado esteja conectado em um processo funcional que seja perceptível uma melhoria no estado geral dos Estados.

Estados que possuem poder material superior, legitimidade internacional, e a adoção das normas e práticas que conduzam a uma mudança pacífica tendem a conferir um aumento de material e moral para as normas e práticas que difundem e, portanto, também pode induzir a adoção política e institucionalização. De fato, enquanto este processo envolve a projeção de poder e até mesmo a hegemonia, não pode vir a ser concretizada sem a socialização ativa e a aprendizagem social. A aprendizagem social frequentemente ocorre através de uma troca de comunicação no contexto das assimetrias de poder. Dito isto, mesmo aquelas relações assimétricas podem envolver uma situação onde “professores” e “alunos” negociam uma nova identidade coletiva regional em torno normas consensuadas e entendimentos mútuos (ADLER; BARNETT, 1998).

Esta camada, portanto, pode ser também definida por redes cada vez mais densas, novas instituições e organizações que refletem coordenação e cooperação diminuindo o medo de que o outro representa uma ameaça; estruturas cognitivas que promovem o "ver" e agir em conjunto e, portanto, o aprofundamento do nível de confiança mútua e o surgimento de identidades coletivas que começam a incentivar expectativas confiáveis de mudança pacífica. Para que isso ocorra e que uma potencial comunidade de segurança continue o seu progresso até a próxima camada, diversos indicadores podem ser utilizados para identificar se ocorre esse progresso. Dentre eles, Adler e Barnett (1998, pp. 55-56, tradução nossa) apontam alguns fatores indicativos, como

- Multilateralismo: Este tipo de arquitetura reflete o alto grau de confiança presente no relacionamento e nos interesses comuns são processados através do mecanismo comum e consensual que incorporam automaticamente os interesses de todos os membros.
- Fronteiras fortificadas: Os agentes de fronteiras e as patrulhas continuam presentes, porém para assegurar contra ameaças de segurança em comum do que para uma invasão militar.
- Mudanças no planejamento militar: a criação dos “piores cenários” não incluem os membros da comunidade como potenciais agressores. Pode haver alguma preocupação com o grau de cooperação e contribuição para uma campanha militar conjunta. Aqueles dentro da comunidade não são contados como inimigos potenciais durante qualquer envolvimento militar.

- Definição de ameaças em comum: Isso depende da identificação de características de "personalidade" do núcleo de pessoas dentro da comunidade de segurança. A auto-identificação com frequência tem como correspondente o "outro" que representa uma ameaça para a comunidade.
- Discurso e a linguagem da comunidade: Discurso e as ações normativas do estado refletem os padrões da comunidade. Assim, o discurso é susceptível de refletir as normas da comunidade específica e refere-se à forma como suas normas diferem daqueles fora da comunidade.

Na terceira camada, confiança e identidade são recíprocas e, reforçando o desenvolvimento de confiança, acabam por reforçar a identificação mútua. Há uma tendência geral para confiar na base de identificação mútua. Dito isto, pois uma medida mínima de confiança mútua é necessária para o desenvolvimento de uma identidade coletiva, portanto, a confiança vem antes da identidade. Uma vez que alguma medida de confiança se desenvolve, no entanto, uma identidade coletiva é susceptível de reforçar e aumentar a profundidade desta confiança.

Confiança é um fenômeno social e dependente da avaliação que o outro ator vai se comportar de maneira consistente com as expectativas normativas. Muitas vezes a confiança é facilitada por mecanismos de terceiros, mas a construção social da confiança desloca nossa atenção para as crenças que temos sobre os outros. As crenças, por sua vez, são baseadas em anos de experiências e encontros (ADLER; BARNETT, 1998).

As identidades, como já dito previamente neste capítulo, não são apenas pessoais ou psicológicas, mas são sociais, definida pela interação do ator com e relacionamento com os outros e, portanto, todas as identidades políticas são contingentes, dependente da interação do ator com os outros e coloque dentro de um contexto institucional. Porém, nem todas as transações irão produzir uma identidade coletiva, afinal, as interações também são responsáveis pela criação do “Outro” e da definição de ameaças. Portanto, deve-se considerar não somente a quantidade, mas também a qualidade dessas transações a fim de avaliar as condições e as perspectivas para a identidade coletiva. A identidade serve para criar o grupo e sua fronteira, através da afirmação de símbolos, mitos e linguagem. Não obstante, a distinção entre as comunidades que são de baixa e as que são altamente acopladas adquirem uma significância especial.

Os membros de uma comunidade de segurança com baixa acoplagem assumem uma categoria social particular, eles estão aptos a responder a pergunta de “quem eu sou? (e que eu não sou)” e ter uma compreensão bastante próxima de “o que os torna” (ADLER; BARNETT, 1998, p. 47, tradução nossa). Este conhecimento não se limita a restringir o Estado. Num sentido positivo, justifica a sua intervenção no mundo e contribui para o desenvolvimento da capacidade de resposta mútua.

Já as comunidades de segurança com alta acoplagem apresentam uma curta distância entre o cognitivo coletivo de seus membros, e a comunidade vai adquirindo uma identidade corporativa. Nessas comunidades, as identidades das pessoas que existem dentro delas já não derivam da conjuntura internacional ou da imagem de nação autossuficiente, mas sim da identidade da comunidade e das normas. Na verdade, até mesmo o significado, a finalidade e o papel do Estado derivam da comunidade. Os interesses do Estado, bem como a identidade do seu povo, podem ser trocados com os da comunidade e a identidade da política externa do Estado assume um novo significado e propósito. O discurso do Estado e da linguagem de legitimação também deve refletir que a comunidade relevante já não é coincidente com os limites territoriais do Estado, mas sim com a região. Com o surgimento de comunidades de segurança fortemente acopladas, os funcionários do Estado cada vez mais se referem a uma definição ampliada dos limites da comunidade.

Portanto, o que difere uma comunidade de segurança com baixa acoplagem e uma com alta acoplagem, é que a segunda apresenta como características uma cooperação e segurança coletiva, um alto grau de integração militar entre os membros, coordenação de políticas contra ameaças “internas”, livre movimentação das populações e a internacionalização da autoridade a um órgão interestatal (ADLER; BARNETT, 1998). Com isso, as dinâmicas de interação entre os fatores da terceira camada de uma comunidade de segurança proporcionam a criação de uma comunidade de alta acoplagem que tem por objetivo criar expectativas confiáveis de mudança pacífica.

Por se tratar de um órgão recente, o Conselho de Defesa Sul-Americano apresenta poucas interações entre os atores que o constitui. Como o discurso faz parte de uma das variáveis básicas para que ocorra a criação de uma comunidade de segurança, optou-se por adotar como metodologia a análise do discurso (AD). Através da AD, serão demonstrados os motivos, as ideias e os objetivos dessa iniciativa sul-americana, uma vez que não se tem uma

quantidade suficiente – tanto quantitativa, quanto qualitativa – de eventos que apontem em que nível se encontra a integração da América do Sul nos assuntos de segurança e defesa.

2.3 - A comunidade de segurança da América do Sul

A América do Sul apresenta contemporaneamente uma nova dinâmica em matéria de segurança e defesa. Com os diversos projetos regionais existentes, passou-se a discutir uma forma de cooperação entre os países que se possibilita um ordenamento conjunto e institucional no que se refere a esta temática.

Com o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano, a América do Sul passou a contar com um organismo próprio de defesa e segurança cooperativa. Anteriormente, os assuntos referentes a estes temas eram levados aos organismos clássicos de segurança coletiva como a Organização dos Estados Americanos e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Atribui-se a esta nova dinâmica sul-americana ao sucesso dos projetos de integração da Comunidade Andina de Nações e do MERCOSUL. Foi a partir da ampliação da agenda de discussões dos projetos regionalistas, mesmo que o enfoque fosse econômico, forneceram um ambiente em que as questões referentes à segurança e defesa pudessem fazer parte da agenda de encontros.

Essa nova dinâmica sul-americana em muito se deve ao fim da Guerra Fria, pois a lógica existente buscava um ordenamento hemisférico de segurança coletiva. A partir dos anos 1990 e com a aproximação dos projetos regionalistas, possibilitou a mudança da discussão para o nível regional, possibilitando o surgimento da nova organização. Além dessa mudança, ressaltam-se as ondas democráticas no continente a partir da metade dos anos 1980. Com a aproximação de Argentina e Brasil na esfera política, o que culminou com a criação do MERCOSUL posteriormente, possibilitaram a percepção de solução pacífica das controvérsias e a confiança mútua de ambos.

Segundo Andrew Hurrell (1998), a América do Sul classifica-se como uma região onde emerge uma comunidade de segurança. Sua argumentação sustenta-se principalmente com os processos de aproximação entre Argentina e Brasil durante a redemocratização através de acordos bilaterais assinados por ambos. Por outro lado, Fuccille e Rezende (2013), utilizando-se da conceituação clássica de Buzan e Waever (2003), creditam a América do Sul como um Complexo de Segurança Regional, um estágio anterior ao de comunidade de segurança, e apresentam uma expansão da perspectiva de segurança e defesa na região ancorada principalmente pela liderança do Brasil e suas iniciativas nessa área para a América do Sul. Já autores como Saint-Pierre (2011), Pagliari (2006; 2009; 2011) e Soares (2008) apontam a

importância da emergência de novos temas de segurança, a dinâmica ultrapassada da segurança coletiva da OEA e a abordagem de assuntos de segurança e defesa pelos projetos regionalistas sul-americanos como responsáveis pela introdução dessa temática na região.

Portanto, esse capítulo tem por objetivo apresentar as discussões contemporâneas sobre o cenário sul-americano em matéria de segurança e defesa. A discussão trará uma fotografia da atual conjuntura e como ela se formou através da evolução dos acontecimentos da temática principalmente a partir dos projetos de regionais sul-americanos.

2.3.1 – Segurança Regional: os complexos regionais de segurança

Os complexos regionais de segurança (CRS) é uma teoria desenvolvida principalmente por Buzan, Waever e Wilde (1998) que busca responder através de uma abordagem regionalista as questões de segurança internacional. Nessa abordagem teórica, os problemas de segurança estão interligados à sua região, assim como continuam sofrendo interferência da conjuntura do sistema internacional. OS CRS podem ser definidos como um conjunto de unidades cujas principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos independentemente um do outro. Entende-se a securitização como constituída pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com proeminência suficiente para ter efeitos políticos substanciais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 25). Por fim, o grau de interdependência de segurança entre dois ou mais Estados é fundamental na identificação de formação de complexos regionais. A relação entre esses Estados em matéria de segurança é mais intensa em nível regional do que de fora de sua região (PAGLIARI, 2009).

Os autores também enfatizam a possibilidade de existência dos chamados sub-complexos regionais de segurança. Estes sub-complexos apresentam um padrão de segurança distinto daqueles que definem o complexo regional ao qual eles fazem parte, porém a interdependência os faz inseridos nesse complexo regional maior. Portanto, dentro de complexos regionais maiores, há chances de que ocorram dinâmicas distintas, refletindo na existência desses sub-complexos. (PAGLIARI, 2009).

Existem dois tipos de CRS: padrão ou centrado. No primeiro, não há a presença de uma potência global, sendo o poder definido em termos da polaridade regional (FUCCILLE; REZENDE, 2013). Nesse caso, é possível separar as dinâmicas regionais daquelas que sofrem influência externas. Nesse primeiro tipo, é fundamental a análise do modo de relacionamento “amizade-inimizade”. Este padrão comportamental afeta de modo relevante os complexos

regionais, variando no espectro desde conflituosos, passando por regimes de segurança ou a criação de comunidades de segurança. O primeiro demonstra o extremo da inimizade e o terceiro o extremo no relacionamento de amizade. O padrão intermediário se caracteriza pelo comportamento de cooperação a fim de evitar a guerra e resolver as suas disputas, reduzindo o dilema de segurança (BUZAN; WAEVER, 2003, pp. 53-54). Os padrões de amizade e inimizade nos CRS são de extrema importância, pois os alinhamentos de uma região são estabelecidos segundo a distribuição de poder em seu interior (PAGLIARI, 2009, p. 37).

O segundo tipo de CRS, os centrados, apresentam três formas distintas: unipolares, com a existência de grande potência; unipolares, sendo o polo uma superpotência e; centrados, mas integrados por instituições, e não por um poder regional. Os teóricos sugerem, segundo Fuccille e Rezende (2013) uma quarta forma, mas que contemporaneamente existe apenas na teoria, pois não se identifica nenhuma região com a característica de um CRS centrado unipolar, mas que a potência regional não é seja uma grande potência no nível global.

Em comum a esses dois tipos de CRS centrados está a ideia de que as dinâmicas de segurança de uma região são dominadas por um Estado centralizador dentro dela. A questão é parcialmente o quão dominante seria esse Estado, igualmente com a forma estabelecida de hegemonia. Um CRS de padrão centrado tende a ser mais estável caso o Estado centralizador estabeleça um tipo de hegemonia aberta ou penetrado, onde os Estados dominados teriam acesso ao processo político do “centro imperial” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 58).

O aspecto territorial não é a única forma de análise das dinâmicas existentes em matéria de segurança em um complexo, mas sim, a tendência dos CRS evoluírem para um padrão mais cooperativo, levando-se em conta as transformações internas dos Estados, as identidades, as relações econômicas e os canais de relacionamento entre eles. A regionalização é um processo multidimensional. Para Buzan e Waever (2003, p. 41, tradução nossa)

As regiões de segurança formam subsistemas nos quais a maior parte das interações de segurança é interna; Estados temem seus vizinhos e se aliam com outros atores regionais, e mais frequentemente as fronteiras entre as regiões são – habitualmente determinadas geograficamente – zonas de fraca interação.

Finalmente, a teoria dos CRS afirma que o nível regional é importante e, muitas vezes, chega a ser dominante em muitos processos. No sistema internacional, as dinâmicas de segurança, as agendas e os fatores de ameaça não são iguais a todos ou não afetam com a mesma intensidade. Comumente, as semelhanças estão restritas a um grupo de Estados dentro do sistema, por isso a relação de segurança seria mais intensa no âmbito regional. De acordo com

Buzan e Waeber (2003, p. 27), a abordagem regionalista traça um nível de análise distinto localizado entre o global e o local, dando poder analítico aos complexos regionais de segurança.

Portando, a lógica relacional utilizada para compreender as características regionais se configura pela distribuição de poder e pelo histórico do relacionamento entre os Estados, cujas expectativas variam entre proteção e apoio (amizade) e suspeita e medo (inimizade). Logo, os Estados acabam por ter seus problemas relacionados à segurança interligados aos demais países, criando uma interdependência na região. O nível decorrente desta interligação irá variar principalmente à projeção de poder dos Estados.

2.3.2 – Segurança Internacional pós-Guerra Fria e o cenário das Américas

A atual conjuntura do sistema internacional, com diferentes dinâmicas para cada Estado e região, ainda é decorrente das mudanças ocorridas com o fim da Guerra Fria. A partir da década de 1990, aprofundaram-se as iniciativas de integração regionais, buscando no multilateralismo as respostas para os desafios existentes com a nova configuração global. Pagliari (2009, p. 44), afirma que devido ao unilateralismo existente – no caso, a existência dos Estados Unidos como única superpotência – as ações relativas às questões de segurança internacional passaram a colocar em xeque a utilidade dos regimes internacionais de segurança. Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a temática de segurança passou a ser prioritária na agenda global.

As organizações internacionais que continham mecanismos institucionais de segurança passaram a discutir a chamada “nova agenda de ameaças”, isto é, buscando uma nova configuração das fontes de ameaça. Com esta nova perspectiva, iniciou-se no continente americano movimentações consideráveis tanto no âmbito da OEA quanto das iniciativas regionalistas. Na Assembleia Geral da OEA de 1991, realizada em Santiago do Chile, a organização criou um grupo de trabalho cujo objetivo seria consultar as questões de segurança hemisférica (SAINT-PIERRE, 2011). Este movimento se realizou a luz das novas configurações regionais e globais, a partir de uma perspectiva contemporânea e integral da segurança internacional. Saint-Pierre (2011) destaca que, com o surgimento deste grupo de trabalho, ainda não se trabalha com a perspectiva multidimensional de segurança, mas o de segurança cooperativa. Isso significaria que a segurança de cada membro é “garantida por todos, o que implica em valores e interesses compartilhados, a decisão comum de protegê-los e enfrentar situações antagônicas e as agressões que possam afetá-los” (SAINT-PIERRE, 2011,

p. 413). Em 1992, o grupo de trabalho foi substituído por uma Comissão Especial de Segurança Hemisférica, tornando-se permanente a partir de 1995.

A Declaração de Bridgetown de 2002 é reconhecida como o primeiro documento a abordar essa nova dinâmica das questões de segurança nas Américas. Na declaração, ficou reconhecido a multidimensionalidade das ameaças, preocupações e desafios, sendo incluído entre estes, os aspectos políticos, econômicos, de saúde e ambientais. Assim como, ficou reconhecido que muitos dessas ameaças ultrapassam as fronteiras nacionais, trazendo consigo a característica de transnacionalidade e, portanto, requerem solução através de uma cooperação internacional adequada. Acrescenta-se a essa multidimensionalidade, a exigência de respostas de múltiplos aspectos através de distintas organizações. Finalmente, a questão de regionalização se faz presente, a partir do momento da percepção das ameaças corresponde a diferentes características regionais. Acordou-se, portanto, que "os Estados-membros devem intentar fortalecer e, quando corresponda, desenvolver mecanismos apropriados e pertinentes para aprofundar a cooperação e coordenação a fim de abordar de maneira mais focalizada as novas ameaças, preocupações e outros desafios multidimensionais à segurança hemisférica". (OEA, 2002). No mesmo ano, os ministros de Defesa das Américas reafirmaram o enfoque multidimensional da segurança graças à complexidade de ameaças e desafios impostos aos Estados depois da Guerra Fria. Segundo Pagliari (2006, p. 31) foi proposto "que o sistema de segurança hemisférico fosse conformado por antigas e novas instituições de segurança baseadas na coletividade e cooperação, formando uma nova arquitetura flexível de segurança".

O conceito de multidimensionalidade surgiu primeiramente para caracterizar as ameaças. A multidimensionalidade passou também a significar a segurança como um todo. Não mais se limitaram à dimensão estatal como fonte de ameaça, acrescentando-se outras dimensões mais complexas, como a social, econômica, política e afins. Segundo Saint-Pierre (2011, p. 414), nem todas as novas ameaças exigem uma resposta militar e nem afetam necessariamente a segurança, mas que a multidimensionalidade das ameaças faz com que o Estado

(...) dispunha de uma "multifacetividade" das respostas que deveriam ser articuladas pelas diferentes e específicas agências do Estado. (...) o Estado conta com várias ferramentas institucionais, além das Forças Armadas, para enfrentar esses desafios. Os Ministérios da Educação, da Saúde, da Justiça, da Economia, entre outros, eram os instrumentos específicos e mais adequados que o Ministério da Defesa para organizar as medidas que permitiriam enfrentar com êxito os novos desafios.

O foco na segurança multidimensional ao qual o continente americano adotou refletiu o desejo dos países do continente em construir uma agenda plural e que levasse em consideração um regime de segurança hemisférica cujas características geográficas, políticas, econômicas,

sociais e culturais, isto é, as necessidades de um determinado Estado ou região possam ser garantidas na agenda de segurança do hemisfério. Apesar dos valores comuns contidos na Carta da OEA – como a paz, estabilidade, solidariedade continental, o respeito a soberania e a não ingerência, a promoção da democracia e cooperação e, a solução pacífica das controvérsias - e que são compartilhados por todos (PAGLIARI, 2006, p. 38), as diferenças político-estratégicas existentes de cada região necessitam que sejam levadas em consideração e que estas seja respeitadas. De acordo com Pagliari (2006, p. 38), esta realidade de diferenças sub-regionais podem ser fatores de desestabilização e de crises políticas, o que permite a visualização da fragilidade da região, o que deveria acarretar pelo Brasil, segundo a autora, numa revisão da “tese da estabilidade estratégica no entorno regional, em face da alta probabilidade de desestabilização”.

Portanto, não é mais possível considerar somente a responsabilidade dos Estados como agentes de ameaças e de risco aos demais Estados e indivíduos. Com essa perspectiva multidimensional, esta nova dinâmica no campo da segurança reestruturou as agendas e os regimes internacionais, principalmente pela a inclusão de novos temas, ameaças e um reordenamento na forma de interação entre os agentes envolvidos. Devido a esta nova forma de relacionamento das questões de segurança internacional, a agenda regional sul-americana também necessitou de uma reformulação, pois, focada ainda como a maior fonte de ameaça sendo um Estado, a agenda não correspondia aos anseios impostos por esta nova realidade.

Incluiu-se nesta reestruturação da agenda de segurança da América do Sul, a emergência de novos atores e ameaças como o terrorismo, tráfico de seres humanos e de drogas, conflitos sociais e os choques políticos-institucionais (SAINT-PIERRE, 2003). Foi neste contexto mais amplo inclusive que, segundo Soares (2008, p. 165), as questões de segurança passam a ganhar relevo nos processos de integração regional da América do Sul. Segundo o autor, é neste contexto mais amplo que as questões de segurança e defesa ganham relevo nos processos de regionalização sul-americanos que, embora orientados em sua maioria para o âmbito econômico, fornecem elementos adicionais para a cooperação também em outras esferas de atuação estatal, como as de defesa e segurança internacional.

2.3.3 – O complexo regional sul-americano

Segundo Hurrell (1998, p. 228), a América Latina oferece um terreno especialmente fértil para se pensar sobre a natureza das comunidades de segurança. Na primeira metade do século após a independência, a região foi assolada por guerras persistentes e generalizadas de

formação de Estados e de construção de nações, tanto internamente como externamente. No entanto, desde o final do século XIX tanto o número quanto a intensidade de guerras interestatais entre os Estados latino-americanos são notavelmente baixo. Neste, como em tantos outros aspectos, a América Latina prenunciava o padrão de conflitos pós-coloniais posteriores e poderia ser vista constituindo uma comunidade de segurança.

As explicações para este cenário sul-americano, através de distintas abordagens teóricas, variam de um espectro que se baseia em questões localização geopolítica, o insulamento da região de influências externas ao continente, o balanço de poder regional principalmente entre Brasil, Argentina e Chile, assim como outros fatores materiais, o que seria a abordagem do Realismo (HURRELL, 1998, p. 228); as políticas domésticas, a democratização, o nível e a qualidade da interdependência entre os Estados, a inserção da região à economia global e o papel desempenhado pelas instituições em maximizar os interesses em comum fazem parte da crítica liberal (HURRELL, 1998, pp. 228-229); o marxismo enxerga as relações internacionais da América do Sul como um reflexo do desenvolvimento do capitalismo global primeiro em relação ao Reino Unido e atualmente com os EUA, que manipulam e intervêm no relacionamento local em busca de seus interesses econômicos (HURRELL, 1998, p. 229) e; os teóricos da sociedade internacional e os construtivistas enfatizam na medida em que a experiência cultural e histórica compartilhada, os padrões específicos de formação do Estado e a interação internacional em curso, todos combinados, produziram uma cultura diplomática regional forte - uma sociedade regional de Estados que, embora ainda muitas vezes em conflito, estão vinculadas em um conjunto de regras comuns e compartilhadas no funcionamento das instituições comuns (HURRELL, 1998, p. 229).

Na perspectiva apresentada por Hurrell (1998), o foco para se entender a América do Sul como uma comunidade de segurança está na evolução histórica de um padrão de conflitos para uma ótica de cooperação na região, mas principalmente o relacionamento entre Brasil e Argentina. Para o autor, a mudança da rivalidade para a cooperação desenvolvida a partir das décadas de 1980 e 1990 cujo resultado mais importante foi a institucionalização e a cooperação política que culminou no MERCOSUL, proporcionou a expectativa mútua de mudanças pacíficas. No campo da segurança, a aproximação envolveu medidas de confiança, acordos de controle de armas com mecanismos de verificação cooperativa, mudanças na postura militar para orientação defensiva e declínio dos níveis de gastos militares, bem como um discurso de segurança que evita a retórica do equilíbrio de poder e que contrasta com as doutrinas geopolíticas extremadas dos anos 1960 e 1970 (HURRELL, 1998, p. 231). Este quadro analítico

da configuração sul-americana, com um viés mais construtivista, também é compartilhado por Soares (2008, p. 167), pois, segundo o autor

De todo modo, a aproximação no campo da Defesa e Segurança pode conduzir à percepção de interesses comuns entre os países, ainda que o ponto de partida das relações bilaterais tenha historicamente se caracterizado por forte desconfiança, principalmente no campo da segurança. No presente, interesses e identidades são lentamente construídos, com base em estrutura institucionais, novas ou reinventadas, exigindo aprendizado e inéditas perspectivas entre os agentes estatais e mesmo não-estatais. São forças ideacionais ampliadas e renovadoras que impelem a novos patamares de entendimento. Sob a perspectiva do construtivismo, podem ter sido lançadas as bases para a consolidação de uma comunidade de segurança.

Antes mesmo do fim da Guerra Fria, isto é, antes mesmo do fim da bipolaridade existente, Brasil e Argentina já se aproximavam no campo da segurança em grande parte devido a uma iniciativa política – as tratativas da criação do MERCOSUL. Esta aproximação entre ambos que produziu um ambiente propício a redução de desconfianças e contenciosos, mas também, segundo Soares (2008), que eles adotassem uma posição compatível em relação ao futuro dos projetos militares. Isso resultou no fim da desconfiança em relação aos projetos nucleares, a ampliação do entendimento entre os corpos militares, refletindo, por exemplo, na realização conjunta de exercícios militares.

No final da década de 1990, o processo de integração iniciado por Brasil e Argentina teve os seus avanços não tão consideráveis muito devido à crise econômica que atingiu a região. Apesar da diminuição de intensidade do aprofundamento do MERCOSUL, manteve-se como prioridade na política externa brasileira o foco nas relações sul-americanas. De acordo com Pagliari (2011), não somente o Cone Sul, mas também a região Andina passa a ser destaque, principalmente com a estruturação dos projetos de cooperação do país com a Argentina. Com isso, o Brasil passa a perceber a região Andina/Amazônica como um foco regional de instabilidade.

Por apresentar dinâmicas intrínsecas à região, a América do Sul configura-se em uma região de segurança. Segundo Pagliari (2011), a intensidade das interdependências acaba por se conformar em um padrão regional entre as relações. Porém, ressalta-se que a América do Sul apresenta uma importante divisão – ou subcomplexos, já mencionados: o Cone Sul e a região Andina. A primeira apresenta um grau baixo de rivalidade e um aumento da integração e da confiança mútua. A segunda, o padrão de comportamento tende a rivalidade sendo, portanto, marcada por processos de securitização e militarização. Segundo Buzan e Waeber (2003), apesar das diferenças e do risco de uma separação da região sul-americana de segurança em duas, o Brasil é o fator que mantém a unidade entre os dois subcomplexos.

Para Fuccille e Rezende (2013), um fator de suma importância para analisar a região sul-americana está no fato da polarização existente. Esta característica da região se deve a predominância do Brasil na América do Sul. Para os autores, essa característica unipolar¹ traz implicações tanto para descrever a região como um complexo regional de segurança quanto para os possíveis desdobramentos futuros.

Seguindo a afirmação de Fuccille e Rezende (2013) de que a América do Sul apresenta-se como um complexo regional de segurança unipolar, pelo desdobramento teórico feito por Buzan e Waever (2003), são possíveis apenas dois tipos de complexos: modelo padrão com um ator unipolar ou um modelo centrado. Para Fuccille e Rezende (2013), é primordial compreender se o Brasil domina ou não as dinâmicas de segurança sul-americanas. Isso se deve, pois, como já caracterizado anteriormente, um CRS centrado dependerá se o Estado unipolar domina ou não essas dinâmicas regionais de segurança. Para os autores, duas são as razões para que a América do Sul se caracterize como um CRS centrado: o menor grau de influência dos EUA na dinâmica de segurança regional sul-americana tornou-se possível a emersão de novos atores no protagonismo na região. E, segundo, a partir desta nova autonomia, o Brasil passou a exercer o papel de protagonista ao aproximar as agendas de segurança dos dois subcomplexos da América do Sul (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 85).

É importante destacar que, apesar do protagonismo brasileiro nas relações de segurança da América do Sul principalmente por conseguir aproximar as agendas dos dois subcomplexos regionais, a liderança é e será exercida através dos mecanismos institucionais. Portanto, a UNASUL e o seu Conselho de Defesa Sul-Americano serão fundamentais para que possa existir e, futuramente, se consolidar uma comunidade de segurança. Logo, por ter sido o criador e por liderar o processo de consolidação do CDS, o Brasil pode ser caracterizado como o ator central do complexo regional de segurança da América do Sul. Destaca-se, todavia, que os autores Buzan e Waever (2003) e Hurrell (1998) apontavam para esse novo ordenamento através da consolidação dos mecanismos institucionais de integração criados pelos Estados sul-americanos. Porém, devido ao aspecto temporal, vislumbrava-se que seria um papel exercido através do MERCOSUL. Assim como, percebe-se a pouca ênfase dada para a Comunidade Andina de Nações que também foi importante para a América do Sul e principalmente para a região andina. Apesar de o subcomplexo andino ser caracterizado como instável e de rivalidade, a CAN foi fundamental – como apresentado no capítulo 1 – para que o projeto da UNASUL e

¹ Os autores baseiam-se em Wohlforth (1999) onde, segundo o autor, a unipolaridade traz estabilidade.

do CDS pudessem ser criados. Além disso, os próprios membros da Comunidade Andina discutiam os assuntos de segurança. No entanto, segundo Pagliari (2011, p. 9) deve-se atentar ao fato de que a América do Sul ainda necessita criar uma região segura, pois, segundo a autora

(...) as especificidades das sub-regiões percebe-se que a América do Sul está longe de ser homogênea e, apesar da baixa incidência de guerras interestatais no século XX e de não se deparar atualmente com inimigos externos ou mesmo disputas intensamente securitizadas entre os Estados, os países sul-americanos ainda precisam construir uma região segura.

O desafio existente e inerente para todos os países sul-americanos está em como confluir as demandas de segurança e defesa particulares de cada país e região, sendo essas derivadas não das formas tradicionais de ameaças, mas vindos de um novo complexo de fatores que ameaçam a segurança dos Estados. Porém, ao mesmo tempo, não se podem descartar os chamados temas clássicos de segurança como a necessidade em proteger e garantir as fronteiras e a soberania dos países.

Outra crítica que se faz, corroborada também por Fuccille e Rezende (2013), sobre a divisão por Buzan e Waeber (2003) do complexo sul-americano em dois subcomplexos, reside no fato que, dado as iniciativas criadas na região, a América do Sul caminha para um projeto regional de cooperação total, com a participação de todos os Estados sul-americanos. Apesar de existirem dinâmicas sub-regionais distintas e projetos de cooperação com objetivos diferentes, o CRS sul-americano acaba por ser centrado e unipolar. Segundo Fuccille e Rezende (2013), essa característica qualifica a América do Sul na única definição apresentada por Buzan e Waeber (2003) cujos autores apresentam, porém não identificavam no mundo: um complexo regional centrado ao qual o polo de poder não é uma potência global. Os autores ressaltam, todavia, que mesmo sendo um complexo com as características descritas acima, a região continua instável devido à atuação brasileira (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 86).

A atuação brasileira no pós-Guerra Fria baseia-se em dois pilares: a defesa da democracia e o apoio à criação de instituições e mecanismos que possam garanti-la, tendo em vista que ela é uma condição basilar para a manutenção da segurança. Ocorre também, nesse período, um distanciamento entre o Brasil e os EUA, principalmente pela não participação brasileira nas iniciativas promovidas pelos Estados Unidos. Além disso, como demonstrado anteriormente no Capítulo 1, a partir de 2003 com o governo de Lula da Silva, a integração do espaço sul-americano passa a ser prioridade na agenda de política externa do Brasil. De acordo com Oliveira e Onuki (1999, p. 110), o comportamento brasileiro tende reforçar "(...) a correlação entre o status de potência regional e o cálculo de opções internacionais". Tem-se,

portanto, uma atuação voltada para a adesão aos regimes internacionais de segurança e a América do Sul como prioridade da agenda política, articulando uma região sul-americana unida nos aspectos de segurança e defesa e, a partir desta união, exercer o protagonismo. Porém, esta visão não é plenamente compartilhada. O comportamento brasileiro de aderir aos regimes e instituições dependerá muito do seu interesse de poder. Segundo Fuccille e Rezende (2013), a participação brasileira varia de acordo com a sua parcela de poder dentro dos mecanismos. Caso sua parcela seja menor, o Brasil tende a privilegiar a consolidação e aprofundamento dos mecanismos ao qual detém uma parcela de poder menor. Assim como, tende a ter um comportamento menor quando sua parcela de poder é maior, visando a manutenção de seu status dentro do mecanismo. Finalmente, o protagonismo brasileiro estará ligado, segundo os autores, a exploração de margens de manobra em cada um destes mecanismos.

Dado as perspectivas em relação à América do Sul no que se refere aos assuntos de segurança e defesa, percebe-se que a integração tem obtido resultados. A criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano foram um ponto importante para que a região possa se inserir as novas demandas e desafios em matéria de segurança. Seguindo uma abordagem multidimensional da segurança, alterando a forma de relacionamento deixando de ser uma segurança coletiva para uma segurança cooperativa e, principalmente, de ver na institucionalização a melhor forma de tratar desses assuntos, produzem um cenário condizente para que a América do Sul resolva suas controvérsias de uma forma pacífica e sem ingerências externas.

Existem obstáculos que necessitam ser superados como, por exemplo, as relações na região Andina e a maior integração entre essa região ao Cone Sul. Querendo ou não, caberá principalmente ao Brasil o papel de garantir tanto que esse movimento de integração ocorra e que tenha algum sucesso quanto o de fiador do processo de institucionalização do CDS.

O processo de consolidação do Conselho está baseado ainda em bases frágeis, sendo também um dos obstáculos que devem ser superados pelos países sul-americanos. A existência de uma retórica ancorada no nacionalismo, na defesa da soberania e na não intervenção, não produzem segundo Flesmes et. al. (2011), indicadores suficientes para que a América do Sul seja caracterizada como uma comunidade de segurança. O autor e também Fuccille e Rezende (2013), afirmam que a região se configura ainda como um complexo regional de segurança centrado e dependente das ações adotadas pelo Brasil. Este é exatamente o ponto ao qual se pode perceber que a América do Sul é um complexo de segurança e não uma comunidade: as

relações em matéria de segurança devem perpassar por um centro, neste caso, o Brasil e estas relações não necessitam que sejam harmoniosas. Independente da forma como o Brasil age em relação às instituições, faltando para o país segundo Fuccille e Rezende (2013, p. 93), “maturidade como fiador das instituições regionais”, as principais dinâmicas de segurança passam de alguma forma sobre o crivo brasileiro.

Existem elementos importantes tanto no processo de construção do projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano quanto no seu Estatuto e Plano de Ação que corroboram com esta visão. Há propostas e ideias que, caso obtenham pleno sucesso, poderão futuramente tornar a América do Sul uma comunidade de segurança. No entanto, a região ainda se encontra em um estágio anterior, buscando consolidar as bases que foram lançadas. Essa perspectiva não é compartilhada por Pagliari (2011, p. 10), pois, segundo a autora,

(...) parece pouco provável que a região possa avançar na sua unidade tomando como base o Conselho de Defesa. Para além da escolha por integrar-se, a proposição do Conselho que estabelece como processo de tomada de decisão a forma de consenso entre os Estados, denota que a região precisa avançar na dessecuritização de sua agenda, a fim de que se tenha a atmosfera de confiança necessária à implementação de uma maior e mais aprofundada institucionalização.

Apesar das decisões serem tomadas por consenso, talvez este seja um obstáculo mais do campo das negociações do que realmente um impeditivo para o avanço da institucionalização do CDS e da integração sul-americana em matéria de segurança e defesa. Há de se levar em conta que, apesar de dinâmicas e objetivos distintos, os países sul-americanos têm apostado nos projetos de aliança e cooperação para atingir as suas demandas. Assim como, em seu processo de criação, o Conselho enfrentou a resistência da Colômbia de integrar ao projeto, sendo inclusive classificado como “irrelevante” por parte das autoridades colombianas, posteriormente, o país reviu a sua posição e se integrou ao projeto participando dos primeiros grupos de trabalho e assumindo tarefas para a consolidação do CDS.

Finalmente, não se pode descartar o aspecto temporal. Apesar da mudança para uma perspectiva multidimensional ter ocorrido no início dos anos 1990, o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano é recente, porém fruto dessa mudança, inclusive no projeto de política externa do Brasil. Além disso, tem de se levar em consideração quais foram os principais objetivos buscados quando da fase de criação do Conselho. Perceber quais os fatores que motivaram a busca por uma nova instituição e principalmente através da visão de sua principal liderança se faz necessário. Podem-se conjecturar quais os percalços que a América do Sul terá de enfrentar para se buscar uma unidade em matéria de segurança e defesa e se é ou não uma comunidade de segurança. Mas, sem o devido tratamento dos objetivos buscados de quando da

sua gênese, principalmente no aspecto discursivo, não se pode ter uma fotografia completa dos rumos planejados para a região. Logo, a análise dos discursos de Nelson Jobim fornece uma fonte do que se pretende com essa nova institucionalização.

Assumindo de que a América do Sul ainda não pode ser considerada uma comunidade de segurança como definido por Adler e Barnett, assume-se o cenário apresentado por Fuccille e Rezende. A posição aqui assumida é de que a América do Sul através das medidas adotadas através do Conselho de Defesa Sul-Americano é de que é complexo regional de segurança e que possui elementos necessários para se tornar uma comunidade de segurança. Pela divisão em camadas proposta por Adler e Barnett, a região pode estar localizada na segunda camada, isto é, onde já ocorrem os fatores favoráveis ao desenvolvimento de confiança mútua e identidade coletiva. Porém, o processo necessita de tempo para poder analisar se ocorreram avanços para a próxima camada e assim até a consolidação de uma identidade comum em matéria de defesa. Essa intenção é bem clara tanto nos documentos e no discurso da autoridade brasileira, além de ser um fator importante na conceituação teórica aqui utilizada. No capítulo metodológico e do desenho da pesquisa, a relevância de se estudar as comunidades de segurança através do discurso será demonstrada.

Capítulo 3 – Análise de Discurso, Metodologia e Desenho da Pesquisa

Este estudo tem por objetivo estudar o que é a identidade comum de defesa proposto no projeto brasileiro do Conselho de Defesa Sul-Americano. Como a temática envolve conceitos do Construtivismo como identidade, integração e segurança, tem-se como marco teórico o estudo das Comunidades de Segurança. Como já exposto anteriormente, os estudos de Comunidades levam em consideração as práticas e a aprendizagem social, além de buscar uma identidade comum que dê a sensação de solução pacífica das controvérsias e a confiança mútua. Não obstante, uma das práticas que leva ao sucesso de uma comunidade de segurança está no discurso.

O discurso de uma comunidade contém em si as características, os valores e até mesmo as normas que buscam reger o ambiente integrado. Ele deve transmitir confiança e apresentar características comuns a todos que possa garantir a coesão, participação e sensação de comunidade. Porém, como assumido neste estudo, este ainda não é o cenário da América do Sul. Apesar de conter elementos que condizem com os passos necessários para a criação de uma comunidade de segurança sul-americana, ainda há um longo caminho a percorrer para que a região se configure como tal.

Neste capítulo, apresenta-se um breve panorama da Análise do Discurso (AD). Nesse primeiro momento, discorresse de como surgiu este campo de estudo, as principais contribuições da AD para o campo político e, principalmente, como a política sem discurso não existe. Ambas estão juntas e uma legítima a outra.

A segunda e terceira partes versam sobre a Análise de Discurso e as Relações Internacionais. No primeiro momento, apresenta-se a contribuição da AD para a disciplina, como os chamados reflexivismo e a virada linguística da área nos anos 1980. A segunda parte apresenta uma ligação mais direta entre a AD, o Construtivismo e os estudos de segurança internacional. Esta parte tornou-se um artigo publicado e contribuiu para apresentar um quadro sobre as contribuições dessas teorias e desse método aos estudos de segurança no campo das Relações Internacionais.

A metodologia utilizada nessa pesquisa ancora-se principalmente no trabalho de Lene Hansen. Sua obra *Security as Practice* de 2006 apresenta um modelo analítico de análise de discurso que, apesar da identificação da autora com o pós-estruturalismo, serve a contento para se utilizar com qualquer estudo de Relações Internacionais que trabalhe com a Análise de Discurso. No modelo metodológico proposto, busca-se ampliar o *corpus* de textos além do

discurso oficial, trazendo também a reprodução dos discursos através da imprensa. Levantam-se as questões dos números de Selves analisados, os modelos intertextuais, a perspectiva temporal e o número de eventos que serão analisados.

Por fim, a partir do modelo metodológico proposto, tem-se o desenho da pesquisa que apresenta a condução feita para se atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Para esta pesquisa, buscou-se analisar o discurso da autoridade responsável por conduzir o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano, isto é, do ex-ministro Jobim. Como apresentado, usa-se além dos discursos oficiais, incluindo-se aí a reprodução através da imprensa e, como já utilizados e apresentados, os textos acadêmicos que corroboram que a América do Sul ainda não é uma Comunidade de Segurança. A perspectiva temporal começa desde a mudança do paradigma da política externa brasileira a partir do governo Lula da Silva, passando pelo lançamento da ideia do Conselho, o período de adesões dos países sul-americanos ao projeto, seu Tratado Constitutivo e o seu primeiro plano de ação. O número de eventos, portanto, são múltiplos.

3.1 - Análise de Discurso e a Política

A análise do discurso (AD) não pretende interpelar a respeito da racionalidade política, nem os métodos que produzem distintos comportamentos políticos, nem sobre as explicativas causais, mas sim, “sobre os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto à regulação dos fatos políticos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 37). A AD busca encontrar em um determinado período histórico, os atos de linguagem mais reproduzidos no contexto social refletindo, desta forma, a universalização de pensamento e de valores. Este modelo de análise teve em seu início a preocupação em estudar o “materialismo histórico” e uma “teoria das ideologias” baseada em Althusser, posteriormente, baseada em trabalhos críticos de Michel Foucault passou a se dedicar ao que foi conceituado como “formação discursiva”, objetivando trazer à luz os desígnios ideológicos que se escondiam sob a linguagem, onde, segundo Charaudeau (2013, p. 37) surgem diversos métodos analíticos (Análise automática, análise distribucional, análise lexicométrica e etc..). Contemporaneamente, a AD voltada para a área política desenvolve-se com o objetivo de combinar distintos métodos analíticos. Desde a análise lexicométrica, utilizando um método de tratamento estatístico do *corpus*, buscando determinar os universos semânticos e os posicionamentos dos locutores incorporados ao campo político; a análise enunciativa que esclarece os comportamentos discursivos dos atores políticos além de seu posicionamento ideológico; uma análise argumentativa que objetiva revelar as lógicas de raciocínio

caracterizadoras destes posicionamentos. Assim como, a partir dos anos 1980, surge a análise crítica do discurso que se inscreve em diversas filiações, desde o neomarxismo de Adorno e Habermas, a Escola de Chicago, a sociolinguística inglesa e a análise de discurso francesa, além de Gramsci (CHARAUDEAU, 2013).

O desenvolvimento do campo da AD trouxe consigo indagações pertinentes. Algumas dessas perguntas são a questão da metodologia heterogênea e a complexidade distinta entre os métodos. Há quem aplique uma análise estatística das palavras utilizadas; ou a utilização da análise de conteúdo; pesquisas que focam somente em um conjunto de textos específicos (discursos oficiais, imprensa, discursos da oposição) ou quem trabalha com um *corpus* intertextual mais amplo cuja a pertinência procede a complexidade e; se se busca analisar a ideologia estruturante do discurso proferido. Segundo Charaudeau (2013, p. 39), em sua maioria, a análise dos discursos políticos revela essencialmente uma questão de revelar a realidade do poder, sendo interpretado como a capacidade de ação, isto é, não poderia haver ação política sem um discurso que motivasse e conferisse sentido a esta ação. Segundo o autor, o discurso político não por si só não esgota todo o conceito político, mas não existe política sem discurso. Portanto, é o discurso que motiva a ação, a orienta e lhe confere sentido. De acordo com Charaudeau (2013, p. 39),

A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso.

A linguagem e a ação mantêm uma ligação interdependente entre eles. Ambos fazem parte dos componentes de trocas sociais e apresentam autonomias próprias. Os atos de fala enunciadas por um agente está sujeito ao princípio de alteridade, isto é, ele apenas se define através da relação com o outro (sem a existência do outro, não há consciência de si). O objetivo nesta relação é atrair (princípio de influência) o outro para si, na tentativa de influenciar o comportamento deste, para que pense, fale ou aja de acordo com os interesses do enunciador. Porém, ao mesmo tempo, o outro também pode ter interesse em influenciar e ambos estarão condicionados a regular as suas relações (princípio da regulação). Esses três princípios são os pilares dos atos de linguagem que refletem na ação política no caso do agir sobre o outro (CHARAUDEAU, 2013, p. 16). Não obstante, o ato de agir sobre o outro não fica limitado somente ao ato de fazer fazer, fazer dizer ou fazer pensar. Esta é uma relação onde há um objetivo de pôr o outro em um constrangimento de tomar a decisão de se submeter aos desígnios

perante o emissor da mensagem. Posto isto, passa a ser uma questão pertinente o que levou o outro ao ato de submissão. Elencam-se duas possibilidades: a ameaça ou a gratificação. Independente de qual seja a possibilidade, elas conferem autoridade a quem fala (desde que esta seja reconhecida pelo outro), portanto, dando margem à ação por parte do emissor. Por fim, esta condição entre dominador-dominado dá ao ato da linguagem, segundo Charaudeau (2013, p. 17), a ligação à ação mediante as relações de força mantidas entre os agentes, construindo simultaneamente o vínculo social entre eles.

Por fim, é de suma importância o que se denomina “lugares de fabricação do discurso político”. Essencialmente, os lugares de fabricação discursiva têm por função dar produção de sentido através da interação. São definidos três lugares de fabricação onde, individualmente, cada um corresponde a um tipo de interação: o lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, outro cujo sentido está atrelado ao ato de comunicação por si e, o lugar onde é feito o comentário (CHARAUDEAU, 2013, p. 40).

O sistema de pensamento é fruto de uma atividade discursiva cuja relação está em criar princípios de um ideal político que sirva como um padrão para a construção das opiniões e pensamentos. O ato de comunicação está ligado aos agentes políticos responsáveis pela comunicação onde se objetiva influenciar as opiniões para assegurar apoios, rejeições ou consensos. O ato de comunicação é o lugar de fabricação discursiva mais importante para este estudo, pois é nele que se busca criar um sentido (mesmo que imaginário) de comunidade, de algo comum a todos. Neste ato, de acordo com Charaudeau (2013) o discurso está ancorado em um método de persuasão e sedução através da utilização de distintos métodos retóricos. O último lugar de fabricação, isto é, o discurso como comentário, tem a função de repercussão e reprodução, não necessariamente limitado ao campo da política, mas que o discurso político seja comentado por diversos meios comunicativos (sociedade civil, imprensa, academia e etc..). De acordo com Charaudeau (2013, p. 41):

Em outras palavras, o discurso político manifesta-se tanto “intragoverno”, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto “extragoverno”, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão. Mas tanto em um caso quanto no outro, vê-se que a linguagem se alia à ação, de forma recíproca.

Portanto, a relevância de uma análise de discurso político está atrelada ao alcance da reprodução discursiva através da transformação da palavra em ação. Além disso, a relevância de um discurso político está como ele repercutiu em outras esferas além da do discurso oficial.

3.2 - A Análise de Discurso e as Relações Internacionais

Essencialmente, há duas abordagens distintas nos estudos das Relações Internacionais que dominaram o debate acadêmico a partir do fim dos anos 1980 que ficou conhecido como o Terceiro Debate: a corrente racionalista e a reflexivista. Resumidamente, o racionalismo está ligado ao positivismo, apresentando uma distinção entre o que são fatos e o que são valores, buscando uma padronização do mundo social através da utilização de metodologias ancoradas nos preceitos da validação empírica e da falseabilidade (GOMES, 2011). O reflexivismo, por outro lado, foca-se na subjetividade do pensamento humano, suas ideias, suas crenças, valores e como estes se relacionam, por exemplo, com o poder político. A grande crítica ao reflexivismo, principalmente através de Robert Keohane, deve-se essencialmente a falta de um “programa de pesquisa definido em termos de teoria e hipóteses que pudessem ser aplicados e posteriormente replicados” (GOMES, 2011, p. 643).

Pode-se destacar na resposta reflexivista às considerações de Keohane que a crítica baseia-se em uma visão essencialmente positivista da produção do conhecimento científico enquanto o reflexivismo busca questionar justamente esta forma de se buscar conhecer e analisar a realidade social. Portanto, segundo Gomes (2011, p. 644), a discussão não se limita somente a metodologias que deveriam ser adotadas, mas objetiva-se debater qual seria a natureza das relações internacionais e como poderia apreender esta realidade (se esta for possível), sendo, finalmente, discussões ontológicas e epistemológicas. Segundo o autor,

(...) os autores envidaram esforços para o desenvolvimento de uma crítica aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que afiançavam as abordagens racionalistas, levando as discussões para questões como a produção do conhecimento dito científico e a emancipação humana. (...) é possível afirmar que as contribuições pós-positivistas crescem significativamente em nossa área, sempre se atendo à ideia de que teoria e prática são tarefas indissociáveis, que o mundo é socialmente construído e que, conseqüentemente, temos responsabilidades sobre que realidade pretendemos edificar (GOMES, 2011, p. 644).

Uma das contribuições desse debate para o campo das Relações Internacionais está na ligação entre linguagem e realidade. Este binômio foi denominado como “virada linguística” e existia previamente nos campos da linguística, sociologia e da filosofia. Esta nova concepção analítica buscou romper com a ideia de que a linguagem seria meramente um resultado das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade. De fato, segundo autores como Gracia (2004, p. 33), afirmam que a linguagem seria a própria condição do pensamento humano e que para compreender este pensamento, deve-se concentrar nas singularidades da linguagem ao invés de focar-se ao suposto mundo interior das ideias, pois “nosso conhecimento do mundo

não se radica nas ideias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo”.

Portanto, ao romper com o pressuposto da linguagem como representação, esta nova abordagem apresenta a linguagem como uma ferramenta onde algumas ações apenas se consolidam a partir da linguagem. Com isso, a linguagem se torna uma formadora de realidades. Segundos Gomes (2011, pp. 645 - 646), a corrente da Virada Linguística buscaram trocar a relação existente entre ideias/mundo por um novo eixo de linguagem/mundo cujo argumento seria “para se compreender não apenas o conhecimento que temos do mundo mas também a própria estrutura de nosso pensamento, é interessante voltarmos nossas atenções para a estrutura lógica de nossos discursos”.

A partir do final dos anos 1980 tornou-se crescente a utilização da Análise de Discurso como ferramenta analítica de diversos objetos de pesquisa na área de Relações Internacionais. Mas, como a observação feita por Gomes (2011, p. 646), a Análise de Discurso não significa necessariamente a corrente da Virada Linguística. Enquanto a corrente pode ser entendida como parte da filosofia ocidental com ramificações em diversas disciplinas da área de Humanas onde o foco está na relação linguagem/mundo, a Análise de Discurso visa, de acordo com Orlandi (*apud* GOMES, 2011, p. 646), compreender como um objeto simbólico produz sentidos, “como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido”. Todavia, destaca-se que a Análise de Discurso não se restringe somente ao textualismo. Os resultados buscados tendem a estar atrelados em conjunto com o marco teórico utilizado, abrangendo diversos campos de pesquisa.

3.3 - Análise de Discurso, Construtivismo Crítico e Segurança²

A Análise de Discurso (AD) está presente nas teorias de Relações Internacionais principalmente a partir do final da década de 1980. Com o surgimento do Construtivismo, autores como Friedrich Kratochwil e Nicholas Onuf apontam a importância do discurso como uma ferramenta fundamental de análise. Definido como “Construtivismo Crítico”, em uma contraposição ao posterior “Construtivismo Convencional” de Alexander Wendt, a vertente aproxima-se do pós-positivismo, isto é, baseiam-se no poder dos discursos, linguagem,

² Esta parte transformou-se em artigo intitulado “Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança: Uma abordagem Construtivista”. *Conjuntura Global*, Curitiba, Vol. 2, n.2, abr./jun., 2013, pp. 59-63

realidade e significado, adotando uma abordagem cautelosa para as reivindicações de verdade e as relações de poder (FIERKE; JORGENSEN, 2001).

O Construtivismo Crítico entra em choque com o Construtivismo Convencional, pois o segundo tende a ratificar o Estado como objeto de análise principal nos assuntos de segurança. No entanto, o Construtivismo Crítico tende a refletir o Construtivismo Convencional a não abordar explicitamente os conceitos de segurança (BUZAN; HANSEN, 2012).

Os trabalhos de Onuf, Kratochwil e Fierke focam em como a linguagem é crucial em termos de compreensão dos significados e interpretação do relacionamento entre palavra e mundo (*Word and World*). Onuf relaciona regras de linguagem, tomando a noção de Wittgenstein de que a linguagem é semelhante às regras de um jogo (AGIUS, 2010 *apud* COLLINS, 2010). Atos de fala, que relaciona linguagem a ação, e as regras constituem os atores. Onuf (*et al.*, 1998) identifica três tipos de atos de fala: assertivos, diretivos e compromisso (*commitments*). Os atos assertivos relacionam conhecimento sobre o mundo (por exemplo, que democracias não entram em guerra com outra democracia). Os atos diretivos nos fornecem instruções: o que fazer, o que irá acontecer se falharmos em fazer algo. E, finalmente, os atos de compromisso vinculam as promessas (como assinar um tratado, por exemplo). Examinando os significados que os atos de fala invocam, ganhamos um forte senso de como a linguagem estrutura o mundo e as relações, além de um senso mais complexo de comunicação entre os atores. A linguagem é constitutiva e não simplesmente representa o mundo como ele é. Segundo Onuf (*et al.*, 1998,), discurso produz regras e políticas e expressam nossos objetivos e intenções.

Linguagem e atos de fala têm enorme importância para os estudos de segurança porque eles têm poder de “securitizar”, como observa Huysmans (2002, pp. 44-45, tradução nossa): “Linguagem não é apenas um instrumento de comunicação utilizado para falar de um mundo real fora da linguagem; É uma força definidora, integrando as relações sociais”. A linguagem de segurança pode criar um cenário diferente acerca de um problema social ou sobre a fonte que gera insegurança. O Construtivismo Crítico afirma que as definições de segurança são construídas discursivamente através de representações e de elementos linguísticos - substantivos, adjetivos, metáforas e analogias (BUZAN; HANSEN, 2012). Ademais, as políticas de segurança não nascem somente de um interesse objetivo, mas são legitimadas através das “regras do jogo” criadas discursivamente (FIERKE; JORGENSEN, 2001).

O “conhecimento de segurança” produzido pelas agências de segurança e as forças militares, os outros corpos oficiais do governo e pela imprensa são poderosos na articulação sobre ameaças ou perigos. Falar ou escrever pode construir problemas de segurança. Aqueles que implantam a linguagem quando examinam a construção de uma ameaça, perigo e identidade ganham uma melhor compreensão da complexidade do assunto e até mesmo da própria construção da ameaça.

O Construtivismo Crítico visa desnaturalizar a identidade e a lógica através da qual compreendemos o mundo, concentrando-se no contexto de interação e significados intersubjetivos. Fierke e Jorgensen (2001) exemplificam ao tratar do caso de Ruanda. Proferindo um pedido de desculpas ou descrever um conflito como “genocídio” tem implicações para o significado e ação, constituindo o que é possível e o que não é. A relutância dos EUA em classificar os fatos como genocídio e sim como uma guerra tribal, isso implicaria a não intervenção do país em Ruanda, invocando principalmente o conceito de soberania.

Autores que dirigem seus estudos para a área de segurança, como os acadêmicos da Escola de Copenhague, apontam a importância do discurso nos estudos de segurança. Uma das principais contribuições está no chamado “processo de securitização”. Qualquer assunto pode ser “não politizado”, “politizado” e “securitizado”. Resumidamente, no primeiro estágio, o Estado não lida com o assunto e o mesmo não é alvo de debate público. No segundo estágio, o assunto é parte da agenda de políticas públicas do governo. No último estágio, o assunto torna-se questão de segurança através de um processo de securitização, onde o objeto pode ser uma ameaça ou alvo de uma ameaça (BUZAN *et al.*, 1998). O processo de securitização é dividido em dois estágios: O primeiro estágio diz respeito à interpretação de certas questões, pessoas ou entidades como ameaças existenciais para o objeto referente. Não necessariamente a inicialização da securitização depende somente do Estado, mas atores não-estatais podem iniciar o movimento. No segundo estágio, o processo de securitização terá sucesso somente quando o ator ou atores que iniciaram o processo de securitização obtenha sucesso em convencer a audiência (opinião pública, políticos, militares e outras elites) da necessidade do assunto se tornar objeto de segurança (BUZAN *et al.*, 1998).

Ressalta-se que no processo de securitização, é de suma importância os atos de fala. Esta última etapa do modelo de securitização é definida como a representação discursiva de uma determinada questão como uma ameaça existencial à segurança. A Escola de Copenhague considera o ato de fala sendo o ponto de partida do processo de securitização. Uma questão

pode se tornar uma questão de segurança durante todo o ato de fala por si só, independentemente da preocupação representar uma ameaça existencial em termos materiais. O ator que iniciou o processo de securitização usa a linguagem para articular um problema em termos de segurança e para persuadir uma audiência relevante de seu perigo imediato.

A securitização se refere, segundo Barry Buzan e Lene Hansen (2012, p. 323), “ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança”. Em outros termos,

A maneira de estudar securitização é estudar o discurso e as contestações políticas: quando um argumento dentro desta estrutura retórica e semiótica específica atinge um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que, de outro modo, deveriam ser obedecidas? Se, por meio de um argumento acerca da prioridade e da urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizante conseguiu se libertar dos procedimentos ou das regras aos quais ele ou ela deveria estar vinculado(a), estamos testemunhando um caso clássico de securitização. (BUZAN *et al.*, 1998 *apud* BUZAN; HANSEN, 2012, pp. 323-324).

Portanto, destaca-se a importância da AD nos estudos de segurança nas Relações Internacionais. Não que somente os discursos importam nessa área. Estudos da Paz, Estudos Estratégicos e a Geopolítica constituem fatores determinantes para um estudo de segurança. Porém, desconsiderando os fatores não materiais e subjetivos nas análises, tornam qualquer estudo de segurança incompleto. Como afirma Onuf (1989), dizer é fazer. As ações em matéria de segurança surgem a partir do momento de que o assunto assume pauta no discurso oficial, assim como, os métodos empregados para a resolução serão justificados e até mesmo limitados através do discurso. É de suma importância uma análise de discurso para entender qualquer objeto que seja alvo de pesquisa de segurança nas Relações Internacionais.

3.4 - Metodologia da Análise do Discurso utilizada

A autora Lene Hansen (2006, p. 49) afirma que os textos são simultaneamente únicos e unidos: cada um faz a sua própria construção particular de identidade, tece uma série de diferenciações e justaposições e os atrela a uma política externa espacialmente, temporalmente e eticamente situada. No entanto, a inimitabilidade individual de cada texto está sempre localizada dentro de um espaço textual compartilhado; todos os textos fazem referência, explícita ou implicitamente, para os anteriores e ao fazê-lo ambos estabelecem a sua própria leitura e tornam-se mediações sobre o significado e o status de outros. O significado de um texto é, portanto, nunca totalmente dada pelo próprio texto, mas é sempre um produto de outras leituras e interpretações. Destaca-se também a importância de se acrescentar outros textos além dos oficiais – discursos, declarações e entrevistas – para a ampliação do corpus textual. De acordo com Hansen (2006, p. 49), não se pode ver a categoria de textos oficiais separadamente

dos demais textos que ilustrem a situação estudada, os chamados discursos sociais, onde se encaixam nessa categoria, os textos jornalísticos, acadêmicos, leituras de não-ficção e, potencialmente, até os de ficção. A compreensão de textos de política externa como intertextualmente ligados através de uma variedade de meios e gêneros exige uma análise empírica de como essas ligações são feitas, bem como para teorizar completamente a maneira em que os textos constroem a autoridade e sua capacidade de falar sobre um assunto particular. Como se examina diferentes gêneros de texto e as ligações entre eles, torna-se claro que a autoridade textual não é gerada ou estabilizada de forma idêntica no prazo de gêneros proeminentes, tais como textos de política, reportagem jornalística, historiografia, análise quantitativa, ou literária não-ficção (por exemplo, livro de memórias e relatos de viagens).

Adotando o discurso oficial como o ponto analítico de partida oferece-se uma tangente útil entre a análise do discurso e formas de análise de política externa mais convencional, e fornecendo um ponto de demarcação para definir o foco analítico, empírico e metodológico do próprio projeto de pesquisa. O discurso oficial deve, no entanto, situar-se dentro de um conjunto intertextual maior que trace as referências intertextuais a outros textos, o que eleva em fontes que são pesquisadas ou ao descarte de textos que não contribuam para a análise. Isto implica, segundo Hansen (2006, p. 53), que um ponto de partida organizacional no discurso oficial pode parecer um tanto conservador, ele é ao mesmo tempo em que aponta para a inclusão de uma infinidade de textos e gêneros, incluindo reportagem jornalística, análise acadêmica, escrita de viagens, autobiografia, ou mesmo ficção e cultura popular. Ampliando o foco para além do discurso oficial para um conjunto mais amplo de atores e meios de comunicação, a lista de origens e gêneros potenciais cresce ainda mais. Começando com a política externa oficial e se movendo em direção a uma concepção mais ampla do debate público, a autora sugere três modelos de pesquisa para a realização de análise intertextual:

O primeiro modelo (Modelo 1) sugerido por Hansen (2006, p. 54) é baseado diretamente no discurso oficial. Este modelo, a política externa gira em torno de líderes políticos com autoridade oficial para sancionar as políticas externas exercidas, bem como aqueles com papéis centrais na execução dessas políticas como, por exemplo, presidentes e ministros de Estado, pessoal militar de alta patente, funcionários públicos de alto escalão (incluindo diplomatas e mediadores) e chefes de instituições internacionais. Este modelo identifica os textos produzidos por esses atores, incluindo palestras, debates políticos, entrevistas, artigos e livros, bem como os textos que tiveram uma influência intertextual em seu discurso. Os objetivos de um estudo do Modelo 1 são investigar cuidadosamente as construções de identidade no discurso oficial

para analisar a forma como as conexões intertextuais estabilizam este discurso e para examinar como o discurso encontra críticas. Três orientações metodológicas mais específicas também podem ser apresentadas: em primeiro lugar, os textos de política oficiais podem ser tanto de um único autor, como em discursos, artigos e livros ou podem vir a ser produzidos em diálogos com os opositores políticos ou jornalistas; segundo, as referências intertextuais podem ser feitas tanto em apoio a uma proposta política ou em resposta a eventos críticos ou impugnações da política oficial; terceiro, pode-se identificar as ligações intertextuais como elas são feitas de forma explícita por líderes políticos ou como fontes secundárias argumentam elas, criando assim uma história de influência intertextual que aumenta ainda mais a importância intertextual do texto citado.

O segundo modelo de pesquisa intertextual (Modelo 2) proposto por Hansen (2006, p. 55) amplia o escopo de análise para além do discurso oficial e as suas ligações intertextuais. Consideram-se os principais atores e arenas dentro de um debate mais amplo de política externa. Os discursos mais importantes a considerar são os dos partidos políticos de oposição, a mídia, e as instituições empresariais. Isso facilita a análise da hegemonia discursiva e política que a posição governamental goza e, assim, de sua margem de manobra. Este modelo também apresenta uma boa indicação de como o discurso oficial pode mudar, seja através de um ajuste discursivo feito pelo atual governo ou se ocorreu alguma mudança no próprio governo. O discurso político de oposição pode ser investigado através das declarações políticas feitas por partidos de oposição e por políticos influentes individualmente, bem como suas contribuições para o debate público. A inclusão dos meios de comunicação social aprofunda ainda mais a avaliação sobre a hegemonia discursiva oficial, bem como a relação entre a política e os meios de comunicação de forma mais ampla. Textos da mídia apresentam categorias diferentes dependendo do objeto do estudo da pesquisa: pode-se distinguir entre editoriais/declarações oficiais, relatórios de opinião, debate escritos/falados por relação de fontes e reproduções de discursos oficiais proferidos em eventos, palestras e entrevistas oficiais. Segundo a autora, fora entre estes tipos de textos, a própria mídia é em si um tema digno de análise. Perguntas do tipo se as reportagens de campo e política editorial se diferem ou se alinham e quais opiniões críticas são dadas espaço dentro de grandes empresas de mídia são pertinentes caso o estudo da mídia esteja incluso na pesquisa. No entanto, não é o caso desta pesquisa. Ainda no modelo tratado, pode-se incluir na análise, a opinião pública e artigos e ensaios de acadêmicos proeminentes desde que eles consigam escrever textos que sejam repetidamente citados e discutidos. Instituições corporativas, incluindo associações de empregadores, sindicatos, grandes

empresas, ONGs poderosas e, em alguns casos, as forças armadas, também podem entrar no Modelo 2. Eles entram no foco de análise quando eles representam grandes vozes em debates de política externa como, por exemplo, na área de comércio e integração econômica. Um tipo particularmente notável de texto surge de campanhas públicas realizadas pelas instituições para influenciar o governo ou o resultado das eleições ou referendos. De acordo com Hansen (2006, p. 55), assim como no Modelo 1, é possível expandir um estudo do Modelo 2 ao longo da dimensão intertextual para identificar e analisar se esses textos são repetidamente constituídos como fontes significativas.

Os modelos 3A e 3B classificados por Hansen (2006, p. 57) incluem textos denominados “marginais”. Nesta categoria intertextual, fontes como literatura de ficção, filmes, documentários, representações culturais, fotografias, músicas e mais algumas outras representações culturais fazem parte do Modelo 3A. Busca-se neste primeiro modelo, a segmentação da identidade através de manifestações culturais. O Modelo 3B, no entanto, incluiu os discursos políticos marginais, os movimentos sociais, as associações ilegais, a academia e ONGs. Para ambos os modelos, o objeto de análise buscado reside principalmente em analisar textos em ambientes não democráticos onde impera a hegemonia do discurso oficial por parte da autoridade. Os textos acadêmicos, assim como no Modelo 2, tem a importância de apresentar análises imparciais, trazendo a luz a real situação do objeto analisado. Os discursos dos movimentos sociais e ONGs costumam ser mais contestatórios sem a necessidade do rigor científico e sendo pautado pelos seus interesses próprios. Com isto, a partir do desenvolvimento metodológico proposto por Lene Hansen, temos o seguinte quadro dos modelos intertextuais representados na Figura 2.

Os três modelos intertextuais produzem um conjunto de importantes de questões de investigação e estruturam a escolha do foco de análise, mas não decidem quais perguntas substanciais devem ser perseguidas ou fornecem um relato completo de como devem ser estabelecidos projetos concretos de investigação. Hansen (2006, p. 66) afirma que, para ajudar a produzir um projeto de pesquisa completo há a necessidade de se incluir três dimensões adicionais além dos modelos intertextuais apresentados. A primeira dimensão adicional está na escolha de número de Selves que serão analisados. Nesta dimensão, os Selves podem ser múltiplos ou único. Este número de Selves dependerá do foco de análise e da importância dos agentes para o estudo. Já a segunda dimensão adicional está relacionada a um tempo. Deve-se analisar se se faz um estudo de um momento particular ou de um desenvolvimento histórico mais longo. Por último, se a análise é baseada em um evento ou vários eventos.

Figura 2: Modelos Intertextuais

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3^a	Modelo 3B
Foco Analítico	Discursos Oficiais. Chefes de Estado. Alto escalão do governo. Alto escalão militar. Chefes de Instituições Internacionais. Discursos oficiais de Instituições Internacionais	Debate mais amplo de política externa. Oposição política. Mídia. Instituições corporativas	Representações Culturais. Cultura Popular. Alta Cultura.	Discursos políticos marginais. Movimentos sociais. Associações ilegais. Academia. ONGs.
Objeto da Análise	Textos oficiais. Conexões intertextuais diretos e secundários. Textos apoiadores. Textos críticos.	Textos políticos. Debates parlamentares. Discursos. Declarações. Textos midiáticos. Editoriais reportando opiniões e debates. Instituições corporativas. Campanhas públicas. Conexões Intertextuais recorrentes.	Filmes, ficções, televisão, jogos de computador, fotografia, quadrinhos, música, poesia, pintura, arquitetura, diários de viagem, autobiografias.	Jornais marginais, websites, livros, panfletos, análises acadêmicas.
Objetivo da Análise	Estabilização de discursos oficiais através de conexões intertextuais. A resposta de discursos oficiais a discursos críticos.	Hegemonia dos discursos oficiais. A provável transformação do discurso oficial. A estabilidade interna dos discursos midiáticos.	Sedimentação ou reprodução de identidades em representações culturais.	Resistência em regimes não democráticos. Dissidências em casos dos modelos 1 e 2 de hegemonia. Debates acadêmicos.

Fonte: HANSEN (2006), tradução nossa.

Metodologicamente, os modelos intertextuais e as três dimensões adicionais formam a estrutura básica do projeto de pesquisa de análise de discurso. Portanto, a partir desta conceituação feita por Hansen (2006), tem-se o seguinte quadro analítico representado na Figura 3.

A escolha de Selves a utilizar é um dos fatores mais complicados para uma AD. De acordo com Hansen (2006, p. 69), uma possibilidade é a inclusão de todos os Selves, porém, isso muitas vezes torna-se uma atividade inviável. Como a análise do discurso requer conhecimentos linguísticos, um número grande de Selves torna a atividade complexa, pois deve-se analisar individualmente o conjunto intertextual dos Selves. Neste caso, não é tanto uma questão de saber se uma seleção é "errada" ou "correta", mas se é politicamente e analiticamente possível. Estudos com múltiplos Selves têm uma complexidade comparativa que

pode parecer que estudos com um único Selve como menos ambiciosos ou interessantes. Mas, todavia, essa denominação não pode ser levada ao pé da letra, logo que o Selve não é tão “único” como o termo pode levar a crer. Segundo a autora, os discursos do Self estão tentando estabilizar a identidade do Ser, ainda que este seja um projeto inerentemente instável e muitas vezes produzido e reproduzido por meio do discurso de política externa. Acrescentar ao discurso oficial os discursos que competem aos modelos intertextuais 2 e 3, é bem provável encontrar rearticulações dos discursos oficiais. O número e magnitude destas rearticulações geralmente aumentam quando o Self não é nacional, mas um regional ou até mesmo global (HANSEN, 2006, p. 69).

Figura 3: Modelo Metodológico

Fonte: HANSEN (2006).

Após as escolhas do número de Selves, passa-se a questão da perspectiva temporal. A política externa pode ser estudada a partir da abordagem de eventos quer em um momento particular ou através de uma análise histórica mais longa. Começando com o estudo de um único momento, este, muitas vezes, tem um caráter impressionante para ser objeto de intensa preocupação política e analítica. Hansen (2006, p. 69) afirma que grande parte da análise do discurso concentrou-se em discursos políticos que respondem a momentos marcantes como conflitos e guerras, mas a AD pode também ser aplicada a eventos politicamente menos turbulentos, como acontecimentos que ilustram as práticas diárias de reprodução e transformação como, por exemplo, os processos de integração regional e ser utilizado quando

se estuda como as identidades são buscadas. Assim como, a AD pode versar sobre às instituições internacionais e as populações locais que produziram efeitos sobre a perspectiva estudada. Estudos com um único momento também podem ganhar em complexidade ao ser acoplado a expansões ao longo das outras dimensões do projeto de pesquisa: eles podem ser analisados através de múltiplos Selves ou dentro de modelos intertextuais 2 e 3 (HANSEN, 2006, p. 69).

Estudos de mais de um momento vão desde comparações de um menor número de eventos a extensa análise histórica que traça a evolução das identidades através dos séculos. Estudos comparativos de "momentos" evoluem em torno de um número menor de pontos bem definidos no tempo que são vinculados a determinados eventos de política externa. Não há regras fixas quanto ao número de momentos que devem ser escolhidos em um estudo comparativo de momentos, mas, segundo Hansen (2006, pp. 69-70) deve-se garantir que os momentos não são tão distantes no tempo que as comparações que se faça tornam-se difíceis ou se há pouca informação disponível. Para a autora, os projetos de pesquisa voltados para momentos comparados são valiosos para a geração de conhecimento das mudanças discursivas ou a repetição dos discursos em momentos bem definidos, geralmente bastantes próximos no tempo. Mas os projetos de pesquisa também podem ser baseados em análises históricas mais longas que traçam a evolução do discurso e a identidade através de uma série de momentos bem próximos.

Por fim, a última dimensão, isto é, o número de eventos, começa a partir da definição do que seriam os eventos. Para Hansen (2006, p. 71), o termo "evento" é em si amplamente definido a contento. O evento pode incluir uma questão de política como, por exemplo, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, bem como o que comumente pode ser entendido como um evento, tipo uma guerra. Deve-se notar também que os eventos, muitas vezes, devem ser estudados através da análise de "eventos dentro de eventos". A questão do número de eventos a ser escolhido já foi abordada na discussão sobre a dimensão temporal: se um evento é escolhido, é logicamente definido dentro de um estudo de um momento temporal. Mudando o foco para vários estudos de eventos, estes são construídos ao longo de duas dimensões. Em primeiro lugar, os eventos podem estar localizados em diferentes momentos, mas relacionados por tema. Em segundo lugar, os eventos podem ser relacionados por vez em uma comparação da construção discursiva de vários problemas dentro do mesmo período. A vantagem de análise de estudos de vários eventos é que a comparação ao longo do tempo permite uma identificação de padrões de transformações e de reprodução, enquanto uma comparação das questões

localizadas dentro do mesmo horizonte temporal gera conhecimento dos discursos do Eu em todas as áreas politicamente pertinentes.

3.5 - O Desenho da Pesquisa

O desenho da pesquisa se desenvolve a partir da metodologia apresentada pela autora Lene Hansen (2006). Como apresentado, são necessários levar em conta quatro quesitos: o número de Selves; a perspectiva temporal; o modelo intertextual e; o número de eventos. Estes quatro conceitos metodológicos foram o estudo de caso analisado.

Primeiramente, a justificativa para a escolha desse método para esta pesquisa decorre, principalmente, da admissibilidade da AD com os estudos sobre Construtivismo/Comunidades de Segurança. As Comunidades de Segurança podem ser compreendidas como “Comunidades de Práticas”. De acordo com Adler (2008, p. 198), prática se constitui de padrões significativos de atividades socialmente integradas reconhecidas em comunidades que estruturam a experiência. A prática não está fora ou além dos discursos e, ao contrário dos hábitos, elas podem ser aprendidas com os outros e podem ser bem ou mal feitas, correta ou incorretamente. Práticas, portanto, evoluem e podem se espalhar em conjunto com o conhecimento e com o discurso. Práticas “objetivam” simultaneamente significados e discursos que se cristalizam na matéria física e na atividade, com o intuito de tornar-se permanente, trazendo assim, a estabilidade nos processos de mudanças. A partir do momento em que as práticas são compartilhadas por um conjunto de agentes, forma-se uma comunidade. Segundo Adler (2008, p. 199, tradução nossa) “as práticas compartilhadas, por sua vez, são sustentadas por um repertório de recursos comuns, como rotinas, sensibilidades e do discurso”. Apresentar um discurso comum, um discurso de comunidade, é um dos fatores relevantes para a consolidação de uma comunidade de segurança. E, como já exposto, o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano foi elaborado pelo Brasil, teve como autoridade responsável o então ministro da Defesa Nelson Jobim, para garantir a adesão por parte dos 12 países sul-americanos e de liderar o projeto e, além disso, assume-se que a região caminha para se tornar uma comunidade de segurança por conter características compatíveis ao desenvolvimento teórico feito por Adler e Barnett, mas ainda não o é.

O número de Selves utilizado nessa pesquisa é apenas um: o ex-Ministro da Defesa Nelson Jobim. A limitação à apenas um indivíduo deve-se a identificação do ex-ministro como a liderança política do projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Ao longo dos discursos analisados, percebe-se que o Conselho é fruto da política externa brasileira, sendo atribuído ao

ministro Jobim a responsabilidade em apresentar e angariar a participação de todos os países sul-americanos ao projeto. Ficou ao seu encargo de ser o negociador responsável pelo sucesso do CDS, levando, inclusive, a se reunir diretamente com os presidentes dos países da América do Sul.

A perspectiva temporal foca principalmente entre o período de desenvolvimento do projeto do CDS, isto é, desde o lançamento da proposta até a assinatura de seu tratado constitutivo e de seu primeiro plano de ação. Todavia, os discursos analisados vão um pouco além desse período, pois muitas fontes bibliográficas datam após esse marco temporal. No entanto, busca-se analisar a gênese da proposta do CDS, seus objetivos presentes no discurso e não se ele tem atingido os objetivos propostos após o seu surgimento. No que tange a esta pesquisa, propõe-se compreender o que seria a identidade comum de defesa da América do Sul. Como consta nos documentos e nos discursos oficiais analisados, essa identidade ainda precisa ser criada, sendo este um dos principais objetivos do Conselho de Defesa Sul-Americano. Portanto, entender o que significa esta identidade comum de defesa nos discursos oficiais e como ela será criada, torna relevante o papel da liderança no momento do desenvolvimento do projeto do CDS. Além disso, observar quais os principais eixos que são repetidos ao longo do desenvolvimento discursivo e o quanto deles tornaram-se objetivos oficiais da organização. Não obstante, como a temática envolve conceitos de segurança, de integração, de organizações internacionais, discurso e identidade, justifica-se a escolha do marco teórico do Construtivismo através da vertente das Comunidades de Segurança, pois esta contempla a contento todas as temáticas apresentadas nessa pesquisa, além de trabalhar satisfatoriamente com a metodologia da Análise de Discurso.

O modelo intertextual apresenta uma característica plural de discursos a serem utilizados. Nesta pesquisa, foram utilizados discursos oficiais de diversas autoridades, como do ex-ministro Nelson Jobim, sendo este o foco principal de análise, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do General de Estado-Maior Sergio Etchegoyen. O *corpus* de textos utilizados varia desde os discursos oficiais proferidos, textos escritos pelas autoridades, entrevistas públicas e para o autor e trechos reproduzidos de discursos em jornais e portais de notícias oficiais e de grande circulação nacional. Essa diversidade de discursos analisados não compromete os fundamentos da Análise de Discurso, pois, como apresentado na metodologia proposta por Hansen e na discussão fundamentada por Charaudeau, quanto maior a diversificação, melhor será a compreensão do analista no caso estudado. Nessa categoria, incluem-se as reportagens e artigos e estudos feitos por acadêmicos. Especificamente para esta

pesquisa, utilizaram-se publicações acadêmicas cujo foco estava na discussão sobre os aspectos políticos da cooperação e integração dos assuntos de segurança e defesa na América do Sul. Além da possibilidade de utilização de diversas fontes discursivas, soma-se ao fato à dificuldade de acesso aos discursos oficiais do ex-ministro Jobim. A disponibilidade de discursos existentes através do Ministério da Defesa é mínima, não dando qualquer consistência a uma pesquisa que se limitasse somente aos discursos oficiais. Portanto, a partir da perspectiva metodológica elaborada por Hansen, esta pesquisa utiliza os modelos intertextuais classificados como modelos 1, 2 e 3B.

Por fim, são múltiplos os números de eventos. Contemplando desde o primeiro discurso onde aparece a intenção de se criar um mecanismo multilateral de defesa exclusivo da América do Sul, passando por reuniões internacionais, encontros bilaterais, entrevistas, palestras, finalizando a partir do tratado constitutivo do Conselho de Defesa Sul-Americano e de seu primeiro plano de ação. Apresentado o desenho da pesquisa, tem-se, portanto, um resumo a partir de uma figura proposta através do modelo elaborado por Hansen (Figura 4).

Portanto, a pesquisa visa compreender através do discurso oficial do ex-ministro Nelson Jobim o que pode ser entendido como identidade de defesa e como ela será criada. Para poder responder a estes objetivos, será utilizado o modelo metodológico da Análise de Discurso elaborado a partir da autora Lene Hansen. A partir desta perspectiva, serão utilizados discursos, notícias jornalísticas e obras acadêmicas. Com a utilização destes materiais, a intertextualidade está presente através de três modelos complementares como proposto por Hansen. Assim como, em harmonia com a perspectiva teórica do Construtivismo através do conceito de “Comunidades de Segurança”, a pesquisa versa sobre a sintonia entre os principais atos de fala do ministro com as condições essenciais para o surgimento de uma comunidade de segurança, isto é, que a segurança e defesa da América do Sul estará ligado ao eventual sucesso na busca de uma identidade comum de defesa e, por consequência, na atuação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Isso é possível, pois como visto neste capítulo através da definição feita por Adler sobre as comunidades, o discurso faz parte das práticas necessárias para a criação ou consolidação de uma comunidade de segurança, principalmente através de um discurso que se utilize de uma linguagem que invoque valores em comum, um sentimento de grupo.

Figura 4: Desenho da Pesquisa

Fonte: HANSEN (2006), versão desenvolvida pelo autor.

Capítulo 4 – A busca por uma identidade comum de defesa: o Conselho de Defesa Sul-Americano nos discursos de Nelson Jobim

O ministro Nelson Jobim representa à liderança brasileira frente ao projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Ele foi encarregado de garantir o sucesso da proposta, sendo o responsável por apresentá-la à opinião pública, tanto em entrevistas, artigos e seminários e palestras internacionais, quanto para garantir a adesão dos demais países membros da UNASUL ao Conselho, reunindo-se com presidentes e ministros da defesa de todos os países sul-americanos. Busca-se apresentar nesta seção os principais discursos e as mais importantes recorrências discursivas apresentadas na narrativa. Observa-se que devido às repetições aparecerem diversas vezes ao longo do tempo, não se apresenta cada um dos discursos onde elas aparecem. Isto se deve principalmente a pouca ou nenhuma evolução dos conceitos ao longo do tempo, sendo apenas repetidos e reafirmados nos discursos. Quando há uma variação, uma evolução ou controvérsias, essas serão apresentadas.

As repetições e os eixos discursivos principais ao longo dos discursos proferidos pelo ministro Jobim trarão a contribuição de entender o que é a identidade comum de defesa proposta e como ela será construída. Ao longo do período analisado, isto é, desde o lançamento da ideia até o tratado constitutivo do Conselho, percebe-se que os eixos fundamentais passam por um conjunto de medidas em comum que variam desde indústrias bélicas e desenvolvimento econômico, a integração e a identidade. Apesar de esta última ser o resultado buscado através desses conjuntos de medidas, o Conselho de Defesa Sul-Americano não é originário de uma identidade comum, mas o principal organismo pelo qual garantidor do sucesso da busca por uma identidade comum de defesa na América do Sul.

Através da análise dos discursos do ministro Nelson Jobim, percebe-se que alguns conceitos foram mudando no decorrer do período temporal pesquisado. Há, por exemplo, desde uma preocupação em afirmar que o projeto não se constitui uma aliança militar formal aos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, a utilização de uma possível ameaça externa ao subcontinente da América do Sul foi usada na linguagem do ministro como forma de sensibilizar os países da região da necessidade de se criar um organismo regional de defesa. Destaca-se também, a constante divisão da América do Sul em vertentes sub-regionais e de que, apesar da identidade comum buscada, essas divisões deverão ser respeitadas.

Finalmente, a conclusão que se chega é de que muito do das intenções discursivas apresentadas acabaram por se tornarem oficiais no tratado e no plano de ação do Conselho. Apesar da América do Sul ainda não ser uma comunidade de segurança, portanto, ainda não contar com uma identidade comum de defesa, reúne-se elementos que são necessários para que futuramente a região possa se configurar como tal. A preocupação linguística da liderança do projeto do CDS demonstra quais elementos são considerados fundamentais, além de se utilizar uma linguagem semelhante aos principais pressupostos teóricos para o surgimento de uma comunidade de segurança.

4.1 – Os eixos discursivos fundamentais

Na análise dos discursos do ministro Jobim, percebe-se a existência de três eixos discursivos fundamentais para compreender o que se buscou com o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Estes eixos são apresentados diversas vezes ao longo do discurso do ministro, podendo sofrer ou não intercambiações de nomenclatura, mas sem comprometer o seu significado. Por exemplo, o conceito de identidade pode aparecer como “identidade”, “visão comum” ou “agenda em comum”. Dada à observação, os três eixos fundamentais são a indústria de defesa e desenvolvimento econômico, a integração e a identidade comum de defesa (Figura 5).

Esses eixos que circulam o Conselho são as bases do projeto e foram usados discursivamente na tentativa de se criar um sentimento de “nós” em matéria de defesa. Através deles, a narrativa será construída, legitimando os objetivos propostos para esta nova organização. Cada um desses eixos possui características próprias, respondendo a um objetivo específico, mas sempre subordinado a necessidade de não caracterizar como uma demanda individual de um país, mas de pertencer à região como um todo. Não obstante, cada eixo complementa os demais.

Ressalta-se, todavia, as particularidades do discurso praticado. Apesar de a linguagem remeter a um cenário de comunidade, do sentimento de “nós” e de falar da América do Sul como um espaço comum com história, valores e necessidades compartilhadas, nunca é deixado de lado à questão da soberania nacional e as características intrínsecas do espaço sul-americano. No discurso do ministro Nelson Jobim, há uma preocupação em deixar claro de que apesar do Conselho ter entre os seus objetivos criar uma identidade comum em matéria de defesa, cada Estado continua adotando um modelo e uma agenda que atenda as suas necessidades. Portanto, tem-se a preocupação em não importar um modelo, no caso, o brasileiro (por ser a fonte que

originou e a liderança do projeto do CDS), mas sim de construir uma agenda comum através do mecanismo institucional do Conselho.

Figura 5: Principais eixos discursivos de Nelson Jobim sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de aparentar uma ambiguidade, percebe-se que ao adotar esta linha de raciocínio nos discursos, buscou-se, primeiramente, atrair a adesão de todos os países da região e, posteriormente, encontrar uma fórmula que pudesse agregar as demandas e interesses de cada Estado e transformá-las em uma agenda comunitária desde que atendesse aos pressupostos visados na organização. Não obstante, como visto anteriormente, ainda no decorrer da consolidação do Conselho ocorreram incidentes que levaram a dúvida de alguns países em relação à necessidade ou o sucesso de um novo mecanismo institucional como, por exemplo, o ataque da Colômbia a um acampamento das FARC em território equatoriano, levando ao rompimento de relações entre o Equador e a Venezuela com a Colômbia.

Portanto, a partir destes eixos fundamentais será apresentada a narrativa e a linguagem utilizada pelo ministro Jobim para que o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano obtivesse sucesso para a sua criação. Para cada um deles será apresentado um quadro analítico, trazendo a sua narrativa ao longo do período de tempo analisado. Com isto, busca-se compreender como estes eixos fundamentais eram utilizados nos discursos da liderança do

ministro Jobim, assim como, as possíveis controvérsias, ambiguidades, a utilização de uma linguagem mais branda e onde elas complementam outros eixos fundamentais. A partir destas análises, chega-se ao objetivo principal da pesquisa de compreender como é entendida e como será buscada a identidade comum de defesa da América do Sul e como ela será fundamental para o projeto do Conselho no que diz respeito a tornar a região sul-americana integrada em um assunto sensível como defesa e dando um passo considerável para cambiar-se em uma comunidade de segurança.

4.2 – Indústria comum de defesa

As indústrias de defesa na América do Sul foi um tema recorrente nos discursos do então ministro da defesa Nelson Jobim. Este foi um tema sensível, recebendo bastante atenção por parte da autoridade brasileira. As fábricas de material militar visam não somente fornecer armamentos para as forças armadas da região, mas também contribuir para a inovação tecnológica e atender também as estratégias de defesa e o desenvolvimento do processo de integração da região. Com isto, busca-se que a América do Sul deixe de ser apenas importadora de materiais bélicos, sendo capaz de fabricar os armamentos necessários à suas necessidades e, se possível, até ser exportadora desses materiais. Portanto, a indústria de defesa teria como objetivo principal tornar a América do Sul autossuficiente em matéria de armamento (Figura 6).

Figura 6: Objetivos da indústria comum de defesa

Fonte: Elaboração própria.

Em seu discurso no Parlamento do MERCOSUL em 17 de setembro de 2008, o ministro Jobim declarou a necessidade das indústrias de defesa como uma ferramenta importante para o desenvolvimento tecnológico da América do Sul considerando que a região estaria em um estágio atrasado, tendo o compartilhamento de investimentos e pesquisas um papel fundamental. Segundo Nelson Jobim:

A capacitação tecnológica da região é vital. Precisamos sair do chão tecnológico, onde nos encontramos, para chegar ao teto tecnológico. Para isso, devemos promover o compartilhamento de investimentos, não repetir pesquisas que outros estão fazendo e, dessa forma, conquistar economia de escala. São inseparáveis as estratégias de defesa e de desenvolvimento (SENADO, 2008).

Ainda nesse mesmo discurso, ficou claro que o projeto da indústria comum de defesa levaria a um processo descentralizado de produção e desenvolvimento, tendo cada país membro do Conselho um papel importante. Para que isso ocorra, segundo o discurso do ministro, haveria a “integração das bases industriais de defesa sul-americanas e a aproximação entre os principais institutos de pesquisa da região ligados ao setor” (SENADO, 2008). Além disso, são inseparáveis as estratégias de desenvolvimento e a de defesa. Segundo o ministro Jobim, “a estratégia de desenvolvimento condiciona e motiva a estratégia da defesa, e a estratégia da defesa proporciona um escudo para a estratégia de desenvolvimento” (SENADO, 2008).

Em 23 de fevereiro de 2008, quando anunciou publicamente que iria visitar cada país sul-americano para apresentar o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano, Nelson Jobim declarou também a necessidade de modernização das forças armadas da região. Para que isso pudesse ocorrer, segundo o ministro, haveria a necessidade da autossuficiência em matéria de insumos militares: "Não há que se pensar no avanço tecnológico das Forças Armadas sul-americanas sem que haja no continente capacitação e fabricação dos insumos necessários para não ficarmos dependentes de terceiros" (G1.com, 2008). Nesta mesma declaração, também aparecem à iniciativa de se criar uma indústria comum de defesa, fabricando conjuntamente os armamentos e futuramente exportá-las.

Além de garantir a América do Sul à autossuficiência em insumos militares, a indústria comum de defesa teria como característica o cunho privado, porém com participação do Estado em aspectos específicos. Segundo Nelson Jobim, em visita oficial à Argentina em 23 de fevereiro de 2008, “essa indústria seria privada, mas com nichos para a presença estatal. Não se pode pensar nenhum avanço tecnológico das Forças Armadas da América do Sul sem que se tenha, no próprio continente, a capacitação dos insumos necessários (para esta área)” (CARMO, 2008).

O desenvolvimento de uma indústria comum de defesa deve-se também aos altos custos em pesquisas e por isso da necessidade em compartilhar as pesquisas desenvolvidas na região, além da indústria comum de defesa estar atrelada ao desenvolvimento nacional e as parcerias público-privadas. Segundo o ministro Jobim em uma entrevista a Tv Senado em 13 de maio de 2011

não se admite que nós tenhamos uma indústria de defesa que não esteja ligada ao desenvolvimento nacional. Temos que liga-la a isso. Por quê? Porque as pesquisas que se faz em área de defesa são pesquisas de alta tecnologia que são duas, isto é, se aplicam ao setor público-privado. Com isso, nós alteramos substancialmente este tipo de linha de conceito.

Elaborou-se um estudo estratégico onde as capacidades de cada membro do Conselho poderiam ser úteis para criar parcerias entre os países sul-americanos. De acordo com o ministro Jobim no livro de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano de 2009, esses acordos de cooperação trariam benefícios mútuos principalmente para transferência e desenvolvimento tecnológico

Na área de indústria e tecnologia de defesa se contemplou a elaboração de um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros, identificando capacidades e áreas de associação estratégica, com o fim de promover a complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica, assim como também a promoção de iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação e produção relacionadas à indústria de defesa, no marco das nações integrantes do CDS. Creio que, em um futuro próximo, possamos elaborar um catálogo da indústria de defesa dos países sul-americanos (JOBIM, 2009, p. 23, tradução nossa).

Portanto, a indústria comum de defesa tem por finalidade a fabricação de insumos militares, o desenvolvimento e a inovação tecnológica e a autossuficiência. Esse tripé também é uma preocupação na avaliação de defesa nacional do Brasil e que tem reflexos no âmbito regional. Na Estratégia Nacional de Defesa (END) lançado pelo Ministério da Defesa do Brasil em 2009, dar-se uma especial relevância ao desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa focada essencialmente em acalentar os setores espacial, cibernético e o nuclear. A END atribuiu ao CDS um papel fundamental no aumento escalado do mercado regional de defesa, fazendo jus aos investimentos que possibilitariam a consolidação de uma considerável autonomia estratégica na aquisição de insumos militares (BRASIL, 2009). Segundo o documento, a importância da América do Sul no plano nacional de defesa brasileiro estaria em seu entorno estratégico e a integração, pois “como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais” (BRASIL, 2009, p. 9). Especificamente sobre a indústria de defesa, o END apresenta o processo de integração do processo industrial de defesa em nível regional: “A integração

regional da indústria de defesa, a exemplo do MERCOSUL, deve ser objeto de medidas que propiciem o desenvolvimento mútuo, a ampliação dos mercados e a obtenção de autonomia estratégica” (BRASIL, 2009, p. 17) e “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa” (BRASIL, 2009, p. 9).

Finalmente, percebe-se que o eixo da indústria comum de defesa também avança sobre os demais eixos fundamentais, pois ela está atrelada a uma política comum de defesa, isto é, ela faz parte da estratégia comum de defesa da região; deixa-se claro que contribui e se desenvolve em âmbito da integração regional sul-americana e devido ao caráter de cooperação e compartilhamento entre os membros, portanto, a necessidade de interação e confiança, colaborará com a identidade comum de defesa e com o objetivo do Conselho de Defesa Sul-Americano. O discurso do ministro Jobim apresenta a necessidade da indústria comum de defesa como ferramenta importante para criar um espaço comum sul-americano. Com a própria fabricação de insumos militares, o desenvolvimento tecnológico e a autossuficiência, a América do Sul passa a ter um poder maior de persuasão.

4.3 – Integração

O segundo eixo discursivo mais comum nos discursos do ministro Nelson Jobim trata da questão da integração sul-americana em matéria de defesa. Nesse eixo, destacam-se as questões de uma possível ameaça externa comum à região devido aos recursos naturais; o poder de dissuasão da América do Sul a partir da cooperação em matéria de defesa e; a união de todos os países da região (Figura 7). Essas três questões estão ligadas e são complementares, não havendo assim, uma clara divisão entre elas. Assim como, a questão da integração também está conectada à questão da identidade comum. Desta forma, o discurso do ministro Jobim tende a ser estável e coeso. As contradições apresentadas são mínimas, porém importantes, pois estão ligadas principalmente a questão de valores e configurações geopolíticas do espaço sul-americano. Destaca-se que na questão da integração e posteriormente da identidade, a linguagem utilizada apresenta similaridades importantes com a linguagem acadêmica, como a questão das assimetrias entre os países. Com isso, nota-se a que o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano tem não somente uma sustentação política, mas também tem uma base de sustentação teórico-acadêmica. Por fim, a questão da integração também apresenta a preocupação com a questão das subdivisões da região e como a união da América do Sul deverá respeitar essas divisões.

Figura 7: Objetivos da integração

Fonte: Elaboração própria

A questão de ameaça externa à América do Sul foi um dos fatores importantes para que o projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano prosperasse. Apesar de nunca aparecer qual ou quem seria uma ameaça aos países da região, é reforçada discursivamente a necessidade dos países sul-americanos se integrarem e cooperarem em matéria de defesa. Essa integração visaria a proteção dos recursos naturais existentes na região. Esses recursos estariam ameaçados principalmente ao longo prazo, necessitando a conscientização dos países sul-americanos da proteção conjunta desses recursos naturais.

Os recursos naturais da América do Sul são usados recorrentemente nos discursos do ministro Jobim como referência da necessidade da região se movimentar em matéria de defesa. De acordo com o ministro, os riscos à segurança da América do Sul e os conflitos do futuro estarão relacionados à água, minerais e alimentos. "Isso a América do Sul tem [recursos naturais]. Temos aqui o aquífero Guarani, a Amazônia, somos os maiores produtores de grãos e de proteína animal do mundo. Temos que nos preparar para isso [ameaça futura]" (GONÇALVES, 2010). Além dos recursos citados, acrescenta-se também que a América do

Sul concentra as maiores fontes de energias não renováveis e renováveis, como dito pelo ministro Jobim em 2010 em sua aula magna na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo³:

Por que temos essa preocupação? Porque a América do Sul é a maior produtora de grãos, a América do Sul é a maior produtora de proteína animal, a América do Sul tem os maiores depósitos de energias não renováveis e renováveis e os maiores depósitos de água potável do mundo – o aquífero guarani e a Amazônia

Além de apontar quais os recursos naturais que devem ser protegidas das ameaças externas, ressalta-se que essa fala do ministro Jobim visa o futuro da América do Sul. Não somente, a linguagem utilizada remete que a tentativa dessa ameaça externa tentar obter esses recursos não é apenas suposição, mas um fato. "Eles virão, daqui a 40 ou 50 anos. Temos que nos defender. Temos que resguardar esses recursos daqueles que pretendem apoderar-se deles. Vai haver uma enorme falta de água no mundo e eles vão tentar pegar essa água" (PALÁCIOS, 2011).

Dada a problematização que a América do Sul deverá enfrentar no futuro, a solução estaria em uma integração dos países da região. Não haveria uma solução para conter essa ameaça isoladamente. Portanto, apresentasse uma preocupação de uma ameaça coletiva que exige também uma solução coletiva. Com isso, a linguagem utilizada sempre transmite uma imagem de “nós”, demandando uma articulação coletiva. Este é um aspecto importante. A linguagem tende a demonstrar que as preocupações do então ministro da Defesa do Brasil não representaria somente a visão brasileira, em uma tentativa de impor uma agenda aos demais países sul-americanos, mas que a ameaça aos recursos naturais da região afeta a todos, independentemente das questões locais de cada país. Como apresentado no capítulo 3, o primeiro passo de um processo de securitização inicia-se com o processo discurso de construção de uma ameaça (Segurança em relação a que ou a quem). Além do discurso com linguagem coletiva visando ameaças, outro aspecto se deve ao projeto CDS, isto é, de um organismo que garantisse que as posições da América do Sul sejam unificadas, obtendo assim, mais peso nos foros internacionais de defesa. De acordo com Nelson Jobim

Nós temos na América do Sul o grande centro de produção de alimentos. Somos o maior produtor de alimentos do mundo. Temos as grandes reservas de energia não somente de hidrocarbonetos, mas também de outras fontes alternativas. Temos as maiores reservas de água potável do mundo – a Amazônia e o aquífero Guarani. É possível pensar que essas são questões isoladas de cada um dos países da América ou temos que pensar em uma forma de integração da região e chegar aos foros internacionais com posições concertadas sobre temas internacionais? (JOBIM, 2008, tradução nossa).

³ Aula magna do MBA em Relações Internacionais da FGV com Nelson Jobim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oEw8C9EyXaU> Acesso: 01/04/2015.

A América do Sul apresenta uma subdivisão geopolítica (Figura 8) que aparece recorrentemente nos discursos do ministro Jobim. Essas subdivisões do território sul-americano compreendem a três vertentes: Amazônica, Andina e Platina. Cada país da região faz parte de ao menos de uma dessas vertentes, sendo a Bolívia o único país que está inserido em todas. Essa subdivisão visa remeter a imagem de que os problemas em matéria de defesa da região são coletivos, porém, ao mesmo tempo, possuem características particulares em cada uma dessas subdivisões. Um problema comum aos países que fazem parte da vertente amazônica, por exemplo, pode não ser um problema para um país da vertente platina. Assim como, a solução para esse problema na região amazônica dependerá da ação coletiva dos países que fazem parte dessa vertente.

Figura 8: As vertentes da América do Sul

Fonte: Elaboração própria a partir dos discursos analisados do ministro Nelson Jobim.

Em entrevista a Radiobras, o ministro Nelson Jobim detalhou mais essa questão das subdivisões existentes no espaço sul-americano, apresentando os países e suas respectivas vertentes aos quais estão inseridos.

Nós temos três grandes características, na parte terrestre da América do Sul. Nós temos a vertente amazônica, nós temos a vertente andina, vertente platina. São as três grandes vertentes do território da América do Sul. Ora, alguns países, ou todos os países participam de uma ou de duas dessas vertentes. O Brasil, por exemplo, tem a vertente amazônica e tem a vertente platina. A vertente amazônica é uma vertente que participa também: o Suriname, a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Ou seja, no que diz respeito à característica de defesa da Região Amazônica, nós podemos discutir uma identidade de ações que sejam praticadas individualmente pelos países. O mesmo se passa com a região platina. O Brasil participa da região platina e participa com quem: participa com a Bolívia, participa com o Paraguai, Argentina e Uruguai. Observem que a Bolívia, na verdade, a Bolívia é o único país que participa das três vertentes. A Bolívia tem a vertente andina, tem a vertente platina, que exatamente um chaco, com divisa com o Paraguai e a vertente Amazônica na divisa do Brasil com Rondônia, naquelas regiões de Rondônia e Acre. Vejam, nós queremos com isso, nessas reuniões identificarmos esta linha de defesa dessas três vertentes (JOBIM, 2009).

A subdivisão do espaço sul-americano motivou a proposta de integração em matéria de defesa. Percebeu-se que essas diferenças sub-regionais não deveriam representar conflitos ou soluções unilaterais. A divisão serviu justamente para que essas vertentes pudessem trocar experiências, que cooperassem e que levasse a América do Sul rumo a uma integração militar. Portanto, ao assumir a perspectiva de uma região fragmentada, percebeu-se que era uma oportunidade para o diálogo e cooperação. Como afirmado pelo ministro Nelson Jobim em 2008

Temos três vertentes principais na América do Sul: a vertente da Amazônia, a vertente Andina e a vertente do Prata. Somente a Bolívia tem participação nas três vertentes. O Brasil está em dois, a amazônica e a platina. A Argentina tem duas. Estas situações específicas de nossos países nos faz pensar em fazer a integração e falar sobre questões de defesa

O Brasil exerceria um papel fundamental na América do Sul frente a estas divisões do espaço sul-americano. O país exerceria um papel de socializador para que as três vertentes da região se integrassem, contribuindo para a união e coesão do subcontinente. Esse papel desempenhado pelo Brasil está de acordo com a sua política externa para a região e como papel de criador e liderança do projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Não somente o Estado brasileiro buscava essa integração como, na linguagem utilizada por Jobim, é fundamental que os países sul-americanos e os de fora da região enxergassem a América do Sul como uma região integrada e unida. A integração em matéria de defesa seria um passo adiante dos processos já existentes, principalmente no campo da economia. Portanto, usaria as bases já existentes dos blocos econômicos como o MERCOSUL e a Comunidade Andina para que o projeto do

Conselho obtivesse sucesso. Como afirmado pelo ministro Jobim em seu artigo para o livro que trata sobre a criação do CDS

Ao analisar as atuais diretrizes da política externa adotadas pelo governo brasileiro, se observa que a América do Sul está cada vez mais presente como uma área de interesse nacional. (...) Este posicionamento regional está relacionado estritamente com a necessidade da construção de uma coesão interna que faça factível o reconhecimento dos países sul-americanos como membros de uma mesma unidade e a percepção da dita união por parte dos atores extra regionais (...) na região, já estavam consolidadas certas áreas em que os processos de cooperação se encontravam em uma etapa avançada de desenvolvimento, como é o caso dos diversos blocos relacionados com atividades econômicas. (...) Se buscava, portanto, estender ao âmbito da defesa os avanços já alcançados em outros setores, conseguindo apoio para uma proposta para a criação de um modelo em que prevalecessem as iniciativas de cooperação no campo da defesa, e que também se fizessem presentes ações que contemplaram incentivos a consolidação de uma base industrial de defesa que satisfizesse as necessidades dos países integrantes (JOBIM, 2009, p. 19, tradução nossa).

A integração e a união da América do Sul são fundamentais para a nova política de defesa do Brasil. Agir coletivamente em um espaço integrado desempenhando o papel de socializador busca que a região tenha um poder maior nos foros internacionais. Isoladamente, com cada país respondendo por si no cenário internacional, e sem a proposta de uma organização regional, qualquer iniciativa por parte do Estado brasileiro poderia ser entendida como a imposição da agenda nacional para os demais países, além de o Brasil ser visto pelos vizinhos como um Estado que se autocondicionou como porta-voz da América do Sul no cenário internacional. Apresentar um projeto que possa ser comum a todos, condicionar uma base de discussão com valores e objetivos é distinto de tentar impor uma concepção de segurança/defesa. Essa preocupação reflete nas escolhas de linguagem que foram utilizadas pelo ministro Nelson Jobim ao longo de todo o processo de criação e consolidação do Conselho. Em 2008, o ministro Jobim demonstrou essa preocupação. Em um primeiro momento, ele afirmou que o principal objetivo para se criar o Conselho Sul-Americano de Defesa seria a de ter uma organização no o continente "para falar forte" no panorama internacional, pois "Isoladamente seremos nada" (PASSOS, 2008, p. 12). E, posteriormente, ao tratar mais especificamente da importância de a região contar com o CDS e da ausência de uma legitimidade por parte do Brasil para se tornar o porta-voz da América do Sul, afirmou o ministro

Não há um país hoje que possa falar pela América do Sul. O Brasil não se sente legitimado para ser porta-voz da região. Para ter uma voz no mundo, uma voz única, a região precisa ter esse conselho de integração, com posições unificadas para operar pró-ativamente nas questões internacionais com posições de relevo, e não manipuladas por grupos ou interesses. Temos de ter audácia estratégica e uma valorização do nosso continente. A América do Sul é o nosso universo, e temos de pensar grande. Precisamos de arrogância estratégica (PASSOS, 2008, p. 11)

É importante ressaltar o trecho “para ter (...) uma voz única”. Trata-se este trecho como uma derivação de identidade comum de defesa. Ao usar “voz única”, percebe-se que a intenção pode ser de ir além da integração de políticas de defesa, mas de que a região aja uniformemente. A decisão tomada no âmbito do Conselho seria uma decisão da América do Sul, portanto, de todos os países membros da organização. A identidade, que será mais bem explicada adiante, pressupõe um estágio mais avançado do processo de integração no que diz respeito à literatura de comunidades de segurança.

Apesar do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano objetivar em seu Tratado Constitutivo que os países membros realizem exercícios militares em conjunto, participarem de missões de paz no âmbito das Nações Unidas e buscar a cooperação em matéria de indústria de defesa, deixa-se claro que a organização não tem a característica de uma aliança ou organismo militar clássico. O projeto de integrar as forças de defesa da América do Sul restringe-se ao âmbito político. Essa diferenciação da proposta brasileira em relação, por exemplo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se faz presente nos discursos do ministro Nelson Jobim. Primeiramente, quando a proposta foi lançada, países como a Venezuela demandavam uma organização de defesa sul-americana com características de uma aliança militar clássica, isto é, que o organismo aprovasse intervenções militares em países membros ou a existência de um exército sul-americano. A preocupação estava em deixar claro que o CDS se tratava de uma organização consultiva e política. Como afirmado por Nelson Jobim, "O Conselho é uma concepção política, precisamos formatá-lo e não terá decisões obrigatórias como nos organismos multinacionais" (JOBIM, 2008). Dentre suas funções seria de garantir que as controvérsias existentes fossem solucionadas pacificamente e que ficassem restritas ao âmbito regional. Não obstante, o projeto do Conselho também não se pretendia que se tornasse uma organização que se sobrepusesse aos mecanismos clássicos de defesa como os da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por fim, o Conselho seria um "foro para discutir e identificar fatores de riscos e ameaças à região de toda natureza" (SENADO, 2008). Em 2009, o ministro Jobim afirmou em seu artigo

Cabe destacar que em nenhum momento se considerou a constituição de uma aliança militar de defesa sul-americana em seu sentido clássico, do tipo ‘OTAN do Sul’, ou outro modelo que possa, a priori, articular ações no plano operacional, como uma ‘Força Sul-americana de Paz’. Tampouco se pretendeu criar um ‘Conselho de Segurança Sul-americano’, uma vez que as atribuições do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no âmbito da paz e da segurança internacional, não se confundem com os mandatos dos organismos regionais e sub-regionais (JOBIM, 2009, p. 20, tradução nossa).

Apesar do Conselho de Defesa Sul-americano ter como base uma organização sem caráter de aliança militar clássica ou a criação de forças armadas conjuntas, há uma ambiguidade no discurso do ministro Jobim. Em um primeiro momento, ele utiliza um discurso da existência de uma ameaça externa a todos os países sul-americanos, pois os recursos naturais existentes estariam visados no futuro e, logo, os países da região deveriam cooperar e se integrar como uma forma de dissuasão e defesa desses recursos. Analisando os discursos de Nelson Jobim – e como afirmado anteriormente –, essa ameaça externa nunca é deixada clara de quem ou o que seria. Porém, ao mesmo tempo, o ministro diversas vezes se referiu aos Estados Unidos como um ator que busca somente atender seus interesses e que esses mantêm interesses na América do Sul. Dentre os exemplos dados, estaria à questão de soberanias compartilhadas do Atlântico Sul e a imposição de uma agenda coletiva hemisférica de segurança.

Em relação ao discurso da ameaça externa, em sua fala no Parlamento do MERCOSUL, o ministro Jobim afirmou que a criação do Conselho não iria se basear na existência de inimigos “*não vamos nos organizar em base a inimigos* devemos superar a visão de que avançamos só se temos quem odiar” (JOBIM, 2008). Essa fala também é referendada ao dizer que o CDS “não é contra ninguém, e sim uma tentativa de unificação de posições” (PASSOS, 2008, p. 11). Além disso, a própria América do Sul teria em sua configuração geopolítica, uma característica de ser uma região de paz, como afirmado pelo ministro Jobim, “Nossa região é de paz, não temos conflitos graves entre os Estados” (JORNAL DO SENADO, 2008). Não obstante, há também uma comparação entre o pacifismo sul-americano com o belicismo norte-americano em outras regiões do mundo, como dito em 2011, “A América do Sul é o espaço mais pacífico do mundo. A América do Norte não tem guerra em seu território. Mas, faz guerras nos territórios dos outros” (PALÁCIOS, 2011).

Essa posição mais austera em relação aos EUA fica mais nítida quando se trata da questão das soberanias das águas do Atlântico. O ministro Jobim afirmou que os norte-americanos lançaram a proposta de “soberanias compartilhadas”, desde quando não se trata de compartilhar a própria. De acordo com esta proposta, o Atlântico não teria mais a divisão entre o Norte e o Sul. Mas que essa proposta não seria considerada por parte da América do Sul, pois os Estados Unidos não são signatários do Tratado do Mar criado pela ONU cuja função é regulamentar a exploração dos recursos marítimos e suas soberanias por parte dos Estados. “Como poderemos conversar sobre o Atlântico Sul com um país que não reconhece os títulos referidos pela ONU, não reconhece, portanto, o status jurídico de países como o Brasil?” (CARNEIRO, 2010).

Outra questão que é pertinente ao ministro Jobim estaria na divisão de responsabilidades dos países americanos na questão de segurança e defesa. Nesse aspecto, a linguagem utilizada se assemelha à linguagem acadêmica sobre os assuntos de segurança, pois termos como “novas ameaças” são utilizados. A inclusão dessas novas ameaças seria uma imposição por parte dos EUA a todos os países do hemisfério, havendo uma divisão subjetiva de responsabilidades. A crítica feita a este ponto reside no fato dessa divisão de responsabilidades ter como objetivo a segurança dos Estados Unidos e, segundo, do restante dos países não terem autonomia para definir o que seria uma ameaça para eles. Em sua fala na IX Conferência de Ministros da Defesa das Américas realizada em Santa Cruz de la Sierra em 2010, disse o ministro Nelson Jobim sobre esse tema

Farei breve comentário sobre a agenda norte-americana para a América Latina no que tange ao plano político-estratégico. Estando suas preocupações de defesa voltadas para outras partes do globo, os estados unidos procuram, desde 1995, universalizar no plano hemisférico suas preocupações com as ditas “*novas ameaças*”: terrorismo; narcotráfico; catástrofes naturais; tráfico de seres humanos; proliferação de armas de destruição em massa; tráfico de armas; e destruição do meio ambiente. A partir dessa agenda fica subentendida, mas nunca explicitada, uma divisão de trabalho informal: os EUA cuidariam da defesa do hemisfério (sem compromisso com qualquer ação mandatária nesse sentido, como ocorreu durante a guerra das Malvinas); os demais países das américas cuidariam de impedir que as ditas “*novas ameaças*” transbordassem em direção ao território norte-americano ou que prejudicassem seus interesses. Pergunto: não caberia a cada um dos estados definir, autonomamente, aquilo que entende como *ameaça*? As assimetrias flagrantes que a mencionada divisão de trabalho informal espelha fazem-me acreditar na existência de desequilíbrios essenciais neste processo (JOBIM, 2010).

Por último, em relação aos EUA, quando a proposta do Conselho de Defesa Sul-americano foi apresentada, o ministro Jobim realizou uma viagem à Washington, onde se encontrou com o secretário de Defesa Robert Gates e a secretária de Estado Condoleezza Rice. De acordo com o ministro Jobim, a recepção de ambos à proposta do Conselho foi positiva, inclusive com a intenção por parte dos americanos em colaborar com o sucesso do projeto. Como o projeto do CDS versa por uma integração e união dos países sul-americanos, sem intromissões externas, a resposta dada foi que os EUA não deveriam “se meter” no processo de criação do Conselho. De acordo com o ministro Jobim

Perguntaram-me sobre o Conselho e eu lhes disse que o sistema de defesa sul-americano é um assunto nosso, dos países da região. Não é um tema que caiba aos americanos (...) Eles insistiram que eu lhes desse alguma mensagem, alguma sugestão do que transmitir a seu presidente (George W. Bush), e simplesmente respondi a eles que não se metessem nisto (BBC BRASIL, 2008).

Portanto, a variação discursiva encontrada diz respeito ao fato de, primeiramente, devido aos recursos naturais existentes na América do Sul, todos os países sul-americanos estariam sob ameaça externa no futuro. Essa ameaça buscaria tomar o controle desses recursos

e, devido a isto, a América do Sul deveria se integrar e se unir em uma organização que garantisse o poder de persuasão contra essa ameaça. Ao mesmo tempo, a região também é referida como pacífica e ausente de inimigos. Enquanto o primeiro discurso corrobora com a literatura de comunidades de segurança, pois a presença de uma ameaça é uma das condições iniciais para a primeira camada da formação de uma comunidade de segurança, ao afirmar que a América do Sul é a região mais pacífica do mundo, sem inimigos e sem conflitos internos, essa ambiguidade acaba refletindo para que o sentimento de “nós” proposto passe a se ancorar em um ambiente que seria harmonioso. Se há harmonia, não haveria necessidade de se criar uma nova organização, agora ao nível regional, que tivesse entre os seus objetivos, garantir uma integração e união em matéria de defesa, visando uma articulação de políticas militares em diversos níveis. Devido a isso, o uso dos EUA como um país que dita as regras de segurança e defesa do hemisfério se torna fundamental. Apesar de não se referir aos americanos como inimigos ou até mesmo como uma ameaça, a linguagem utilizada remete ao fato dos EUA não fazerem parte de normas internacionais que garantissem o respeito à soberania e a formulação de uma agenda de segurança que atendesse as demandas particulares de cada país ou região. Com esse sentimento de imposição e a sombra de uma ameaça, a necessidade da integração para ter um poder de persuasão tanto para a defesa dos recursos naturais quanto para os foros internacionais passa a ser fundamental para a defesa regional e para o sucesso do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano.

O poder de persuasão seria a soma da integração e união dos países sul-americanos ao redor de uma organização regional de defesa que, através da implantação de políticas comuns em matéria de defesa, estivesse afinada em objetivos comuns. Para isso, soma-se o papel das indústrias de defesa e da integração. Obtendo sucesso nessas etapas, a formulação de uma política estratégica para a região seria o próximo passo, garantindo assim, o poder de persuasão da região. Todavia, o Conselho deve levar em conta os aspectos particulares das vertentes sub-regionais e dos países. Como afirmado pelo ministro Jobim, "como somos vários países assimétricos, o centro vai fazer um levantamento de todas nossas debilidades e vamos tentar formular uma política de estratégia que possa ter o poder de dissuasão extra-regional" (JORNAL DO SENADO, 2008).

O sucesso para a integração da América do Sul em matéria de defesa perpassa pelo papel de socializador do Brasil, o respeito às assimetrias existentes em cada vertente sub-regional, a união e a voz única da região, a ligação do desenvolvimento industrial bélico ao

desenvolvimento econômico e a aposta no sucesso da construção de uma identidade comum de defesa. Como observado pelo ministro Nelson Jobim

Na minha opinião, na América do Sul, as circunstâncias históricas, sociais e políticas favorecem a proximidade entre os países que a formam e conduzem a interesses convergentes. A estabilidade resultante dos processos de consolidação democrática e de integração regional, estou certo, favorecerão ao aumento da confiança recíproca, a resolução negociada de eventuais conflitos e o consequente acercamento dos países da região. (...) Com essa percepção, tem-se promovido reuniões de diversos mecanismos regionais e sub-regionais que abordam a segurança e a defesa para deliberar sobre formas de cooperação e aprofundar iniciativas orientadas a à vista o fortalecimento da confiança. Ao participar, efetivamente de todos os foros regionais e sub-regionais na América do Sul, o Brasil apresenta-se como elemento indutor ao promover e incentivar a realização de reuniões no âmbito dos ditos organismos. O Brasil considera que tem a responsabilidade de participar como elemento catalizador das iniciativas de integração na América do Sul, buscando criar um ambiente de cooperação necessário para garantir a estabilidade, a paz e uma maior segurança para todos, em um clima de convivência harmoniosa com seus vizinhos” (JOBIM, 2009, p. 24, tradução nossa)

Finalmente, todos esses objetivos analisados nos discursos do ministro Nelson Jobim têm por objetivo a criação de uma identidade comum de defesa. Esses dois eixos discursivos apresentados complementam e são bases para a construção da identidade.

4.4 – Identidade

Além de aparecer objetivamente no Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul-americano, ser utilizada diversas vezes ao longo dos discursos do ministro Nelson Jobim, a questão da identidade comum de defesa apresenta semelhanças consideráveis com a teoria da comunidade de segurança. Não obstante, a linguagem utilizada nos discursos analisados utiliza-se de conceitos que são próprios à teoria: Valores e princípios, resolução pacíficas das controvérsias, e confiança mútua são os termos que aparecem em referência a identidade comum (Figura 9).

Como afirmado anteriormente, a América do Sul não é uma comunidade de segurança, mas se assemelhando a um complexo regional de segurança. Para que se possa alcançar o status de comunidade de segurança, existem três camadas que devem ser alcançadas. A identidade é o fator determinante para que uma região se configure como comunidade. Porém, todos os elementos necessários para que se alcance este status estão presentes tanto no discurso da liderança do projeto do CDS como em seu Tratado Constitutivo. Além das condições necessárias (ou condições de precipitação, na terminologia teórica), os fatores favoráveis ao desenvolvimento de confiança mútua e de identidade coletiva se fazem presentes. A aposta no intercâmbio entre os países, a consequente aprendizagem social entre os acadêmicos, políticos e militares sul-americanos, a criação de uma organização e o Brasil como país central e líder

desse processo, tornam o projeto do Conselho e o discurso da liderança coerentes com os marcos da teoria da comunidade de segurança.

Figura 9: Objetivos da Identidade

Fonte: Elaboração própria

Os dois eixos discursivos explorados anteriormente também fazem parte do processo de construção de uma identidade comum de defesa. O desenvolvimento de indústrias de defesa e a aposta em um processo de integração são partes dos fatores determinantes para o desenvolvimento de confiança mútua e de identidade coletiva. Cabe destacar que os demais processos de integração que não são do âmbito da segurança e da defesa também são importantes para esses fatores e para a construção da identidade. Esse ponto é fundamental para o marco teórico utilizado e aparece nos discursos do ministro Jobim como apresentado anteriormente. Portanto, os discursos que falam sobre a identidade comum de defesa apresentam a junção dos fatores explorados nos demais eixos discursivos e complementados com uma linguagem mais ligada especificamente à questão da identidade. Portanto, além de assumir que a América do Sul ainda não será uma comunidade de segurança no entendimento teórico e sim um complexo regional de segurança, o caminho projetado para o Conselho de Defesa Sul-americano é factível com os marcos da teoria, estando a região na segunda camada do processo de construção de uma comunidade, caminhando para a tentativa de constituir uma identidade comum de defesa.

O primeiro aspecto a se destacar está na afirmação e reafirmação – já destacada, inclusive – da questão da voz única. Dada às subdivisões da América do Sul, com suas vertentes e com suas características particulares, a importância de a região ter uma voz única significaria a consolidação de uma identidade comum. Leva-se em conta que o espaço sul-americano conta com diversos processos de integração, desde processos mais antigos e consolidados como a Comunidade Andina e o MERCOSUL até os projetos mais novos, como a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA) e a Aliança do Pacífico. Cada um desses projetos de alianças e de integração apresentam características próprias, desde um projeto mais aberto ou fechado ou de focar mais em aspectos econômicos e outros focarem mais em política. Ter uma voz única significa superar essas divisões existentes, mediar interesses particulares e virar a página da história de rivalidades com os vizinhos. Isso não significa a ausência de conflitos, mas que esses seriam solucionados tendo como perspectiva a solução pacífica das controvérsias. O reflexo disso nos discursos aparece, por exemplo, quando o ministro Nelson Jobim afirma que o projeto do Conselho e principalmente os dois principais *players* e antigos rivais Brasil e Argentina, pensam em uma América do Sul com apenas uma voz “Nós (...) pensamos no continente em seu conjunto. Brasil e Argentina não devem falar com vozes diferentes nos fóruns internacionais. A América do Sul deve falar com uma só voz” (BBC BRASIL, 2008).

O discurso da voz única também invoca questões históricas e valorativas. A linguagem utilizada busca trazer um sentimento de “nós” que traz consigo uma história do subcontinente que seria comum a todos os países da região. Como já citado anteriormente, para o ministro Jobim, a América do Sul apresenta esse conjunto de valores – como as circunstâncias históricas, sociais e políticas – levariam aos interesses convergentes, assim como os processos de integração existentes. Apesar desse conjunto positivo para a criação de uma identidade comum, no que diz respeito a área de defesa, a América do Sul estaria atrasada na discussão deste assunto e sequer apresentar pontos em comum. De acordo com Nelson Jobim, em sua fala na Universidade Nacional Tres Febrero em 2008, nos foros internacionais de segurança e defesa, os ministros de defesa não teriam “(...) nada em comum sobre o assunto a ser discutido. Temos a necessidade de nos encontrar-mos, conversar-mos sobre posições comuns, consensuais, do sul do continente e, se chegar-mos a isso, teremos uma voz nos foros internacionais” (JOBIM, 2008, tradução nossa). Existem poucos casos de integração ou de cooperação em matéria de defesa na região. E mesmo estes sofrem com a ausência de uma coordenação política mais aprofundada. Nesse mesmo discurso, o ministro Jobim afirmou que desde os anos 1980, existe uma diplomacia entre militares sul-americanos. Afirmo o ministro Jobim

Os militares da América do Sul fazem a sua diplomacia faz muitíssimo tempo. Os militares brasileiros têm relações com os militares argentinos, com os militares equatorianos e de outros países. Os equatorianos estudam com os brasileiros nas academias. Porém não há uma visão política desta integração. Fazem isso com muita e clara capacidade. Porém é necessário que o poder político pense quais são as complementariedades (JOBIM, 2008, tradução nossa).

Com esta ausência de integração em matéria de defesa e os poucos casos de cooperação nesse aspecto não apresentam uma sólida base política, isso levanta o questionamento da necessidade de se contar com um órgão que possa viabilizar estas políticas de integração em defesa. Como afirmado por Nelson Jobim sobre a necessidade de criar esses mecanismos, “isso nos leva a pensar na necessidade de entendimento sul-americano para formar uma união em termos de defesa, com base em princípios como a submissão do poder militar ao poder civil” (JORNAL DO SENADO, 2008).

Para que ocorra sucesso no objetivo de se avançar nas políticas regionais de defesa, de se criar uma voz única do subcontinente, de criar mecanismos relacionais que propiciem os fatores necessários para a criação de uma identidade comum de defesa, primeiramente, deve-se levar em consideração o ambiente em que os países estão inseridos, isto é, no caso sul-americano, essa ausência de políticas de integração militar geraria uma instabilidade na região. A falta de avanços nesse assunto não traz transparência e confiança que são fundamentais para a construção e consolidação de uma identidade comum de defesa e, conseqüentemente, de uma comunidade de segurança sul-americana. Portanto, de acordo com o ministro Jobim, o caminho para tornar a América do Sul uma região mais integrada nesse assunto, mais coesa e forte, os valores e princípios importam. Em seu artigo para o livro sobre a consolidação do Conselho de Defesa Sul-americano, o ministro afirma a necessidade de valores e princípios

(...) se concebeu desde a perspectiva de que a segurança de um país se vê afetada pelo nível de instabilidade da região em que o mesmo está situado. (...) Com o objetivo de alcançar um desejado grau de estabilidade regional, é desejável que exista: consenso, harmonia política e convergência de ações entre os países sul-americanos. Estas são as condições indispensáveis que favorecem o desenvolvimento econômico e social, e que, conseqüentemente, farão que a região seja mais coesa e mais forte (JOBIM, 2009, pp. 19-20, tradução nossa)

Destaca-se nesse ponto a linguagem utilizada pelo ministro Jobim em seu artigo. As escolhas de palavras são semelhantes às utilizadas pelos autores do marco teórico da comunidade de segurança. Não somente pela questão de valores e princípios como base para o avanço das políticas de integração em matéria militar, mas o uso de termos que são próprios aos principais eixos da teoria. Na entrevista concedida ao autor, Nelson Jobim afirma não ter lido nenhum autor ou teoria para a formulação do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano

(JOBIM, 2012). No trecho a seguir, destacam-se em itálico os trechos similares entre o discurso político e a teoria acadêmica

(...) um Conselho de Defesa Sul-americano conduziria ao benefício adicional de contribuir a uma formação de uma entidade regional no âmbito de defesa, considerando as características locais (...) e articulando uma *visão baseada em valores e princípios* de interesse dos Estados. *Fomentar os aspectos e interesses comuns*, sem obstante, deixar de respeitar as diferenças regionais e características locais tem sido uma preocupação para alcançar a meta de fomento da cooperação entre os países

“Visão baseada em valores e princípios” e “Fomentar os aspectos e interesses comuns” são termos que poderiam ser encontrados em qualquer uma das três camadas que uma região precisa atravessar para se consolidar como uma comunidade de segurança. Uma comunidade de segurança significa principalmente confiança mútua e solução pacífica das controvérsias, criando assim uma identidade comum. Dessa forma, o discurso da liderança do projeto do CDS representa – intencionalmente ou não – um apontamento nessa direção. Como afirmado anteriormente, as escolhas das palavras tornaram o discurso de Nelson Jobim muito semelhante a linguagem utilizada pelos autores Adler e Barnett. Em outro trecho de seu artigo para o livro sobre a consolidação do Conselho de Defesa Sul-americano, aparecem novos termos que corroboram para essa ligação entre a proposta de uma organização regional em matéria de defesa comum e a teoria das comunidades de segurança. Nesse trecho apresentado a seguir, a similaridade está principalmente em atribuir ao Conselho o reforço da confiança mútua e o impedimento de percepções equivocadas. Com isso, além de gerar estabilidade na região, o novo órgão regional também teria a característica e o objetivo de resolução pacífica das controvérsias. Exposto isso, afirma o ministro Jobim sobre essa questão sobre o CDS. Destacam-se os termos referidos acima em itálico

Esta visão particular (...) *reforçaria a confiança mútua, contribuindo a impedir percepções equivocadas* e aportando, ao mesmo tempo, uma maior estabilidade e segurança a região que, embora seja considerada pacífica, todavia requer medidas que melhorem e enfatizem esses aspectos. A discussão de temas relacionados a defesa de um ou mais Estados-Membros pode, ademais, contribuir para o alívio de tensões na América do Sul e a *resolução pacífica das eventuais controvérsias*” (JOBIM, 2009, p. 20, tradução nossa)

Em outro trecho já citado anteriormente, repete-se que se busca com o Conselho de Defesa Sul-americano buscar a estabilidade resultante dos processos de integração regional através de um mecanismo que garanta a confiança recíproca e a solução pacífica das controvérsias. O trecho supracitado deixa claro essas intenções: “A estabilidade resultante dos processos de consolidação democrática e de integração regional, estou certo, favorecerão ao aumento da confiança recíproca, a resolução negociada de eventuais conflitos e o consequente acercamento dos países da região” (JOBIM, 2009, p. 24, tradução nossa).

Qual seria o papel do Conselho de Defesa Sul-americano como organização para que a América do Sul possa futuramente alcançar o objetivo de buscar uma identidade comum de defesa? Baseado nas literaturas de comunidades de segurança, do Construtivismo e nos estudos de segurança da Escola de Copenhague, as organizações internacionais e as instituições contribuem direta e indiretamente para o desenvolvimento das Comunidades de Segurança. Como já apresentado anteriormente, esses organismos de segurança ou não abrem um canal para o desenvolvimento da confiança mútua, principalmente por estabelecerem normas de comportamento, instrumentos de monitoramento e até possíveis sanções aos países membros com o intuito de respeito a essas normas. Portanto, as instituições seriam um local de socialização e aprendizagem. Por fim, “as organizações internacionais podem ser propícias à formação de confiança mútua e de identidades coletivas por causa de suas capacidades muitas vezes subestimadas para construir as suas próprias condições que auxiliam em seu desenvolvimento” (FRIZZERA, 2011, p. 16).

A partir da configuração da América do Sul como um complexo regional de segurança e não uma comunidade de segurança, o papel do Conselho de Defesa Sul-americano passa a se diferenciar das demais organizações que não visam à construção de uma identidade comum de defesa. Enquanto os mecanismos clássicos de segurança coletiva buscam uma organização que vise a criação, manutenção e aplicação de normas e regras que sejam comuns a todos os membros dessa organização, isto é, um ambiente de cooperação que não exija um compromisso mais profundo como Estados, as organizações de regiões que almejam torna-se integradas ao ponto de se tornarem comunidades de segurança assumem a função de colaborar para o sucesso da construção de uma identidade comum. Portanto, as organizações exercem papéis relevantes tanto para os complexos de segurança – configuração atual da América do Sul – quanto para as comunidades de segurança – o que é almejado para o futuro dos países sul-americanos. Logo, os papéis das organizações podem ser sintetizados da seguinte forma:

Portanto, qual é a relação entre Complexos e Comunidades de Segurança? Primeiramente, para que haja um complexo de segurança, os Estados devem perceber que os seus principais processos de securitização ou desecuritização ou ambos estão tão interligados que as suas seguranças não podem ser devidamente analisadas ou resolvidas separadamente. Para que se caracterize uma comunidade de segurança, além dos problemas de segurança estarem interligados, deve-se haver uma identidade socialmente construída entre os atores envolvidos. Logo, a comunidade de segurança não descarta os conceitos ou as características dos complexos de segurança, mas acrescenta variáveis de análises que os complexos não consideram relevantes para os estudos de segurança. Outra característica é de que nenhuma das duas definições exclui a importância das organizações. Porém, enquanto para os complexos as organizações têm mais um papel de manutenção das normas e regras, para as comunidades, acrescenta-se que as organizações têm o papel de colaborar para a construção das identidades coletivas socialmente construídas. As redes de

comunicação e os discursos também exercem papel fundamental para as duas definições. Sem a comunicação entre os Estados, não há uma interação social, o que para a definição de complexos se define como o padrão amizade/inimizade e para as comunidades como identidade em comum (FRIZZERA, 2011, p. 16).

Assim como o discurso do ministro Nelson Jobim sobre a criação de uma identidade comum de defesa da América do Sul, a sua fala pode ser encontrada refletida nos objetivos constantes no Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul-americano de 2008. Ao tratar das linhas gerais que buscam fundamentar a atuação do CDS, o ministro Jobim afirma que, além de garantir a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento dos povos sul-americanos, o Conselho também objetiva “construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que tome em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e (...) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa” (JOBIM, 2009, pp. 21-22, tradução nossa).

Finalmente, a identidade comum de defesa compreenderá fundamentalmente na criação das indústrias comuns de defesa que visam o desenvolvimento econômico dos países, a inovação tecnológica e a autossuficiência em insumos militares para garantir tanto a proteção dos recursos naturais quanto para desenvolver uma estratégia comum de defesa. Além das indústrias de defesa, a integração será fundamental como poder de persuasão nos fóruns internacionais através da união dos países sul-americanos que visam conter uma iminente ameaça externa. Estes elementos são os primeiros passos almejados pelo Conselho de Defesa Sul-americano, preparando o terreno para que a soma desses fatores mais os princípios de confiança mútua, a solução pacífica das controvérsias e as percepções de união possam garantir o sucesso da busca por uma identidade comum de defesa. De acordo com o ministro Jobim em sua fala na IX Conferência de Ministros da Defesa das Américas em 2010, “Senhores, possuímos um sólido compromisso com o continente americano: temos aproximação com todas as sub-regiões do continente e trabalhamos para construir, de modo compartilhado, uma identidade comum no contexto do conselho defesa sul-americano” (JOBIM, 2010). Somente as ações ao longo do tempo poderão responder se o objetivo de se criar uma identidade comum e transformar a América do Sul integrada ao ponto de se tornar uma comunidade de segurança obteve sucesso ou não. Porém, muito do discurso da liderança do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano apresenta conceitos fundamentais para que o objetivo traçado se concretize e seus pontos foram refletidos nos documentos oficiais da organização, tornando promissor o cenário futuro da questão de Defesa na América do Sul.

Considerações Finais

O projeto do Conselho de Defesa Sul-americano é uma aposta dos países sul-americanos, principalmente do Brasil, em uma organização que possa integrar a região em matéria de defesa. O CDS é uma instituição com objetivos ousados, porém plausíveis de serem alcançados. A sua atuação no âmbito regional pode transformar os níveis de relacionamento dos países em uma área sensível como segurança e defesa. Apesar de o Conselho ser novo, com menos de uma década de criação, sua base utiliza-se de outros processos regionais mais antigos e consolidados como o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Não obstante, mesmo a UNASUL também sendo um processo de integração recente, sua atuação está voltada para a atuação política, obtendo sucesso em contar com todos os países sul-americanos como membros da organização.

A importância do Conselho de Defesa Sul-americano está principalmente em buscar a criação de uma identidade comum em matéria de defesa. Essa identidade que aparece nos discursos da liderança do ministro Nelson Jobim e nos documentos oficiais de criação da organização, demonstram que a intenção proposta vai além de um projeto multilateral de cooperação de Defesa. Antes do CDS, as relações entre os países da América do Sul nesse assunto eram tímidas e basicamente ficavam restritas a intercâmbio de militares em academias das forças armadas e missões de paz no âmbito das Nações Unidas. Além da baixa cooperação no âmbito da segurança e defesa, havia uma percepção histórica dos países em enxergar seus vizinhos como potenciais ameaças. Por fim, ao participar dos foros internacionais de defesa, os países sul-americanos, apesar de contarem com processos de integração em outras áreas, não havia uma sincronia de quais seriam as demandas da América do Sul, inexistindo um diálogo entre os responsáveis por essa área.

Com este cenário presente, a partir de uma mudança na política externa do Brasil ocorrida após 2003, não somente a América do Sul se tornou prioridade na agenda brasileira como uma reestruturação das forças armadas nacionais. A princípio visando a sua própria estrutura, o governo brasileiro percebeu que a sua defesa não mais ficava restrita somente a sua responsabilidade individual, mas que necessitava de uma ampla integração com os vizinhos sul-americanos. A percepção brasileira se baseava principalmente na questão de que a região teria uma série de valores, história, características geográficas, recursos naturais e um cenário de ser uma região com ausência de conflitos armados após os processos de redemocratização, tornariam o cenário favorável para a empreitada de se criar uma organização que colaborasse

para uma integração sul-americana em matéria de defesa. Desde então, buscou-se garantir o sucesso da proposta do Conselho de Defesa Sul-americano.

Após a concepção da ideia do CDS, a liderança do projeto fica encargo do então ministro da Defesa Nelson Jobim que realizou encontros com ministros da Defesa e alguns presidentes sul-americanos. Notou-se que os seus discursos focavam principalmente em criar uma imagem de uma América do Sul que necessitava garantir a sua própria defesa perante uma ameaça externa que visava os recursos naturais existentes na região. Dada à configuração sul-americana dividida nas vertentes Amazônica, Andina e Platina, tendo cada uma delas características e riquezas próprias que eram comum a todos os países que compunham a respectiva vertente e, como cada país está inserido ao menos em uma delas, a defesa da região necessitava de um ordenamento organizado. A partir deste ponto, o discurso proferido buscou garantir a adesão de todos os países da América do Sul apontando a necessidade da integração em matéria de defesa.

As indústrias comuns de defesa, a integração e a identidade comum de defesa tornaram-se os principais eixos discursivos do ministro Jobim e também as bases principais do projeto do Conselho de Defesa Sul-americano. Na primeira, o desenvolvimento das indústrias comuns de defesa, o desenvolvimento e inovação tecnológica e a autossuficiência são os principais pontos do discurso do ministro. A partir do desenvolvimento das indústrias, a América do Sul deixaria de ser apenas compradora de insumos militares, produzindo por si mesma as suas necessidades bélicas, garantindo sua autossuficiência, compartilhando pesquisas e inovações que foram desenvolvidas nos países da região e, todavia, estando tudo isso atrelado ao desenvolvimento econômico. Com isso, os países sul-americanos teriam um poder mais de dissuasão nos foros internacionais. Há algumas iniciativas, principalmente na fabricação de blindados e de fornecimento de insumos para a Embraer. Porém, a cooperação industrial ainda não alcançou uma vasta linha de produção, havendo, portanto, pequenos avanços nesse quesito.

Na integração, os principais pontos dos discursos do ministro Nelson Jobim passam pela ameaça externa aos recursos naturais, a união dos países em matéria de defesa e o poder de persuasão. Nesse ponto, busca-se mais do que apenas a cooperação dos países em matéria de defesa, mas que eles mantenham uma relação que vá além, possibilitando que a América do Sul possa criar mecanismos que favoreçam à transparência, o diálogo, a criação de normas e regras comuns, apostando na nova organização regional para tornar-se um órgão permanente de discussões. Portanto, com a integração nessa área de defesa, haveria a possibilidade de a região

apresentar um maior ordenamento nos assuntos de defesa, acabando com a falta de diálogo e possibilitando um poder de persuasão maior e uma voz única da América do Sul. Para esse ponto, estão inclusos as divisões de tarefas dos países através dos planos de ação bienais, exercícios militares conjuntos, participação em missões de paz, a criação de uma Escola de Estudos de Defesa da América do Sul e as reuniões periódicas do Conselho. Contemporaneamente, esses aspectos seriam os mais avançados do CDS, principalmente nas relações que envolvem acadêmicos civis e os militares, com a constante realização de encontros e eventos para a discussão de defesa da América do Sul.

Por último, a identidade comum de defesa é o objetivo mais distante dos que são almejados com o Conselho de Defesa Sul-americano. Por ainda se tratar de um complexo regional de segurança e se encontrar na segunda camada do processo de criação de uma comunidade de segurança, isto é, dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da confiança mútua e da identidade coletiva, a América do Sul precisará não apenas criar esses mecanismos importantes que poderiam gerar a identidade, mas mantê-los e aprofundá-los. São iniciativas importantes e o projeto do CDS foi bem feito se comparado às necessidades apontadas pelos autores em relação à criação de uma comunidade de segurança. Estão presentes os mecanismos institucionais que garantem as condições de precipitação que formam a primeira camada do desenvolvimento de uma comunidade de segurança como os fatores que classificam a região na segunda camada. É importante ressaltar que é na questão da identidade que existe mais semelhanças entre o marco teórico utilizado e os discursos proferidos. A linguagem utilizada apresenta termos e definições que são próprias à teoria das comunidades de segurança. Estão presentes nesse ponto, as questões de princípios e valores, resolução pacífica das controvérsias e confiança mútua.

O cenário apresenta uma boa perspectiva para a iniciativa do Conselho de Defesa Sul-americano. A identidade comum de defesa é a soma de todas essas iniciativas que foram propostas, criando condições para que a América do Sul possa ser futuramente integrada ao ponto de se tornar uma comunidade de segurança. Todavia, por ser uma proposta recente, os resultados ainda não são suficientes para que possa se afirmar o sucesso ou o fracasso do Conselho. O projeto reúne as tratativas necessárias e os avanços que se pode observar até agora, colabora para esse otimismo. Ao mesmo tempo, os desafios que o Conselho de Defesa Sul-americano enfrenta também são grandes e necessitam ser superados. Estes desafios vão desde os conflitos existentes na região e as diversas iniciativas sub-regionais existentes.

No primeiro caso, conflitos que ainda remetem ao período da emancipação política dos países ainda refletem nas relações diplomáticas sul-americanas. Questões territoriais como entre a Bolívia e Peru contra o Chile, por exemplo, fazem com que estes países ainda fiquem em um clima de disputa e gerando discursos que não refletem a América do Sul como uma região pacífica. É verdade que não há conflitos bélicos, mas essas disputas territoriais acabam pondo em xeque inclusive a própria funcionalidade do Conselho. Tudo se deve ao fato dessas disputas serem levadas e discutidas fora do âmbito do CDS, utilizando outras organizações de características globais – como o Tribunal Penal Internacional – e não apostando seja no Conselho de Defesa Sul-americano ou a organização ao qual ele pertence, a UNASUL. Complementa esse quadro, o combate da Colômbia aos grupos narcoterroristas que levam a desconfiança de seus vizinhos seja pelo fato da invasão das forças armadas colombianas ao Equador em 2008, a acusação de favorecimento desses grupos por parte da Venezuela e sua aliança estratégica com os Estados Unidos.

Na segunda questão dos desafios ao CDS, nos últimos anos a América do Sul tem se caracterizado pela criação de iniciativas de alianças cooperativas e de processos de integração de característica sub-regionais. Mesmo o Conselho e a UNASUL contemplando todos os países sul-americanos, existem processos como a Aliança do Pacífico que reúne Chile, Peru e Colômbia e a ALBA com Venezuela, Equador e Bolívia que são bastante distintos entre si. A primeira foca mais na questão econômica e apresenta uma configuração econômica mais aberta. A ALBA abrange assuntos políticos, econômicos e também de segurança e defesa. Até que ponto essas iniciativas afetam o projeto do Conselho é um tema importante de análise. Afinal, esses projetos sub-regionais podem apenas se sobrepor ao CDS, existindo concomitantemente e pouco afetando o desenvolvimento da organização ou, pelo contrário, podem significar uma fragmentação da América do Sul.

Finalmente, o Conselho de Defesa Sul-americano foi uma aposta da política externa brasileira bem estruturada, conseguindo importantes avanços em um assunto tão sensível e pouco explorado pela região. Seu objetivo de criar uma identidade comum de defesa é ousado e ainda distante. Porém, as bases foram lançadas cabendo aos países-membros aprofundarem cada vez mais as relações e os mecanismos institucionais do Conselho.

Bibliografia

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Funag, 2013.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. The Spread of Security Communities: Communities of Practice, Self-Restraint, and NATO's Post Cold War Transformation. **European Journal of International Relations**, vol. 14 no. 2 June 2008, pp. 195-230

ANDRADE, André Luis Melo de. **Integração na América Do Sul: Comparação das trajetórias distintas da Comunidade Andina de Nações e do Mercado Comum do Sul (1999-2008)**. 2010. 220f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. **Revista Interesse Nacional**. São Paulo: n. 01, abr./jun. 2008b, pp. 11-21.

BBC Brasil.com. **Jobim diz a jornal que advertiu EUA contra intromissão**. BBC Brasil, 20 de novembro de 2008. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081120_jobimpress.shtml
Acesso: 22/04/2015.

BELLAMY, Alex J. **Security Communities and Their Neighbours: Regional Fortresses Or Global Integrators?** New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **II Reunião de Presidentes da América do Sul**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/07/19/ii-reuniao-de-presidentes-da-america-do-sul> Acesso: 26/08/2014

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal venezuelano El Universal**. Caracas, 29 out. 2009. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras->

comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0036414289854-entrevista-exclusiva-concedida-por-escrito-pelo/print-nota Acesso: 21/08/2014.

_____. Presidência da República. **Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Tecnologia & Defesa Publicada em abril de 2009, na edição nº 117.**

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 18 dez. 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0962577835116-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/print-nota> Acesso: 27/08/2014.

_____. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de confraternização com oficiais-generais das Forças Armadas.** Brasília, 8 dez. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/08-12-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-de-confraternizacao-com-oficiais-generais-das-forcas-armadas> Acesso: 14/08/2014.

_____. Presidência da República. **Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante cerimônia de assinatura de atos.** Caracas, 27 jun. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/27-06-declaracao-a-imprensa-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez> Acesso: 02/09/2014.

_____. Presidência da República. **Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal La Prensa Gráfica, de El Salvador.** Brasília, 29 mai. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/29-05-entrevista-exclusiva-concedida-por-escrito-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-jornal-la-prensa-grafica-de-el-salvador> Acesso: 08/08/2014.

_____. Presidência da República. **Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações (Unasul).** Brasília, 23 mai. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/23-05-decl.-a-impr.-seg.-de-entrev.-colet.concedida-pelo-pres.da-rep.-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-chefes-de-est.-de-gov.da-unasul> Acesso: 20/08/2014.

_____. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de fim de ano dos Oficiais-Generais da Marinha, Exército e Aeronáutica.** Brasília, 11 dez. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/11-12-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-de-fim-de-ano-dos-oficiais-generais-da-marinha-exercito-e-aeronautica> Acesso: 10/08/2014.

_____. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Embrapa Monitoramento por Satélite.** Campinas, 4 mar. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/04-03-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-embrapa-monitoramento-por-satelite/download> Acesso: 29/08/2014.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Disponível em: https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/ Acesso: 16/04/2015.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

_____; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CARMO, Márcia. **Jobim propõe conselho de Defesa sul-americano.** BBC Brasil. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080223_brasilargentinadefesaebc.shtml Acesso: 16/04/2015.

CARNEIRO, Júlia Dias. **Jobim critica proposta americana de unificar Atlântico Norte e Sul.** BBC Brasil, 4 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101104_jobim_entrevista_jc.shtml Acesso: 22/04/2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR:** Crónica de su Gestación. Santiago: Alerce Talleres Gráficos, 2009.

COLLINS, Alan. **Contemporary Security Studies.** New York: Oxford University Press, 2010.

ETCHEGOYEN, General Sergio Westphalen. Entrevista concedida ao autor.

FARREL, Theo. Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Programme. **International Studies Review**, vol. 4, no. 1, pp. 49-72, 2002.

FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik. **Constructing International Relations:** The Next Generation. New York: M. E. Sharpe, 2001.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathry. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, v.52, n° 4, pp. 887-917, 1998.

FLEMES, Daniel; NOLTE, Detlef; WHENER, Leslie. Una comunidad de seguridad regional en formación: la UNASUR y su Consejo de Defensa. **Estudios Internacionales**, n. 170, 2011, pp. 105-127.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Agora, entidade sul-americana chama Unasul.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1804200722.htm> Acesso: 02/09/2014

FRIZZERA, Guilherme. O Conselho de Defesa Sul-americano: A busca por uma identidade de Defesa. In: III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”, 2011, São Paulo. **Anais do 3º Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”.** São Paulo: San Tiago Dantas, pp. 1-23.

_____. Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança: Uma abordagem Construtivista. **Conjuntura Global**, Curitiba, Vol. 2, n.2, abr./jun.,2013, pp. 59-63.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 35, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso: 27/10/2014.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Comunidade Sul-Americana de Nações:** documentos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

_____. **Repertório de Política Externa:** Posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

G1.com. **Jobim diz que vai propor política de defesa do continente.** Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL311360-5598,00-JOBIM+DIZ+QUE+VAI+PROPOR+POLITICA+DE+DEFESA+DO+CONTINENTE.html> Acesso: 16/04/2015.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. **Revista Política Hoje**, Vol. 20, n. 2, 2011, pp. 642-676.

GONÇAVES, Glauber. **Jobim faz duras críticas aos Estados Unidos.** O Estado de São Paulo, 3 de novembro de 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jobim-faz-duras-criticas-aos-estados-unidos,634260> Acesso: 03/04/2015.

HANSEN, Lene. **Security as Practice:** Discourse Analysis and the Bosnian War. London: Routledge, 2006.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Ed.). **Security Communities.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HUYSMANS, Jef. Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security. **Alternatives**, 27, 2002, pp. 41-62.

JOBIM, Nelson. **Jobim diz que Conselho de Defesa não será 'Otan do Sul'.** G1.com, 24 de abril de 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL425432-5602,00->

JOBIM+DIZ+QUE+CONSELHO+DE+DEFESA+NAO+SERA+OTAN+DO+SUL.html

Acesso: 10/04/2015.

_____. **Ponencia del Ministro de Defensa de Brasil Nelson Jobim.** Seminário Hacia un Consejo Sudamericano de Defensa. Universidad Nacional de Tres de Febrero: Argentina, 17 de novembro de 2008. Disponível em: <https://panamericandefense.files.wordpress.com/2008/11/ministro-de-defensa-de-brasil-nelson-jobim.pdf> Acesso: 14/04/2015.

_____. Presentación del Ministro de Defensa de Brasil. In: CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR: Crónica de su Gestación.** Santiago: Alerce Talleres Gráficos, 2009.

_____. Entrevista ao programa “Bom Dia, Ministro”. Radiobras, 5 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://clipping.radiobras.gov.br/clipping/novo/bomdia_ministro_detail.php?id=1236 Acesso: 21/04/2015.

_____. **Discurso proferido na IX Conferência de Ministros da Defesa das Américas.** Santa Cruz de la Sierra, 21 de novembro de 2010.

_____. Entrevista a Tv Senado. **Tv Senado.** 23 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2D8TyAw0Sv0> Acesso: 16/04/2015.

_____. **O ministro de Defesa brasileiro Nelson Jobim, expôs no Parlamento do MERCOSUL, sobre a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa.** Parlamento do Mercosul. Disponível em: <http://parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/564/2/parlasur/o-ministro-de-defesa-brasileiro-nelson-jobim-exp%C3%B4s-no-parlamento-do-mercosul-sobre-a-criac%C3%A3o-do-conselho-sul-americano-de-defesa.html> Acesso: 17/04/2015.

_____. Entrevista. Brasília: março de 2012. Entrevista concedida ao autor.

JORNAL DO SENADO. **Jobim quer unir indústria militar da América do Sul.** 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2008/09/17/jobim-quer-unir-industria-militar-da-america-do-sul> Acesso: 27/04/2015.

KATZENSTEIN, Peter J. Alternative Perspectives on National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J (Ed.). **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

MCSWEENEY, Bill. **Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

_____; KUBÁLKOVÁ, Vendulka; KOWERT, Paul. **International Relations in a Constructed World**. New York: M. E. Sharpe, 1998

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 108-129, 1999.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. **I Reunião de Presidentes da América do Sul**. Brasília, 1º de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm> Acesso: 01/09/2014.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 49, n.1, Junho 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso: 27/10/2014.

_____. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. Segurança na América do Sul: problemas e atores. In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011, 3, 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200018&lng=en&nrm=abn. Acesso: 27/10/2014.

PALÁCIOS, Ariel. **Nelson Jobim quer proteger água**. Gazeta Digital, 29 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/4/materia/277142> Acesso: 14/04/2015.

PASSOS, José Meirelles. **Jobim: 'Precisamos ter arrogância estratégica'** O Globo, 21 de março de 2008, O País, p. 11

_____. **Jobim: ajuda dos EUA é se manterem à distância** O Globo, 22 de março de 2008, O País, p. 12

SAINT-PIERRE, Héctor L. "Defesa" ou "segurança"? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200006&lng=en&nrm=iso Acesso: 27/10/2014

_____. Reconceitualizando “novas ameaças”: da subjetividade da percepção à segurança cooperativa. In: SOARES, Samuel A. e MATHIAS, Suzeley K. **Novas Ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

SENADO. **Jobim quer unir indústria militar da América do Sul**. Jornal do Senado. 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2008/09/17/jobim-quer-unir-industria-militar-da-america-do-sul> Acesso: 16/04/2015.

SOARES, Samuel Alves. Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações? **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXIV, n. 1, pp. 160-180, junho 2008.

TANNENWALD, Nina. The Nuclear Taboo: The United States and the Normative Basis of Nuclear Non-Use. **International Organization**, v. 53, nº 3, pp 433-468, 1999.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da UNASUL**. Maio, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul> Acesso: 22/08/2014.

_____. Conselho de Defesa Sul-Americano. **Estatuto Constitutivo do Conselho Sul-Americano de Defesa**. Dezembro, 2008. Disponível em:

<http://www.cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/documentos-oficiales/59-portugues/343-estatuto-do-conselho-de-defesa-sul-americano-da-unasul> Acesso: 01/02/2012

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, pp. 273-335.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez. 2007, pp. 82-94.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol. 46, no. 2, 1992.

_____. Collective identity formation and the international state. **American Political Science Review**, vol. 88, no. 2, 1994.

_____; JEPPERSON, Ronald; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J (Ed.). **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999